

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Thiago Firmino de Souza**

**UMA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO: TERRA, POPULAÇÃO E ESCRAVIDÃO NA  
MATA MINEIRA – MAR DE ESPANHA, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

JUIZ DE FORA  
2016

THIAGO FIRMINO DE SOUZA

UMA SOCIEDADE EM FORMAÇÃO: TERRA, POPULAÇÃO E ESCRAVIDÃO NA  
MATA MINEIRA – MAR DE ESPANHA, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Mônica Ribeiro de Oliveira

JUIZ DE FORA

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, Thiago Firmino de.

Uma Sociedade em Formação: terra, população e escravidão na Mata mineira : Mar de Espanha, primeira metade do século XIX / Thiago Firmino de Souza. -- 2016.

141 p.

Orientadora: Mônica Ribeiro de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2016.

1. Zona da Mata Mineira. 2. Cafeicultura. 3. Terra. 4. Escravidão.  
I. Oliveira, Mônica Ribeiro de, orient. II. Título.

Thiago Firmino de Souza

Uma Sociedade em Formação: terra, população e escravidão na Mata mineira – Mar de Espanha, primeira metade do século XIX

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Juiz de Fora, 18/08/2015

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF) – Orientadora

---

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF) – Presidente

---

Prof. Dr. Jonis Freire (UFF) – Examinador Externo

Dedico esse trabalho a minha mãe, meu modelo de humildade e perseverança. Amo você!

## **AGRADECIMENTOS:**

Por mais contraditório que pareça, agradecer é uma tarefa ingrata. Ao nomear as pessoas que nos ajudaram, inevitavelmente acabamos por não conseguir mencionar todos devidamente. São tantas pessoas que vem a mente, que estiveram presentes, que acaba tornando impossível expressar a devida gratidão a todos.

Antes de tudo, agradeço às instituições que tornaram este trabalho possível. À Universidade Federal de Juiz de Fora e seus Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História, bem como seus professores que muito me ajudaram e me ensinaram desde à graduação; ao Laboratório de História Econômica e Social que me abriu às portas para pesquisa, ainda na iniciação científica; e finalmente à CAPES que apoiou financeiramente essa pesquisa. Sem esse apoio não seria possível a realização da mesma.

Também agradeço imensamente a minha orientadora, professora Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira. Mônica me acompanha desde o início da graduação e sempre me estimulou à pesquisa. Muito obrigado por aceitar meu trabalho, pelos livros emprestados e dados, pelos conselhos e reflexões e principalmente por sua grande dedicação, disponibilidade e boa vontade em me ajudar. Obrigado também, claro, pelas boas conversas e viagens. Agradeço ainda aos professores Ângelo Carrara e Jonis Freire, não só por aceitarem compor essa banca, mas pelos valiosos conselhos na qualificação, imprescindíveis para realização deste trabalho.

Agradeço imensamente a minha família, que sempre me apoiou e me ajudou com tudo que eu precisei. A minha mãe, guerreira e batalhadora, que criou e educou sozinha dois filhos. Meu maior exemplo e meu maior apoio. A meu irmão, Davi, não só pela amizade e companheirismo, mas também pelo apoio na parte final desse trabalho, quando voltamos a morar juntos. A meus tios e tias que de alguma maneira me ajudaram a vir morar em Juiz de Fora e me apoiaram nas minhas escolhas – tia Lúcia, tio Marcelo, tia Selma, tio Carlinhos, tia Zuleica, tio Luís e tia Sônia. Também foi fundamental o apoio da minha vó Niltra, hoje não mais entre nós.

Agradeço muito aos grandes amigos que essa vida me deu e que estiveram presentes enquanto este trabalho era realizado. Sem vocês, eu jamais teria conseguido concluí-lo. Vocês, meus amigos, me apoiaram com cada conversa e cada mesa de bar a recarregar as energias e prosseguir. Um agradecimento ainda maior aos mais presentes nesses momentos finais, Clara, Eduardo (Timu), Laiz, Marcos, Vinícius e Yobani, vocês me ajudaram demais! Obrigado, de verdade!! Uma menção especial ao Allony, a Mariana e ao Guilherme, que além do apoio e da companhia, me acompanharam em Mar de Espanha para ajudar a fotografar

parte da documentação. À Paulinha, amiga desde a graduação, pela grande ajuda com algumas reflexões desse trabalho; ao Pedro, que me auxiliou com o banco de dados e com algumas reflexões; ao Álvaro, que também me ajudou com o levantamento de dados; a Mariane, que me deu um apoio gigantesco com a documentação e a paleografia; ao Diego, pelo apoio e amizade nesses anos; e a Letícia, grande amiga de longa data, que revisou meu texto e sempre esteve pronta a me ajudar.

Agradeço ainda, ao corpo de professores e à direção do colégio CAES e do colégio Academia de Comércio, instituições em que trabalhei como professor de História durante a pesquisa. A direção dessas escolas sempre foi solícita em adaptar minha carga horária às necessidades da pesquisa e em reduzir o número de aulas sempre que precisei, nunca impondo empecilhos. Agradeço imensamente aos professores e amigos Manoel, Robertinho, Letícia, Ricardo e Tânia, sempre dispostos a me ajudar e a me substituir nos momentos em que a pesquisa me tirou de sala de aula. Se consegui conciliar trabalho e pesquisa nesses meses, foi devido principalmente à essas pessoas.

Um agradecimento final aos funcionários do Fórum de Mar de Espanha que muito bem me receberam durante a pesquisa, em particular a Andréa e ao Roberto. À minha tia Rita que permitiu que eu ficasse em sua casa durante a pesquisa. À Elione, que me cedeu o inventário do Arquivo do Fórum. E a Patrícia, que gentilmente me ajudou com a pesquisa na cidade.

## **RESUMO:**

Essa pesquisa tem como tema a formação da cafeicultura em Minas Gerais. Utilizamos principalmente a Lista Nominativa de Habitantes de 1831, os inventários *post-mortem* e o Registro Paroquial de Terras relativos a Mar de Espanha. Por meio desta documentação, pudemos realizar uma análise sócio-demográfica da população mardespanhense, bem como investigar a propriedade escrava e a propriedade agrária na localidade. Nos concentramos na primeira metade do século XIX, período de montagem da cafeicultura na Zona da Mata mineira, antes da consolidação do sistema agroexportador na região.

Palavras-chave: Zona da Mata mineira, escravidão, terra, cafeicultura, século XIX.



**ABSTRACT:**

This research's theme is the formation of coffee growing in Minas Gerais. We primarily use the List of Inhabitants of 1831, *post-mortem* inventories and the Parish Register of Lands of Mar de Espanha. Through this documentation, we conduct a socio-demographic analysis of Mar de Espanha's population and investigate the slaveholdings and land ownership in the area. We focus on the first half of the nineteenth century, known as the coffee production assembly period in Minas Gerais' Zona da Mata, before the consolidation of the coffee agro-export system in the area.

Keywords: Minas Gerais, Zona da Mata, slavery, land, coffee growing, nineteenth century.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

01. Bacia do Rio Paraíba do Sul .....	22
02. Bacia Hidrográfica do rio Paraíbauna e seus Afluentes .....	30
03. Mapa das Províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – Divisão Sub-regional da Província de Minas Gerais.....	33
04. Transcrição de Parte de uma Lista Nominativa.....	42
05. Banco de Dados da Lista Nominativa – Tabela de Livres.....	45
06. Banco de Dados da Lista Nominativa – Tabela de Escravos.....	45
07. Criação de vilas em Minas Gerais entre 1710 e 1880.....	47
08. Tratamento de Livres de Cor na Lista Nominativa.....	55
09. Exemplo da Coleta de Dados dos Inventários no <i>Filemaker</i> .....	86

## LISTA DE QUADROS:

01. Produção Mundial de Café (1852-1904) .....	27
02. Importação Mundial de Café (1852-1904).....	27
03. Resumo dos Mapas de População do Termo de Barbacena – 1834.....	49
04. Livres e Escravos na População da Zona da Mata, de Juiz de Fora e de Mar de Espanha no Segundo Quartel do Século XIX.....	52
05. Propriedade e Concentração Escrava em Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831). 70	
06. Universo Amostral dos Inventários da Década de 1840.....	84
07. Presença de Roças, Animais e Café nas unidades produtivas de Mar de Espanha (1827-1850).....	96
08. Hierarquia de Posse de Escravos em Mar de Espanha (1827-1850).....	100
09. Origem dos Escravos em Mar de Espanha (1827-1850).....	102
10. Composição da Riqueza Mardespanhense na Primeira Metade do Século XIX.....	105
11. Concentração dos Valores de Terras em Unidades Produtivas com e sem Café (1827-1850).....	111
12. Formas de Obtenção das Terras Registradas em Áreas Rurais de Mar de Espanha (1854-1856).....	114
13. Concentração Agrária na Área Rural de Mar de Espanha (1854-1856).....	119

## LISTA DE GRÁFICOS:

01. Exportações Mundiais de Café (1823-1888).....	26
02. Qualidade da População Livre de Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831).....	56
03. Qualidade dos Escravos na Lista Nominativa de Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831).....	61
04. Sexo dos Escravos Nacionais e Africanos Registrados Na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado.....	62
05. Idade dos Escravos Registrados na Lista Nominativa de Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831).....	64
06. Propriedade Escrava por Fogo.....	68
07. Qualidade dos Chefes de Fogo Sem Escravos na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado.....	72
08. Propriedade Escrava por Inventário <i>Post-Mortem</i> .....	98
09. Número de Escravos Importados para o Brasil na Década de 40 do Século XIX.....	104
10. Quantidade de Escravos em Propriedades Com e Sem Café.....	108
11. Número de Escravos nas Propriedades que Mencionaram Café.....	109
12. Dimensões em Alqueires das Propriedades Registradas na Área Rural de Mar de Espanha (1854-1856).....	118

## SUMÁRIO:

<b>Introdução</b> .....	13
<b>Capítulo 1: A Formação da Cafeicultura e a Formação de Mar de Espanha</b> .....	20
1.1 - O Mercado Mundial de Café e o Vale do Paraíba.....	23
1.2 - A Zona da Mata Mineira e Mar de Espanha.....	31
<b>Capítulo 2: A Composição Sócio-Demográfica de Mar de Espanha na Primeira Metade do Século XIX</b> .....	40
2.1 - As Listas Nominativas de 1831.....	42
2.2 - Mar de Espanha na Lista Nominativa de 1831.....	46
2.2.1 - A População Livre de Nossa Senhora das Mercês do Cágado.....	52
2.2.2 - População Escrava de Nossa Senhora das Mercês do Cágado.....	59
2.2.3 - A Propriedade Escrava em Nossa Senhora das Mercês do Cágado.....	67
<b>Capítulo 3: Escravo e Terra nas Unidades Produtivas Mardespanhenses na Primeira Metade do Século XIX</b> .....	79
3.1 Os Inventários <i>Post-Mortem</i> .....	81
3.2 Os Registros Paroquiais de Terra.....	88
3.3 Escravos, Café e Terra nas Unidades Produtivas Mardespanhenses: .....	94
<b>Considerações Finais</b> .....	121
<b>Referências</b> .....	124
<b>Anexos</b> .....	140

## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é a análise de uma sociedade no contexto da montagem da cafeicultura na Zona da Mata mineira. Nosso foco foi principalmente a população, a propriedade escrava e a propriedade agrária. Nos detivemos especificamente sobre a área correspondente ao município de Mar de Espanha, chamado oficialmente de Nossa Senhora das Mercês do Cágado até a década de 40 do século XIX. Portanto, nosso estudo não foca no principal pólo regional matense, Juiz de Fora, mas em uma documentação pouco estudada relativa a um núcleo agrário vizinho, por onde a cafeicultura também se desenvolveu.

As fontes que utilizamos são relativas ao período de 1827 a 1856. Portanto, nossa periodização corresponde de maneira geral à primeira metade do século XIX. Dessa maneira, nossa análise é centrada, segundo Mônica Ribeiro de Oliveira, no período de montagem do sistema agroexportador cafeeiro na Zona da Mata Mineira. A consolidação deste só viria a acontecer na segunda metade do século XIX, entre 1850 e 1870<sup>1</sup>.

Cafeicultura é um tema clássico da historiografia brasileira<sup>2</sup>. Contudo, é um tema que merece sempre ser revisitado uma vez que compreendeu o carro chefe da economia do Brasil durante um século, além de ter deixado marcas na sociedade do Sudeste que permanecem até hoje. O estudo da cafeicultura em Minas Gerais, especificamente, consiste em um tradicional tema dos historiadores que se consolidou com a multiplicação de programas de pós-graduação pelo estado e pelo país a partir dos anos 1970. Anteriormente, a economia mineira era tida como decadente desde a

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. Bruno Vittoretto trabalha com periodização semelhante em VITTORETO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Juiz de Fora: 2012.

<sup>2</sup> DEAN, Warren. **Rio Claro: um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. MARCONDES, Renato Leite. **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira: Vale do Paraíba, Século XIX**. Lorena: Stiliano, 1998; MOTTA, José Flávio. **Corpos Escravos, Vontades Livres: Estruturas de Posse de Cativos e Família Escrava em um Núcleo Cafeeiro (Bananal, 1801-1829)**. 1990. Tese (Doutorado) – FEA/USP, São Paulo, 1990. OLIVEIRA, Op. Cit.; PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira (1889-1930)**. Tese de doutoramento, USP, São Paulo, 2004. STANLEY, Stein J. **Vassouras: um Município Brasileiro do Café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.; WHATELY, Maria Celina. **O Café em Resende no Século XIX**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

segunda metade do século XVIII com a crise da mineração<sup>3</sup>. Hoje, sabemos que Minas Gerais manteve uma economia bastante dinâmica durante todo o século XIX, tanto no que diz respeito à produção para o mercado interno, quanto à agroexportação.

Pioneiramente, destaca-se o trabalho de Maria Odila da Silva Dias<sup>4</sup> e Alcir Lenharo<sup>5</sup>, ainda nos anos 70. Maria Odila trabalha com a ideia de uma integração do Centro-Sul do país a fim de abastecer a corte, com a vinda da família real para o Brasil. Lenharo, por sua vez, estuda os comerciantes do Rio de Janeiro e da Comarca do Rio das Mortes, que se estabelecem no sul de Minas, produzindo e distribuindo gêneros agrícolas para o mercado interno. Os dois trabalhos apontam um vigor na economia mineira no século XIX ligados a comercialização de alimentos.

Mas o debate é verdadeiramente aberto com o trabalho de Roberto Martins<sup>6</sup>, que comprova que mesmo após a crise da mineração, Minas Gerais continuava com a maior população escrava do país. Crise da mineração não significaria necessariamente crise da economia mineira. E nessa linha, importantes contribuições são dadas por historiadores que trabalham a economia de alimentos em Minas Gerais nos anos 80 e 90, como Douglas Libby, Robert Slenes, Ângelo Carrara, Carla Almeida e Afonso Graça Filho<sup>7</sup>.

Ainda assim, o estudo do café e da vertente agroexportadora de Minas no século XIX não ganhou muita força nesse momento, uma vez que a cafeicultura em Minas Gerais era considerada mera extensão da cafeicultura do Vale do Paraíba Fluminense<sup>8</sup>. Conforme Roberto Martins:

A emergência do setor cafeeiro e seu rápido crescimento após a metade do século não alteram o quadro. A região cafeeira foi, desde o início, um enclave exportador que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província. Ela era uma

---

<sup>3</sup> PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.; FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2004.

<sup>4</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. **A Interiorização da Metrópole**. In: MOTA, C. G. (org). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

<sup>5</sup> LENHARO, Alcir. **Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil (1808- 1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>6</sup>MARTINS, Roberto. **A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

<sup>7</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no Século**

XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.; SLENES, Robert. **Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1985.; CARRARA, Angelo. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno em Minas Gerais – 1674-1807**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007; GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Economia de Subsistência em São João del Rei(1831-1888)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998.

<sup>8</sup> Martins, *Op. Cit.*

extensão da cafeicultura fluminense e todas as suas ligações eram com o mercado do Rio de Janeiro<sup>9</sup>.

Contudo, essas afirmações não têm qualquer base empírica, como mostra Anderson Pires<sup>10</sup> ao comparar o período de expansão cafeeira no Rio, que entra em crise no fim do século XIX, à Zona da Mata, que começa no fim do século XIX e vai até as primeiras décadas do século XX. Pires vai além e discorda de historiadores que viam como insignificante a produção mineira comparando-a apenas à paulista. Ele mostra que se a análise for feita em escala global, Minas Gerais sozinha produziu mais café do que a Colômbia e até do que todo o restante da América Latina em alguns anos<sup>11</sup>.

Por sua vez, Mônica R. Oliveira<sup>12</sup>, que estudou a cafeicultura da Zona da Mata mineira desde a formação do capital que fora investido na produção da rubiácea até a consolidação da agroexportação, demonstrou importantes diferenças no processo de financiamento das unidades produtivas matenses. Oliveira relaciona os recursos advindos da produção para o mercado interno ao financiamento da cafeicultura, por meio de análise das relações familiares e financeiras. Dessa forma, a cafeicultura em Minas Gerais teria uma origem bem diferente da fluminense, esta ligada ao capital mercantil de grosso trato do Rio de Janeiro<sup>13</sup>, e da paulista, ligada a uma produção agrícola não-mercantilizada<sup>14</sup>.

Inicialmente, nossa intenção seria, assim como Oliveira, perceber a montagem do sistema agrário cafeeicultor na Zona da Mata mineira, mas a partir de um outro núcleo agrário e por meio da reconstituição das redes sociais desenvolvidas pelos proprietários. Contudo, infelizmente não conseguimos ter acesso à documentação necessária – os inventários *post-mortem* principalmente – da maneira que pretendíamos uma vez que essas fontes não estão depositadas em um arquivo histórico, mas sim no fórum da cidade. O acesso ao Arquivo do Fórum Municipal de Mar de Espanha é restrito a duas horas, e é necessário um agendamento prévio de alguns dias. Por problemas de pessoal, esse acesso foi interditado no segundo semestre de 2014.

---

<sup>9</sup> MARTINS, R. **A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1980. p. 39.

<sup>10</sup> PIRES, Anderson. Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” Cafeeira-1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 9, n. 1, v.9 n.1, jan-jul., 2007.

<sup>11</sup> PIRES, *Op. Cit.* p. 139.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

<sup>13</sup> FRAGOSO, João Luis R. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>14</sup> MARCONDES, Renato Leite. **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira: Vale do Paraíba, Século XIX**. Lorena: Stiliano, 1998



Em face disso, buscamos recorrer a outros documentos, que por terem natureza distinta da dos inventários, acabaram por também modificar a natureza da pesquisa. Acabamos nos detendo mais fortemente na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado<sup>15</sup> e no Registro Paroquial de Terras de Mar de Espanha (1854-1856)<sup>16</sup>.

Nosso trabalho caminhou, dessa maneira, para uma análise da população, da propriedade escrava e da propriedade agrária naquela localidade no momento em que se montava a cafeicultura na Zona da Mata mineira. Dialogando com trabalhos relativos a Juiz de Fora, principal pólo da Zona da Mata mineira, buscamos perceber esses aspectos para Mar de Espanha, outro importante núcleo agrário daquela região no século XIX. Seguimos então os apontamentos de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, que defendem que “a pesquisa histórica no Brasil precisa ser estimulada e reorientada, sobretudo para estudos locais, mais aprofundados”<sup>17</sup>.

Pudemos assim perceber as principais características da população livre mardespanhense, inclusive da parte mais pobre, formada por roceiros pardos e crioulos na sua grande maioria. Ângelo Carrara<sup>18</sup> já chamava a atenção para a coexistência de unidades produtivas com características dominantes tipicamente camponesas junto às grandes unidades produtivas agroexportadoras na Mata mineira. Certamente, se nos detivéssemos exclusivamente nos inventários, nosso trabalho não perceberia adequadamente esses grupos.

Também nos detivemos sobre a população escravizada em Mar de Espanha. Pudemos verificar as características demográficas desses indivíduos, bem como o recurso dos proprietários ao tráfico internacional e a reprodução natural para aumentar e manter suas escravarias. Chamou atenção em nossa pesquisa o elevado recurso ao tráfico de crianças africanas quando comparados a outras regiões de mesmo perfil econômico.

---

<sup>15</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>

<sup>16</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Espanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

<sup>17</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite. TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>18</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: 1999. p. 6

A propriedade escrava foi um elemento central da nossa análise. A escravidão de homens e mulheres de origem africana foi fundamental no processo de controle do mercado mundial de café pelo Brasil ao longo da primeira metade do oitocentos. Principalmente, claro, pelos proprietários do Vale do Rio Paraíba do Sul – englobando aqui a Zona da Mata mineira<sup>19</sup>. Tanto através da lista nominativa de 1831, quanto através dos inventários *post-mortem*, pudemos perceber os padrões de posse de escravos ao longo do século XIX. A tendência da concentração da mão de obra verificada em outras áreas de produção para exportação se manteve, mas chamou atenção a existência de muitos plantéis de tamanhos médios para os padrões de outras áreas do Vale do Paraíba, envolvidos inclusive com a produção de café.

Por fim, buscamos também analisar a situação da terra em Mar de Espanha, por meio do Registro Paroquial de Terras. Destacamos principalmente os dados relativos a dimensão e forma de obtenção das propriedades registradas pelos proprietários mardespanhenses entre 1854 e 1856, período da implantação da Lei de Terras.

Fizemos uso de uma abordagem quantitativa, por meio da elaboração de gráficos e quadros que sintetizassem de maneira clara aquilo que a documentação mostrava. Mas estando atento para não fazer uma história meramente descritiva e não-problematizadora, apenas expondo quantidades e informações numéricas. Sempre que possível, buscamos também desenvolver análises mais qualitativas e reflexivas, nos utilizando sobretudo de casos individuais para ilustrar comportamentos estatisticamente recorrentes e algumas tendências observadas, conforme orienta Giovanni Levi<sup>20</sup>.

No capítulo 1 dessa dissertação, baseados principalmente nas observações de Marquese e Tomish<sup>21</sup>, buscamos destacar como o desenvolvimento do mercado mundial de café esteve relacionado a montagem da cafeicultura no Vale do Rio Paraíba do Sul, em áreas das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. Nos detivemos, então, na Zona da Mata mineira, especificamente em sua sub-região sul, correspondente ao vale do rio Paraíba – maior

---

<sup>19</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>20</sup> LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janafna & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>21</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

afluente do Rio Paraíba do Sul. Um dos afluentes do Paraíba – portanto sub-afluente do rio Paraíba do Sul – é o rio Cágado, e às margens desse rio que se desenvolveu o núcleo original de Mar de Espanha, quando foi erguida uma capela em nome de Nossa Senhora das Mercês, tema que passamos a nos centrar no final desta parte<sup>22</sup>. Nos utilizamos nesse capítulo de registros do viajante George Gardner<sup>23</sup>, que visitou Mar de Espanha no início do século XIX, bem como referências bibliográficas de pesquisadores que estudaram a região. Recorremos a alguns dados específicos da nossa documentação para tratar de figuras importantes da primeira metade do oitocentos em Mar de Espanha – e também no Vale do Paraíba: Francisco Leite Ribeiro e Custódio Ferreira Leite.

No capítulo 2, buscamos traçar o perfil sócio-demográfico de Nossa Senhora das Mercês do Cágado na primeira metade do século XIX. Fizemos uso aqui, portanto, da lista nominativa de 1831. Destacamos os principais aspectos da população livre, da população escravizada e da relação entre ambas: a posse escrava.

No capítulo 3, nosso foco foi mais socioeconômico: por meio dos inventários *post-mortem*, percebemos os principais ativos dos proprietários mardespanhenses na primeira metade do século XIX: o primeiro inventário coletado por nós é de 1827 e o último de 1850. Buscamos perceber também a distribuição desses ativos nas mãos dos proprietários classificados por nós como cafeicultores. Finalmente, por meio dos Registros Paroquiais de Terra, pudemos analisar a dimensão das unidades produtivas, bem como a existência – ou não – de um mercado de terras na região antes da Lei de Terras de 1850, identificando como aquelas propriedades haviam sido adquiridas.

No início do capítulo 2 e do capítulo 3, reservamos um espaço para tratar das fontes que estamos trabalhando, discutindo sua natureza bem como a maneira com que coletamos e analisamos os dados dessa documentação. Dessa maneira, no segundo capítulo apresentamos no que consistem as listas nominativas e explicamos como construímos o banco de dados e tratamos os dados. O mesmo se repete para o último

---

<sup>22</sup> VANNI, Julio Cezar. **Sertões do Rio Cágado: origem de povoados, vilas e cidades que integram a bacia hidrográfica do Rio Cágado – MG**. Niterói: Comunitá, 2013. IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Mineiros**, volume 26. Rio de Janeiro: 1959. p. 39. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_26.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf)>

<sup>23</sup> GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts during the years 1836-1841**. London: 1846. p. 539. Disponível integralmente no *Google Books* em <<https://books.google.com.br/books?id=c2VDAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>

capítulo, mas com os inventários *post-mortem* e o registro paroquial de terras de Mar de Espanha. Para a primeira fonte, nos preocupamos muito em deixar claro como construímos uma amostragem para os inventários relativos à década de 40 do século XIX e como trabalhamos com os dois sub-períodos de inventários; já para a última, houve uma preocupação nossa em explicitar todos os passos que envolveram o trabalho com os registros de terra dado a complexidade dessa fonte.

## CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DA CAFEICULTURA E A FORMAÇÃO DE MAR DE ESPANHA

O café é uma bebida produzida a partir dos grãos torrados do fruto homônimo do cafeeiro, que é uma planta nativa da Abissínia (Etiópia). Da família das rubiáceas, a planta só se desenvolve em áreas tropicais e subtropicais. A árvore apresenta um aspecto piramidal, atingindo cerca de 2 metros de altura e possui vida útil de três a quatro décadas<sup>24</sup>.

Mesmo originária da África, foram os muçulmanos, contudo, os primeiros a consumirem de maneira mais ampla o fruto da rubiácea, por volta do século XV. Acredita-se que a bebida servira como substituta do álcool, expressamente proibido pelo livro sagrado do Alcorão. Apenas a partir do século XVIII a bebida conquistou os mercados da Europa Ocidental e dos Estados Unidos<sup>25</sup>.

O primeiro espaço dedicado ao consumo de café aberto na Europa data de 1672, na cidade de Paris, onde uma série de outros estabelecimentos surgidos a partir de então ficaram famosos por receber figuras de destaque político e cultural, como Voltaire, Molière e Fontaine<sup>26</sup>. Trata-se de um momento em que os cafés surgem conjuntamente às transformações políticas e sociais emergidas no ocidente, principalmente nos países europeus<sup>27</sup>. Sobre a importância desses espaços na França, em consonância com o ambiente de mudança na esfera pública local, o historiador norte-americano Steven Topik afirma:

As casas de café funcionavam como centros de efervescência intelectual e política, especialmente durante a Restauração. Elas serviram como os primeiros clubes masculinos, salas de leitura, universidades “penny”, e locais para organização de partidos políticos, assim como precursoras de algumas instituições capitalistas centrais como a bolsa de valores, a casa de café Lloyd e as companhias de seguros<sup>28</sup>.

---

<sup>24</sup> MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. São Paulo: contexto, 2008. pp. 34-35.

<sup>25</sup> SIMMONDS, P. L. **Coffee and Chicory: Their culture, chemical composition, preparation for market, and consumption**. London: E. & F. N. Spon, 1864. p. 6.

<sup>26</sup> WALSH, Joseph M. **Coffee: its History, Classification and Description**. Philadelphia: Henry T. Coates & Co., 1894. p. 11.

<sup>27</sup> ELLIS, Markman. **The Coffee-House: a cultural history**. London: Phoenix, 2005. p.75.

<sup>28</sup> TOPIK, Steven. Consuming Coffee in Central America, 1850-1930. **Diálogos Revista Eletrônica de História**, Nº Especial. 2008. p. 4109.

Segundo Jamieson<sup>29</sup>, a bebida foi incorporada como parte da vida urbana, principalmente nas grandes cidades europeias e norte-americanas. Além de surgir como alternativas às bebidas alcoólicas, já acusadas de serem um “mal social” no século XIX, o café e outros estimulantes – chá, cacau, etc. – fazem parte de uma mudança significativa da dieta humana nas regiões consumidoras dessas mercadorias, destacando-se o uso de alimentos com maior teor calórico, que se apresentavam como maiores fontes de energia não intoxicante, ao contrário das bebidas utilizadas anteriormente como o vinho ou a cerveja<sup>30</sup>. Também se atribuíam vantagens medicinais ao café. O *Bluteau*, por exemplo, destacava que a bebida “desseca as umidades do estomago, e serve contra a corrupção do sangue, a enxaqueca, a hydropefia, e a obstrução das entranhas”<sup>31</sup>.

Na América Latina e no Brasil, o café é reconhecido mais ou menos no mesmo período em que passa a ser difundido na Europa. Data de 1727, quando Francisco Mello Palheta – integrante da comissão enviada a Cayenna pelo governo do Pará – trouxe as primeiras mudas da rubiácea<sup>32</sup>. Segundo Topik<sup>33</sup>, nas Américas, o café começa como um produto de uso doméstico, diferentemente do consumo em espaços públicos da vida urbana europeia.

É na região do Vale do Rio Paraíba do Sul – englobando áreas das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – que o café vai encontrar as melhores condições para o desenvolvimento de uma produção para a exportação. A Imagem 01 abaixo permite identificar a área geográfica da bacia do rio Paraíba do Sul, destacada com uma linha vermelha.

---

<sup>29</sup> JAMIESON, Ross W. The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World. *Journal of Social History*. Vol.35, nº 2. 2001. p. 282.

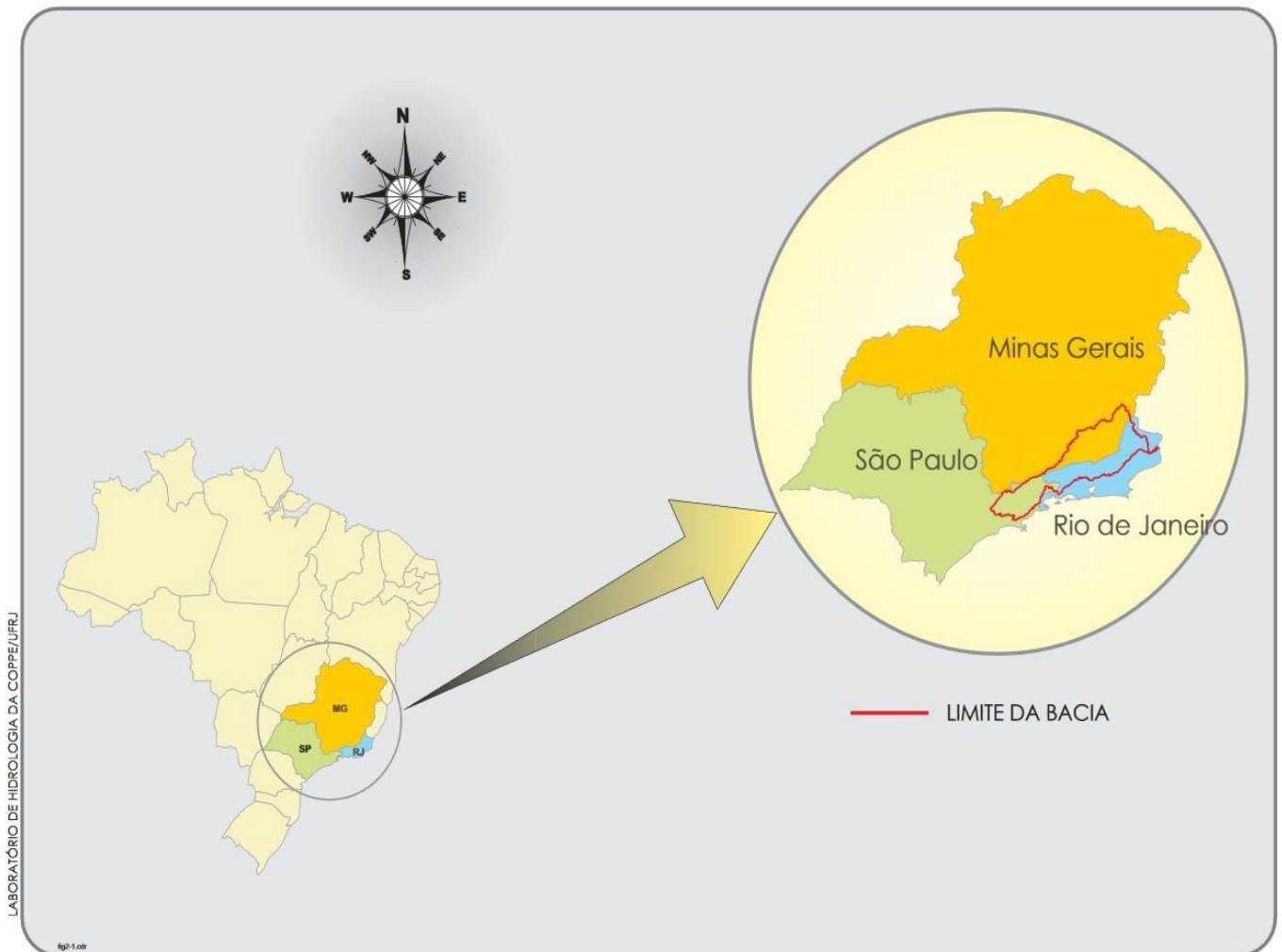
<sup>30</sup> MAHONY, Mary Ann. The Local and the Global: Internal and External Factors in the Development of Bahia’s Cacao Sector. IN: TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006. p. 190.

<sup>31</sup> BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasílico, comico, crítico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V.** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, Vol.7, p.35-36.

<sup>32</sup> MAGALHÃES, Hildebrando de. Contribuição para a história do café. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas e o bicentenário cafeeiro no Brasil – 1727-1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. p. 269.

<sup>33</sup> TOPIK, Steven. Consuming Coffee in Central America, 1850-1930. **Diálogos Revista Eletrônica de Historia**, Nº Especial. 2008..

## IMAGEM 01: Bacia do Rio Paraíba do Sul



Fonte: Fundação COPPETEC Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Resumo**. p.10. Disponível em <<http://www.ceivap.org.br/downloads/PSR-010-R0.pdf>>

Em 1828 o Brasil já despontava como maior produtor mundial de café, com quase toda sua produção vindo do Vale. Os pesquisadores Rafael Marquese e Tomich<sup>34</sup> apontam para a necessidade de se pensar desenvolvimento da cafeicultura na região remetendo a processos globais mais amplos.

<sup>34</sup>MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 344.

## 1.1 O Mercado Mundial de Café e o Vale do Paraíba

Durante cerca de dois séculos os circuitos que envolviam o café se encontravam situados principalmente no mundo árabe. Somente na primeira década do século XVII ocorre de fato a entrada do produto nos mercados da Europa, principalmente devido à ação das Companhias das Índias Orientais, tanto da Inglaterra (EIC), como da Holanda (VOC)<sup>35</sup>. Período este que, como vimos, corresponde ao de criação das primeiras casas de café na Europa.

Com potências europeias como Holanda, França e Inglaterra assumindo o controle da produção e comercialização da rubiácea, o café foi se estabelecendo como um produto colonial no século XVIII<sup>36</sup>. O café foi introduzido, por exemplo, em Java, na Jamaica e em São Domingo. E essa última – ou a crise dela – está ligada ao desenvolvimento da cafeicultura no Vale.

O período final do século XVIII marca um salto na produção, segundo Marquese e Tomich<sup>37</sup>. Os autores afirmam que as exportações de São Domingo pularam do patamar de cerca de 3100 toneladas, em 1755, para perto de 32000 toneladas, em 1790. Às vésperas da Revolução, São Domingo era responsável por cerca da metade da produção mundial de café. Um mercado, segundo o historiador, ainda restrito ao consumo de luxo das camadas urbanas da Europa continental e do Levante Asiático.

Em Agosto de 1791 uma revolta de escravos desencadeou um processo revolucionário que levaria a nascer o segundo Estado independente da América: o Haiti. Não nos interessa aqui discutir a Revolução do Haiti, mas sim o seu efeito no mercado mundial de café. Segundo Marquese e Tomich<sup>38</sup>, apenas no final do século XIX a produção haitiana retomou os patamares anteriores à Revolução. Enquanto o consumo de café ascendia, a retirada brusca da oferta de São Domingo teve impacto imediato nas demais zonas cafeicultoras mundiais.

---

<sup>35</sup> CLAY, Jason. **World Agriculture and the Environment: a commodity-by-commodity guide to impacts and practices**. Washington: Island Press, 2004. p. 70. JAMIESON, Ross W. The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World. **Journal of Social History**. Vol. 35, nº 2, 2001. p. 276.

<sup>36</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 160.

<sup>37</sup>MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 345.

<sup>38</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *Op. Cit.* p. 347



É o caso, por exemplo, da Jamaica. Segundo Marquese e Tomich<sup>39</sup>, em 1790 as Antilhas Inglesas produziam cerca de mil toneladas. A Revolução do Haiti teve resposta imediata dos senhores de escravos jamaicanos: a produção saltou de 6000 toneladas no fim do século XVIII para 13500 toneladas em 1808. Os autores destacam ainda Cuba, na década de 1810 e o Brasil, a partir da década de 1820 e, principalmente, da década de 30 do século XIX.

É importante mencionar também que o século XIX é um período de conjuntura favorável ao comércio internacional. Inovações técnicas permitiram maior produtividade e demandaram outros tipos de produtos; movimentos migratórios proporcionaram a ocupação de novas áreas de cultivo; ampliação e melhorias no setor de transportes proporcionaram redução nos custos e agilidade nas trocas comerciais; políticas econômicas e institucionais impulsionaram e facilitaram a dinâmica de investimento, crédito e comercialização dessas mercadorias<sup>40</sup>. Polanyi chama a atenção também para a inexistência de guerras prolongadas entre as potências europeias, o que teria estimulado a expansão dessas economias, quando o “comércio se unira definitivamente à paz”<sup>41</sup>. O historiador inglês Eric J. Hobsbawm<sup>42</sup> ainda destaca nesse contexto a revolução tecnológica, quando uma transformação sem precedentes na história da humanidade ocorreu por meio da possibilidade de locomoção extremamente mais veloz, através da ferrovia e da navegação a vapor.

Como vimos, na década de 1720 o café fora inserido no Brasil no Estado do Grão-Pára e Maranhão. Marquese e Tomich<sup>43</sup> afirmam que na segunda metade do século XVIII, por volta de 1760, o cafeeiro chega ao Centro-Sul da América Portuguesa, nas chácaras e quintais da cidade do Rio de Janeiro<sup>44</sup>. Os autores chamam a atenção para a existência de condições no Vale do Paraíba que eram favoráveis a produção e comercialização da rubiácea: volumoso tráfico negreiro entre portos da África Central e do Rio de Janeiro; existências de vias que cruzavam o Vale do Paraíba no sentido norte-sul (Caminho Novo) e leste-oeste (Caminho Novo da Piedade);

---

<sup>39</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 347

<sup>40</sup> KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy, 1820 - 2000: an introductory text**. New York: Routledge, 1999, pp. 9-25.

<sup>41</sup> POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. RJ: Elsevier, 2000, p. 30.

<sup>42</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 68.

<sup>43</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *Op. Cit.* p. 352.

<sup>44</sup> Sobre o café na América Portuguesa setecentista, ver TAUNAY, Affonso de E. **Subsídios para a História do Café no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1935.

disponibilidade de uma enorme área de terras virgens entre a Serra da Mantiqueira e os contrafortes da Serra do Mar; meio básico de transporte baseado nas tropas de mula, capaz de enfrentar a topografia acidentada<sup>45</sup>.

Essa infra-estrutura tem certa relação com a articulação da mineração com o Rio de Janeiro segundo os autores. Contudo, Marquese e Tomich<sup>46</sup> chamam atenção também para a importância da transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil. Além do aumento populacional e conseqüente aumento da demanda por gêneros de primeira necessidade, esse evento aprimorou a rede de caminhos que cortavam o Centro-Sul da colônia. Alcir Lenharo<sup>47</sup> destaca a construção da Estrada do Comércio e da Estrada da Polícia.

A abertura dos Portos, após 1808, também foi importante, segundo os autores, pois conectou diretamente os senhores de escravos brasileiros ao mercado mundial. A liberdade de comércio ainda teve impacto numa maior oferta de escravos: a média anual de 10000 cativos desembarcando no porto do Rio de Janeiro na primeira década do século XIX saltou para 19000 africanos na década seguinte.

Os senhores de escravos que investiram em café em 1810 responderam a esses incentivos. Marquese e Tomich<sup>48</sup> apontam que a média anual do período de 1797 a 1811 era de cerca de 400 toneladas; entre 1812 e 1816, o impacto do intercâmbio direto com o mercado mundial e seus preços em forte alta fez subir a média anual para 1500 toneladas; no quinquênio seguinte chegou a 6100 toneladas anuais; nos anos de 1822 e 1823 da independência a produção dobrou e atingiu 13500 toneladas anuais; em 1833 a produção quadruplicara, com a marca de 67000 toneladas. Nessa década o Brasil se consolidou no patamar de maior produtor mundial de café. A partir de então temos um período em que, para os historiadores, o Vale assume o domínio sobre o mercado mundial de café, conforme o Gráfico 01 abaixo.

---

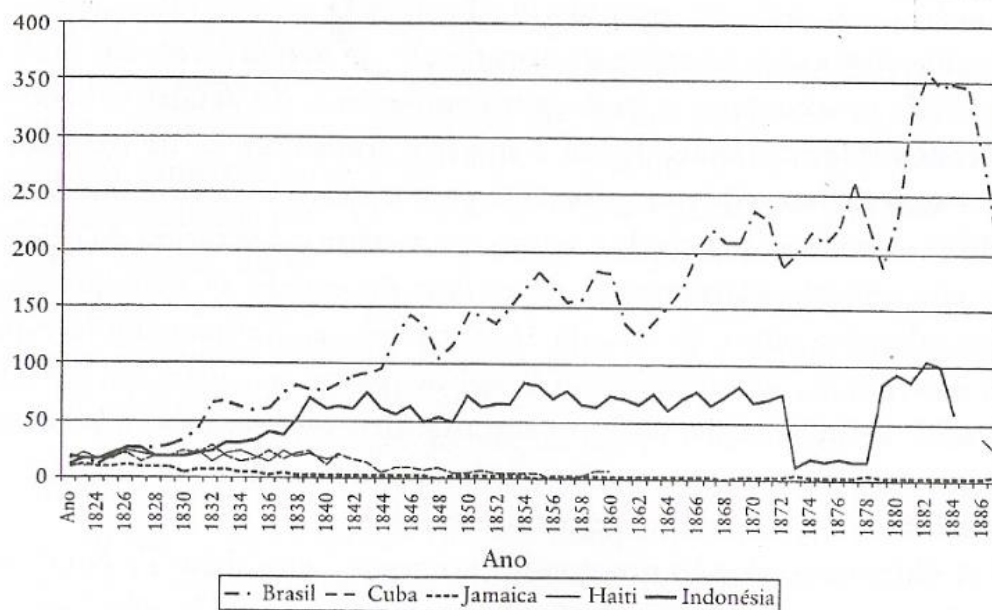
<sup>45</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 353

<sup>46</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *Op. Cit.* p. 354.

<sup>47</sup> LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Editora Símbolo, 1979. 57-68.

<sup>48</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *Op. Cit.* p. 355-356

**GRÁFICO 01: Exportações Mundiais de Café (1823-1888)**



Apud: MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 360

Os autores chamam a atenção para a importância do mercado consumidor norte-americano no aumento na produção de café:

nesse período sua população [dos Estados Unidos] aumentou 15 vezes e o consumo *per capita* anual passou de apenas 25 gramas para quatro quilos. Tratava-se de um mercado aberto, livre de tarifas de importação desde 1832, que pouco exigia a respeito da qualidade do café adquirido<sup>49</sup>.

Além dos Estados Unidos, outros grandes compradores europeus passavam por um rápido processo de urbanização e industrialização. Nesses países observamos uma explosão demográfica e um notável aumento nas taxas de consumo *per capita*. Analisando o papel de Minas Gerais no que chamou de cadeia global da *commodity* cafeeira, Anderson Pires<sup>50</sup> afirma que a elevada oferta brasileira a baixo custo foi

<sup>49</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 361.

<sup>50</sup> PIRES, Anderson. Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” Cafeeira-1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Maio-Ago 2007. p. 133.

fundamental na transformação do café de um produto restrito a um mercado de luxo no século XVIII a um mercado industrial de massa no século XIX.

Os dados de Mauro Rodrigues da Cunha dão a dimensão dessa relação da oferta brasileira com a demanda mundial, para a segunda metade do século XIX, compilados nos Quadros 01 e 02 abaixo.

**QUADRO 01: Produção Mundial de Café (1852-1904)**

<i>Ano</i>	<i>Mundo</i>	<i>Brasil</i>	<i>Colômbia</i>	<i>Outros</i>	<i>África</i>	<i>Ásia/Oceania</i>
1852	4,60	2,40	0,0002			
1856	5,60	3,20	0,0065			
1860	6,30	3,60	0,0096			
1864	5,60	2,60	0,0325			
1868	6,50	3,80	0,0519			
1872	7,50	3,50	0,0854			
1876	7,80	3,60	0,0850			
1880	9,80	5,61	0,0940			
1884	11,11	6,21	0,123	3,97	0,19	0,63
1888	11,06	6,83	0,200	3,46	0,13	0,45
1892	11,02	6,20	0,330	3,96	0,21	0,32
1896	13,47	8,68	0,459	3,863	0,23	0,27
1900	18,14	13,85	0,300	3,53	0,19	0,28
1904	15,61	11,16	0,501	3,66	0,13	0,16

Apud: CUNHA, Mauro Rodrigues. IN: MARTINS, Marcellino & JOHNSTON, E. (ORG.). **150 anos de café**. Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E.Johnston Exportadores Ltda., 1992, p.307-308.

**QUADRO 02: Importação Mundial de Café (1851-1915)**

<i>Ano</i>	<i>Mundo</i>	<i>EUA</i>	<i>Europa</i>	<i>Outros</i>
1851	4,6070	1,1567	-	3,4504
1857	5,2049	1,8219	-	3,3829
1862	5,1642	0,9299	-	4,2343
1868	7,0579	1,8824	-	5,1755
1874	7,1522	2,1546	-	4,9977
1880	7,5287	3,3793	-	4,1494
1886	11,1350	4,2713	-	6,8637
1892	10,8750	4,7950	-	6,0800
1898	14,0250	6,5948	-	7,4302
1904	16,1450	7,5382	-	8,6068
1910	17,6099	6,6020	9,8151	1,1927
1915	16,6168	8,4653	6,8002	1,3512

Apud: CUNHA, Mauro Rodrigues. IN: MARTINS, Marcellino & JOHNSTON, E. (ORG.). **150 anos de café**. Rio de Janeiro: Marcellino Martins & E.Johnston Exportadores Ltda., 1992, p.330-331.

Marquese e Tomich<sup>51</sup> destacam ainda a importância do tráfico internacional de escravos na primeira metade do século XIX para consolidação do Brasil na posição de maior produtor mundial de café na outra metade do oitocentos, como podemos visualizar nos quadros acima. Os anos de maior introdução de cativos pelo porto carioca (1828 e 1829, com 45 mil e 47 mil africanos, respectivamente) encontraram correspondência nas safras abundantes de 1833 e 1834, segundo os autores. Nesse período o Vale do Paraíba dobrou o volume da produção de 1831.

Foi fundamental, portanto, a ação dos fazendeiros do Vale junto ao governo regencial, em 1835, para superar a Lei de fim do tráfico de 07 de Novembro 1831. Essa lei, fruto do tratado anglo-brasileiro de 1827, definia que os africanos que fossem introduzidos no Brasil a partir daquela data seriam automaticamente libertados. Previasse o seu retorno imediato à África e os traficantes e os compradores seriam submetidos a processo criminal.

Em decorrência dessa dura legislação, entre 1831 e 1835, o tráfico tornara-se residual. Mas a partir de 1835, os cafeicultores encontram apoio junto ao Regresso Conservador, chegando a desembarcar 166 mil africanos ilegalmente escravizados na década de 40 do século XIX. Todos esses escravos deveriam ser formalmente livres, mas em nenhum momento o Estado brasileiro questionou a posse efetiva dos fazendeiros. Isso deixou os proprietários do Vale do Paraíba suficientemente abastecidos de mão de obra em meados do século XIX, quando assumem o controle do mercado mundial de café. Os acordos políticos internos deram segurança institucional aos cafeicultores<sup>52</sup>. Conforme afirmam Marquese e Tomich

É aqui que se encontra o caráter radicalmente moderno da escravidão no Vale do Paraíba. Com base nela, o Brasil tornou-se capaz de determinar o preço mundial de um artigo indissociável do cotidiano das sociedades urbanas industriais, cujos ritmos de trabalho passaram a ser marcados pelo consumo da bebida. Nas fábricas, no comércio, nas repartições públicas, nos hospitais, nas escolas ou em qualquer

---

<sup>51</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 365.

<sup>52</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. *Op. Cit.* pp.365-367.

outro lugar no qual a cadência fosse ditada pelo tempo do relógio, o estimulante tornou-se onipresente.<sup>53</sup>

Portanto, Marquese e Tomich relacionam o desenvolvimento de um mercado consumidor mundial de café às condições do Vale do Paraíba – sejam àquelas advindas da mineração do século XVIII, seja aquelas ligadas a vinda da Família Real para o Brasil no princípio do século XIX. Destacam ainda a articulação política dos fazendeiros de café do Vale com o Estado para garantir as condições de controlar o mercado mundial de café.

A disponibilidade de terras no Vale do Paraíba, com clima favorável, permitiu que a cafeicultura se desenvolvesse através do sistema de uso extensivo do solo<sup>54</sup>, sem investimentos em tecnologia<sup>55</sup>. Caracterizava-se pelo processo de derrubada-queimada, com a constante incorporação de novas terras.

O Vale apresentava, dessa forma, disponibilidade de terra e trabalho (escravo) para o desenvolvimento da cafeicultura. São esses elementos que principalmente iremos analisar para Mar de Espanha nos capítulos seguintes. Mas, antes cabe apresentar a região que nos debruçamos: a Zona da Mata mineira. Ela compreende principalmente ao vale do Rio Paraíba, principal afluente do rio Paraíba do Sul. A Imagem 02 abaixo permite visualizar a área da bacia do rio Paraíba, destacada em amarelo, bem como seus afluentes<sup>56</sup>, dentro da bacia do Rio Paraíba do Sul.

---

<sup>53</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 373.

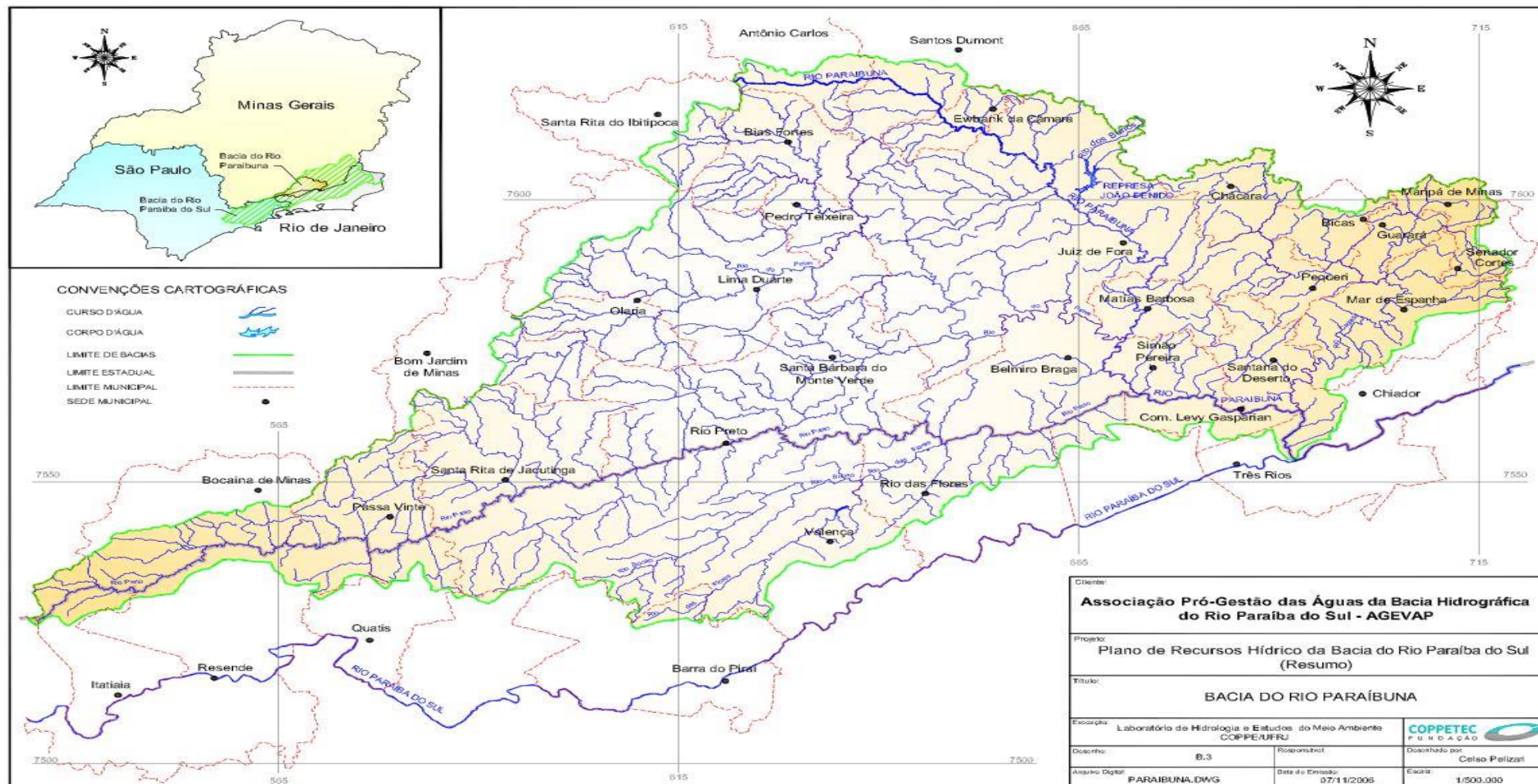
<sup>54</sup> Sobre o sistema-agrário cafeicultor, ver PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993. FRAGOSO, João. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2011

<sup>55</sup> Eram necessárias basicamente apenas três ferramentas em todo o processo: o machado, a foice e a enxada, usados no processo de derrubada, sementeira e manutenção da lavoura.

<sup>56</sup> Destaque para o rio Cágado, afluente do rio Paraíba, em Mar de Espanha.



IMAGEM 02: Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e Seus Afluentes



Fonte: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul - AGEVAP. Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul - Resumo. p. 3. Disponível em <<http://www.ceivap.org.br/downloads/cadernos/Caderno%203%20-%20Paraibuna.pdf>>

## 1.2 A Zona da Mata Mineira e Mar de Espanha

O que hoje compreende a Zona da Mata mineira era conhecido no período colonial como *sertões do leste* ou *áreas proibidas*. “Sertão”<sup>57</sup> é designado no *Dicionário Bluteau*<sup>58</sup> como uma área distante da costa do mar. Esse espaço compreende a região entre as lavras auríferas de Minas Gerais e o litoral fluminense e capixaba, possuindo uma densa cobertura florestal que segundo o geógrafo Orlando Valverde<sup>59</sup> deu origem ao nome da região.

*Áreas proibidas*, por sua vez, remete à proibição da Coroa Portuguesa a ocupação de áreas que pudessem facilitar o contrabando do ouro, caso dos *Sertões da Mantiqueira*<sup>60</sup>. Segundo André Figueiredo Rodrigues<sup>61</sup>, essa denominação foi criada em 1736 pelo Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, que proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania, tentando-se evitar extravios do ouro ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexisteriam registros e vigilância das patrulhas. A já mencionada floresta densa e a presença dos diversos grupos indígenas que lá habitavam – coroados, carapós e puris<sup>62</sup> – faziam da Mata uma barreira natural para evitar o extravio do ouro. Em fato, nenhuma vila foi erguida na região até o último quartel do século XVIII. Sua localização abrangia

[...] a oeste, próximo à região mineradora central, encontrava-se a freguesia de Guarapiranga, abarcando o vale do rio Piranga, limitada a noroeste com os territórios dos distritos de Ribeirão do Carmo e Vila

---

<sup>57</sup> Sobre a variedade de *sertões* em Minas Gerais, ver SOUZA, Laura de Mello. **Em Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas na segunda metade do século XVIII**. 1998.

<sup>58</sup> BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, Vol.7, p.613.

<sup>59</sup> VALVERDE, Orlando. O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, 2091. Rio de Janeiro: 1858. pp. 3-82.

<sup>60</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 46. p. 255. Segundo o autor, A região da serra da Mantiqueira que atinge São Paulo e Bahia com as denominações Paranapiacaba, Cantareira, Chapada Diamantina, serra do Tombador e serra da Jacobina, somente em Minas Gerais adquiriu a denominação geral: Mantiqueira. Este termo tem a sua origem na língua tupi e significa "serra das vertentes", pois *Maan* — significa coisa grande, serra e *Tiquira* significa que verte. Ver: Discurso de posse Jorge Lasmar. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 22, t. 1, p. 717, 1992-1998; COSTA, Joaquim Ribeiro. Mantiqueira. In **Toponímia de Minas Gerais**. 2. ed. rev. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997, p. 273.

<sup>61</sup> RODRIGUES, *Op. Cit.* p. 255.

<sup>62</sup> Genericamente chamados de Botocudos.



Rica; ao norte, evidenciavam-se os Sertões da Casa da Casca e do Cuieté, respectivamente, nos vales dos rios Casca e Doce, cujos marcos divisórios eram dados pelas Comarcas de Sabará e do Serro Frio; o lado leste era a parte mais imprecisa, pois compreendia até os limites litigiosos na divisa entre as Capitânicas de Minas Gerais e Espírito Santo; e o sul era composto pela serra da Mantiqueira, no vale do rio Paraíba. No centro da área destacava-se o Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos, no vale do rio Pomba<sup>63</sup>.

Mônica Oliveira<sup>64</sup> destaca que a definição da Zona da Mata passou por diversas mudanças no decorrer dos anos, com localidades sendo incluídas e excluídas. A historiadora afirma que a região chegou a abarcar, no século XIX, partes das sub-regiões Metalúrgicas e Rio Doce.

Ângelo Carrara<sup>65</sup>, baseado nos estudos de Elza de Souza<sup>66</sup>, chama a atenção para a existência de três sub-regiões distintas, com características demográficas, econômicas e sociais próprias na Zona da Mata Mineira. O autor fala em *zonas da mata*, destacando a existência de uma zona da Mata norte, uma zona da Mata central e finalmente a zona da Mata sul.

Nos interessa aqui essa parte sul, que corresponde, segundo Carrara, aos vales do rio Paraíba e dos seus afluentes rio Preto, rio Paraibuna e rio Pomba. Desta sub-região participavam os municípios de Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Santos Dumont e, evidentemente, Mar de Espanha. Imagem 03 abaixo ajuda a identificar a Zona da Mata mineira, bem como suas sub-regiões e os principais municípios.

---

<sup>63</sup> CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2008. p. 75.

<sup>64</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. p. 43.

<sup>65</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: 1999. p.13.

<sup>66</sup> SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. **Revista brasileira de Geografia**, jan.-mar. 1951, 13(1), pp. 52-3.

**IMAGEM 03: Mapa das Províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo**  
**Divisão Sub-regional da Província de MG**



Apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. p. 271

Apesar das proibições, Mônica Oliveira<sup>67</sup> destaca a partir de relatos de cronistas e viajantes, que a abertura do Caminho Novo propiciou a ocupação da região. Essa estrada deveria ligar a região das Minas ao Rio de Janeiro de maneira mais rápida e

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. p. 44

segura que o Caminho Velho<sup>68</sup>. Podemos perceber as dificuldades da viagem antes da abertura do Caminho Novo por meio do relato de Antonil, em viagem feita junto ao governador Arthur de Sá Menezes em 1703:

Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às minas gerais (...) Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dous em Guaratinguetá, dous nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinquenta e seis dias. E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias<sup>69</sup>.

O Caminho Novo buscava, dessa maneira, encurtar e facilitar essa viagem. Aberto por Garcia Rodrigues Paes – filho primogênito do bandeirante Fernão Dias Paes – em princípios do século XVIII, as matas foram devassadas da Serra do Mar até o Paraíba do Sul e depois do vale do Paraibuna até o alto da Mantiqueira<sup>70</sup>.

Ao longo de seu itinerário surgiram roças e ranchos para a estalagem de tropeiros e animais que nele trafegavam. Mônica Oliveira aponta para o desenvolvimento ali de uma economia voltada para a produção e comercialização de alimentos<sup>71</sup>.

A autora afirma, contudo, que o efetivo povoamento só pode se concretizar com o decréscimo da extração aurífera, o que levou a diminuição das proibições impostas pela Coroa. Oliveira destaca a existência de cartas de sesmaria para as primeiras décadas do século XIX, com a formação de algumas grandes propriedades. Além disso, a historiadora considera também importantes a posse ou o domínio de terra pelas elites provenientes das zonas de ocupação mais antigas, envolvidas com o mercado interno mineiro<sup>72</sup>.

---

<sup>68</sup> Havia ainda o Caminho da Bahia (Dos Currais ao Sertão).

<sup>69</sup> ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, p.87.

<sup>70</sup> CARVALHO, Daniel. **Estudos e Depoimentos**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953. p. 26.

<sup>71</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. p. 44.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, *Op. Cit.* pp. 45-46.

Ângelo Carrara<sup>73</sup>, no mesmo sentido, também contextualiza o povoamento da zona da Mata sul ao primeiro quartel do século XIX. O autor afirma que é a partir do ano de 1817 que o povoamento se efetiva, com a migração de proprietários de lavras para o vale do rio Paraíba do Sul, onde estabeleceriam a cafeicultura de base escravista, acumulando ao longo do século XIX as maiores escravarias da província. Segundo o autor, em 23 anos as fazendas desses proprietários estariam consolidadas em enormes unidades de produção para exportação. Seus proprietários seriam responsáveis pela construção da rede viária que escoaria a produção até o porto do Rio de Janeiro. Essa é a situação verificada para Mar de Espanha pelo autor, relativas à ação pioneira dos irmãos Ferreira Leite na região.

O sertão do rio Cágado foi desbravado pelos bandeirantes Antônio José da Costa e João Maqueira. Em 1811 o Arraial do Cágado era apenas uma rancharia para acampamento de tropeiros<sup>74</sup> onde se ergueu uma capela em nome de Nossa Senhora das Mercês<sup>75</sup>. Vinte anos depois, já com a chegada de Francisco Leite Ribeiro, Nossa Senhora das Mercês do Cágado era um distrito do Termo de Barbacena com 1186 pessoas, das quais 725 eram escravos<sup>76</sup>. Em 1834, pelos dados apresentados por Douglas Libby<sup>77</sup>, a população do distrito já atingia 1491 pessoas, entre elas 960 escravos. Ou seja, em apenas três anos, a população de Nossa Senhora das Mercês do Cágado cresceu 25,71% e o número de escravos 32,41%. Em 1841, já estando lá Custódio Ferreira Leite – futuro Barão de Aiuruoca –, São João Nepomuceno fora elevado a categoria de vila e o Arraial do Cágado era seu distrito<sup>78</sup>. Dez anos depois a sede da vila era transferida para Mar de Espanha<sup>79</sup>, por ação de Custódio, agora já com o nome que conserva ainda hoje<sup>80</sup>. Finalmente, em 1859 a vila foi elevada à categoria de

---

<sup>73</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: 1999. 19-21

<sup>74</sup> VANNI, Julio Cezar. **Sertões do Rio Cágado: origem de povoados, vilas e cidades que integram a bacia hidrográfica do Rio Cágado – MG**. Niterói: Comunitá, 2013. p. 42. Paulo Mercadante.

<sup>75</sup> IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Mineiros**, volume 26. Rio de Janeiro: 1959. p. 39. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_26.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf)>

<sup>76</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>

<sup>77</sup> *Apud* OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. p 137.

<sup>78</sup> Lei Provincial n. 202 de 1841.

<sup>79</sup> Lei Provincial n. 514 de 1851.

<sup>80</sup> O topônimo *Mar de Espanha* advém de uma fazenda de mesmo nome fundada por sesmeiros que, nas primeiras décadas do século XIX se fixaram na margem direita do rio Paraíba, próxima de um local onde havia transposição de tropeiros sobre o rio. A região ficou conhecida como sertão do Mar de Espanha, estendendo-se o topônimo para o lado mineiro. VANNI. *Op. Cit.* p. 45.

cidade<sup>81</sup>. Esse rápido amadurecimento político pode ser visto como um indicativo do desenvolvimento econômico da região.

Nesse período, em meados do século XIX, Mar de Espanha já possuía 71 engenhos de socar café, 10 de serrar madeiras, além de 24 engenhos de aguardente e 26 de açúcar. Possuía ainda 21 sobrados, três edifícios ornados com sacadas de ferro e comércio ativo, além de dois colégios<sup>82</sup>. Paulo Mercadante<sup>83</sup> atribui justamente à ação dos irmãos Ferreira Leite o rápido desenvolvimento da localidade.

Nascido em 1780 em São João Del Rei, Francisco Leite Ribeiro obteve 17 sesmarias em seu nome e nome de parentes entre 1817 e 1819 para àquela região – entre os rios Paraíba do Sul, Paraibuna e Pomba<sup>84</sup>. Em 1819, segundo Ângelo Carrara, ele tinha uma roça com engenho e 36 escravos na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, de onde constituiu fortuna prévia que possibilitou o estabelecimento de suas fazendas de café na região<sup>85</sup>. Contudo, ainda antes, em 1805, Francisco Leite Ribeiro já aparecia arrematando os dízimos da Freguesia de Barbacena<sup>86</sup>. Comportamento compatível com o que Mônica Oliveira<sup>87</sup> observou para a formação da cafeicultura em Juiz de Fora e sua ligação com o capital acumulado endogenamente em Minas Gerais.

Em 1831, Francisco Leite Ribeiro já aparece registrando 205 escravos na lista nominativa de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, futura Mar de Espanha. Assim descreveu o cafeicultor e sua Fazenda do Lourical, o viajante inglês George Gardner em 1841:

No dia seguinte nós fomos visitar o Capitão Francisco Leite, um irmão do Coronel [Custódio Leite Ribeiro], cuja Fazenda é cerca de uma légua e meia ao norte. Nós tivemos sorte de encontrá-lo em casa, que então nos mostrou tudo o que valia a pena ver em sua propriedade; ele

---

<sup>81</sup> Suas freguesias eram Santo Antônio do Mar de Espanha; Santo Antônio do Aventureiro; Divino Espírito Santo do Mar de Espanha; Nossa Senhora das Dores do Monte Alegre; e São José do Paraíba. Ver SILVA, José Joaquim da. **Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1997. pp. 135-136.

<sup>82</sup> GUIMARÃES, Elione Silva. Experiências econômica de cativo (Zona da Mata de Minas Gerais, segunda metade do oitocentos). In: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia (orgs.). **Campos em disputa: História Agrária e companhia**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 218

<sup>83</sup> MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste: estudo de uma região: a mata mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

<sup>84</sup> RIBEIRO, Armando Vidal Leite. **Família Vidal Leite Ribeiro**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1960. p. 238.

<sup>85</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: 1999. 19-21,

<sup>86</sup> RIBEIRO *Op. Cit.* pp 235-236.

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005

é um homem alto, e mesmo considerando sua idade avançada, é bem ativo e disposto. Ele me informou que era nativo das áreas mineradoras, e começou sua carreira como um simples minerador<sup>88</sup>, tendo tido sorte para conseguir um pouco de dinheiro, ele abandonou sua ocupação e comprou essa fazenda 20 anos antes de nossa visita, em um período que tudo estava coberto por matas. Ele é agora um dos mais ricos, se não o mais rico indivíduo dessa parte do país; o cultivo do café enriqueceu a maior parte dos habitantes dessa região fértil. Sua fazenda produz cerca de 11 mil arrobas de café; e também uma quantidade considerável de queijo, açúcar, rum, que são principalmente enviados para o mercado do Rio de Janeiro<sup>89</sup>.

Francisco Leite Ribeiro faleceu em 1844 e seu inventário confirma as constatações do viajante: 228 escravos e um monte líquido no valor de incriveis 1087:024\$203 o colocavam como uma das maiores, senão a maior fortuna da província, segundo Ângelo Carrara<sup>90</sup>. Armando Vidal Leite Ribeiro ainda destaca sua atuação em obras de infraestrutura do Vale do Paraíba:

No acervo de suas obras merecem salientar: 1º construção de estrada visando o porto de Mar de Espanha no Rio Paraíba, aí construindo rampas, canoas, quartéis e Registro para fiscalização da exportação de produtos da Província e cobrança de taxas de travessia; 2º a construção da longa e difícil estrada<sup>91</sup> de Magé ou do porto da Piedade, através de Teresópolis, a Sapucaia, no Estado [província à época] do Rio, à margem do rio Paraíba; 3º a construção, mediante contrato com a secretaria do Império, da ponte de Sapucaia<sup>92</sup>.

Seu irmão, Custódio Leite Ribeiro, o Barão de Aiuruoca, passara por Barra Mansa, Pirai, Vassouras e Valença, antes de se fixar definitivamente em Mar de Espanha, junto ao seu irmão. Segundo Armando Vidal Leite Ribeiro<sup>93</sup>, ele só chegaria em Nossa Senhora das Mercês do Cágado no década de 30 do século XIX, o que explica não termos o encontrado na lista nominativa de 1831. Seu nome está ligado a

---

<sup>88</sup> Gardner usa o termo *gold-washer*

<sup>89</sup> GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts during the years 1836-1841**. London: 1846. p. 539. Disponível integralmente no Google Books em <<https://books.google.com.br/books?id=c2VDAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>

<sup>90</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: 1999. p. 21.

<sup>91</sup> Estrada do Couto.

<sup>92</sup> RIBEIRO, Armando Vidal Leite. **Família Vidal Leite Ribeiro**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1960. p. 252

<sup>93</sup> RIBEIRO, *Op. Cit.* p. 240

municípios nas margens mineira e fluminense do rio Paraíba do Sul<sup>94</sup>. Fato esse que fez Francisco de Paula Ferreira de Rezende<sup>95</sup>, visitando a Mata no período da morte do Barão, o classificar como uma figura legendária do Vale do Paraíba e da Mata mineira.

Não localizamos o inventário de seus bens, mas em 1854, cinco anos antes de seu falecimento, o Barão de Aiuruoca registrara três sesmarias e meia de terras como suas, obtidas por meio de compras em 1817. Em 1856 registrou mais duas propriedades, um sobrado no Largo da Matriz e uma morada de casas na Rua do Comércio.<sup>96</sup> Por meio dos dados da Intendência de Polícia da Corte, Roberto Martins<sup>97</sup> afirma que ele teria traficado 267 escravos. Esses cativos eram responsáveis pela produção de café em sua fazenda Barra do Louriçal, que segundo relatos do viajante George Gardner<sup>98</sup>, chegavam a 10 mil arrobas de café. Lenharo<sup>99</sup> destacou ainda sua participação em obras públicas, construindo diversas estradas e pontes, como Estrada da Polícia, construída entre 1816 e 1820<sup>100</sup>. Segundo o autor, essa obra foi fundamental na integração do Centro-Sul, no estabelecimento de vias de abastecimento e também na colonização e ocupação do Vale do Paraíba fluminense e mineiro.

Elione Guimarães<sup>101</sup> também destaca como fazendeiros pioneiros de Mar de Espanha os irmãos Ferreira de Carvalho, proprietários da Fazenda de Sant'anna da Barra. Segundo a autora, Jacintho Ferreira de Carvalho comprou meia légua de terras em quadra de uma sesmaria em 1834, na Fazenda Ericeira. Com o tempo, aumentou a propriedade e em 1854 a fazenda já era composta de duas sesmarias de terra, 80 escravos, 126 mil cafeeiros de diversas idades, um pequeno canavial e alguns gêneros como milho, feijão e arroz. Em 1855, encontramos seu herdeiro Casimiro Lucio

---

<sup>94</sup> CARRARA. *Op. Cit.* p. 20.

<sup>95</sup> Rezende apresenta também diversas anedotas a respeito Custódio Ferreira Leite. Ver REZENDE, Francisco de Paula F. **Minas Recordações**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944. p. 377.

<sup>96</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

<sup>97</sup> MARTINS, Roberto Borges. A Transferência da Corte Portuguesa Para o Brasil: Impactos Sobre Minas Gerais. In: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. 2008. p. 16.

<sup>98</sup> GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts during the years 1836-1841**. London: 1846. p. 539.

<sup>99</sup> LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842**. São Paulo: Editora Símbolo, 1979. 57-68.

<sup>100</sup> Em 1841, George Gardner encontrou Custódio Leite Ribeiro gerenciando a construção de uma estrada na serra dos órgãos, próximo a Magé. Essa estrada chegaria a Minas através de uma ponte, construída em Sapucaia.

<sup>101</sup> GUIMARÃES, Elione Silva. Experiências econômica de cativo (Zona da Mata de Minas Gerais, segunda metade do oitocentos). In: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia (orgs.). **Campos em disputa: História Agrária e companhia**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 219

Ferreira<sup>102</sup> de Carvalho e irmãos registrando uma sesmaria de terra de cultura obtida por herança. Guimarães aponta que eles eram proprietários também de uma Casa de Comércio.

Portanto, a historiografia atribui às primeiras décadas do século XIX o povoamento efetivo da zona da Mata sul. No capítulo seguinte, procederemos a uma análise sócio-demográfica de Mar de Espanha na década de 30 do oitocentos, justamente nesse período. Na parte dos anexos dessa dissertação, apresentamos um mapa de Mar de Espanha de 1847. É possível inclusive perceber neste algumas fazendas, como a mencionada Fazenda do Louriçal.

---

<sup>102</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.



## CAPÍTULO 2 – A COMPOSIÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA DE MAR DE ESPANHA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Buscamos anteriormente, para além de discutir as relações da formação do mercado mundial de café com o desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba, analisar como se deu a formação e o povoamento efetivo da Zona da Mata mineira. Focamos nosso estudo na parte sul da Zona da Mata, região onde se desenvolveram os principais polos da cafeicultura em Minas Gerais, destacando a localidade de Mar de Espanha, relativa à documentação que nos debruçamos nessa pesquisa.

Ao trabalharmos com a documentação mardespanhense não estamos buscando realizar uma história meramente local. Elegeu-se este município pela grande quantidade de documentação disponível, pela presença de grandes cafeicultores da província e consequente importante participação na produção cafeeira mineira, embora relativamente poucas pesquisas tenham se detido sobre ele. A localidade em questão se trata do recorte espacial adotado para o desenvolvimento dessa pesquisa. Nosso objetivo aqui é buscar perceber os principais aspectos da formação da cafeicultura em Minas Gerais, sendo essa documentação um meio para tal empreitada. A comparação constante com a produção historiográfica também é um elemento caro a nossa abordagem, de maneira que não estamos buscando discutir aqui a história de Mar de Espanha *stricto sensu*. Portanto, o que pretendemos é prestar uma contribuição ao debate histórico sobre demografia e sociedade nas Minas Gerais oitocentistas como um todo e a cafeicultura na Zona da Mata mineira em particular.

A documentação utilizada neste capítulo consiste principalmente na Lista Nominativa de 1831 para o distrito de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado – futura sede do Município de Mar de Espanha. Essa fonte nos permite uma visão mais ampla da localidade, uma vez que não havia pré-requisitos econômicos, sociais e/ou qualitativos para ser registrado na Lista Nominativa. O ano de 1831, data da realização do censo, se engloba em um período tido como de formação e montagem da cafeicultura na Zona da Mata mineira<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> Em sua dissertação de mestrado, Bruno Vitoretto trabalha com o termo Vale do Paraybuna para esse período, por considerar que o elemento conformador da Zona da Mata Mineira é o advento da cafeicultura, o que só ocorreria nas décadas seguintes. VITORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna à Zona da Mata: terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Juiz de Fora: 2012.

Para além de discutir as possibilidades e limites das fontes utilizadas e as explicações metodológicas utilizadas no levantamento e no trato dos dados e do devido diálogo com a produção historiográfica, faremos aqui uma análise da composição social e demográfica de Mar de Espanha, dentro do quadro de Minas Gerais; analisaremos, sobretudo, a situação da população livre, da população cativa e a propriedade escrava na primeira metade do século XIX.

## 2.1 – As Listas Nominativas de 1831

Uma importante fonte utilizada na nossa pesquisa – e documentação central desse capítulo – são as listas nominativas. Trata-se de censos demográficos e socioeconômicos para o período proto-estatístico brasileiro, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX<sup>104</sup>. Douglas Libby nos informa que segundo o presidente da Província de Minas Gerais, esses censos foram produzidos para “o exacto e detalhado conhecimento do estado da população e da indústria”.<sup>105</sup> Há listas principalmente para as províncias do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

As listas nominativas de 1831 e 1832 relativas a Minas Gerais foram inteiramente transcritas pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR), e estão disponíveis online<sup>106</sup>. Essa documentação trata de cerca de meio milhão de indivíduos, distribuídos em 85 mil domicílios. Marcelo Godoy e Clotilde Paiva, dois dos principais responsáveis pelo projeto e pesquisadores do CEDEPLAR, estimam que essas listas cubram de 60% a 65% da população de Minas Gerais na época<sup>107</sup>.

Em uma lista nominativa encontramos arrolados os domicílios de determinado distrito. Em cada domicílio é possível observar seus moradores e algumas informações sobre eles, conforme representado abaixo:

### IMAGEM 04: Transcrição de Parte de uma Lista Nominativa<sup>108</sup>

"Q. = Quarteirão", "F. = Fogo", "Nº. = Número"

Q	F	Nº	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
0	1	1	Francisco de Sales de Oliverira	28	branco	Solteiro	livre	administrador do regimento
		2	Matheos	20	africano/preto	Solteiro	escravo	barqueiro
		3	Joaquim	18	africano/preto	Solteiro	escravo	barqueiro
		4	Matheos	24	africano/preto	Solteiro	escravo	barqueiro
		5	Bernardo	26	africano/preto	Solteiro	escravo	ferreiro
		6	Daniel	14	africano/preto	Solteiro	escravo	pajem
		7	Pedro	20	africano/preto	Solteiro	escravo	barqueiro
		8	Antonio	22	africano/preto	Solteiro	escravo	barqueiro
		9	João	18	africano/preto	Solteiro	escravo	ferreiro
		10	Joaquim	20	africano/preto	Solteiro	escravo	cozinheiro
0	2	1	João Baptista	48	branco	Casado	livre	comandante do regimento
		2	Marianna	22	branco	Casado	livre	
		3	João	3	branco	S/ inf.	livre	
		4	Pedro	1	branco	S/ inf.	livre	
		5	João	25	africano/preto	Solteiro	escravo	cozinheiro
		6	Antonio	12	africano/preto	Solteiro	escravo	

<sup>104</sup> GODOY, Marcelo Magalhães & PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**.v. 27, n. 1, pp. 161-191, jan./jun. 2010.

<sup>105</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 29.

<sup>106</sup> Disponíveis em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>

<sup>107</sup> GODOY, Marcelo Magalhães. *Op. Cit.*

<sup>108</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>. Trata-se da transcrição feita pelo CEDEPLAR. Ao longo de toda a pesquisa, utilizamos as variáveis conforme o CEDEPLAR transcreveu.

Na transcrição acima, o primeiro número corresponde ao quarteirão onde está localizado o fogo, muitas vezes ignorado pelos censores. No segundo encontramos o número do fogo. Em seguida o número do indivíduo no domicílio, acompanhado do seu nome – pelo qual podemos presumir o sexo –, idade, cor ou qualidade, estado conjugal, condição social e ocupação, respectivamente. Onde aparece *S/ inf* na transcrição corresponde a informação omitida pelo recenseador. Prevalece a tendência em identificar primeiro os homens, depois as mulheres; primeiro os adultos, depois as crianças; primeiro os livres, depois os escravos.

Portando, as listas estão divididas em fogos. De acordo com Clotilde Paiva<sup>109</sup>, *fogo* é um termo português usado no século XIX para se referir a domicílio. Mário Rodarte<sup>110</sup> destaca, contudo, que se trata de um domicílio diferente da definição contemporânea. O fogo constituiu uma forma híbrida e arcaica de organização doméstica, onde o grupo de parentesco quase sempre desenvolvia outras funções sociais e econômicas, sobretudo a de ser uma unidade produtiva.

Essas listas consistem em uma das principais fontes utilizadas por historiadores para tratar de Minas Gerais provincial. Contudo, Godoy e Paiva<sup>111</sup> alertam para

o imprescindível estudo dos limites e possibilidades de dados demográficos produzidos segundo critérios nunca inteiramente recuperáveis. Como para qualquer tipo de fonte histórica, a utilização de listas nominais de habitantes deve ser precedida de crítica que contemple a consistência interna e externa do documento e estabeleça, como mencionado, suas possibilidades e limites.

Conforme nos mostram os pesquisadores, não podemos esperar que as informações contidas nessas listas tenham sido submetidas aos procedimentos de correção e/ou padronização utilizados hoje por demógrafos e economistas. Um problema recorrente é a omissão ou simplificação de informações feitas pelas pessoas que elaboraram esses censos. No exemplo utilizado encontramos esse problema principalmente no estado conjugal, condição e na ocupação de alguns indivíduos. Paiva e Godoy alertam que esse fenômeno ocorre sobretudo para escravos e mulheres.

---

<sup>109</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. (Tese de Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 59

<sup>110</sup> Unidades de produção e reprodução, segundo o autor. RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O Trabalho do Fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2008.

<sup>111</sup> PAIVA, *Op. Cit.*, 162.

O maior problema das informações das listas remete, contudo, à ocupação. Há uma tendência geral de identificar a ocupação de chefes de fogo<sup>112</sup> e não do restante dos indivíduos. Provavelmente a ocupação do chefe indica a vocação daquela unidade produtiva e conseqüentemente da maior parte dos subordinados a ele.

Contudo, a importância de se deter sobre as listas nominativas é que elas abrangem uma amostragem da população muito superior aos inventários. Os inventários *post-mortem* remetem exclusivamente às pessoas que tinham posse para abrir um inventário – trataremos disso mais adiante, no capítulo 3 –, deixando de lado uma porcentagem significativa da população. Dessa maneira, ainda com os limites das listas nominativas, trabalhar com elas permite uma aproximação maior com a realidade da população em estudo, mesmo sendo mais pobres em dados sociais e econômicos que os inventários.

Infelizmente, não dispomos para Minas Gerais de séries de listas para vários anos, como São Paulo e Paraná. Isso possibilitaria uma análise mais rica da população. Em trabalho sobre São José dos Pinhais, no Paraná, Cacilda Machado pôde, por exemplo, acompanhar por diversos anos a trajetória de indivíduos registrados nas listas nominativas, de camadas sociais para as quais nos carecem informações, como os pardos<sup>113</sup>.

Para o nosso estudo, contamos apenas com as informações referentes à lista nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, a qual vinte anos mais tarde será sede da vila de Mar de Espanha, como vimos no capítulo anterior. Por meio dela, levantamos algumas informações sobre a população de Mar de Espanha no início da década de 30, período de formação do sistema agrário cafeicultor na Zona da Mata Mineira.

Construímos um banco de dados por meio do software *FileMaker*, no qual inserimos todas as informações contidas na Lista Nominativa de 1831. Como vimos acima, são elas nome, idade, qualidade, condição, estado conjugal e ocupação. Pelo nome pudemos também presumir o sexo dos indivíduos. Esse banco de dados foi elaborado com duas tabelas separadas, a de livres e a de escravos, que se relacionavam por meio dos chefes de fogo. Dessa maneira, foi possível trabalhar com essa população de maneira conjunta e separada. Cada livre tem seu número de identificação e cada

---

<sup>112</sup> O primeiro listado em cada fogo.

<sup>113</sup> Machado, Cacilda da Silva. **A Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais-PR, passagem do XVIII para o XIX)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

escravo tem um número de identificação e o número de identificação de seu proprietário. Abaixo duas imagens de como esse banco de dados foi elaborado. No exemplo, é possível relacionar o ID 1 do chefe de fogo Francisco de Sales da primeira tabela aos nove escravos cujo ID\_Pai também é 1 da segunda tabela. Por sua vez, os dois escravos de ID\_Pai 2 são do livre de ID 2, João Batista.

### IMAGEM 05: Banco de Dados da Lista Nominativa – Tabela de Livres

ID	Nome	É chefe de fogo	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Ocupação	Escravidão
1	Francisco de Sales	Sim	Masculino	28	Branco	Solteiro	Administrado	9
2	João Batista	Sim	Masculino	48	Branco	Casado	Comandante	2
3	Marianna	Não	Feminino	22	Branco	Casado		
4	João	Não	Masculino	3	Branco	Solteiro		
5	Pedro	Não	Masculino	1	Branco	Solteiro		
6	Joze Gonçalves	Sim	Masculino	36	Branco	Solteiro	Escrivão de	2
7	Lucinda	Não	Feminino	28	Branco	Solteiro	Costureira	
8	Joze	Não	Masculino	3	Branco	S/ Inf		
9	Candida	Não	Feminino	2	Branco	S/ Inf		
10	Manoel	Não	Masculino	12	Branco	Solteiro	Cozinheiro	
11	Manoel Joze	Sim	Masculino	30	Pardo	Solteiro	Soldado	
12	Pantaleão	Não	Masculino	26	Branco	Solteiro	Soldado	
13	Miguel da Silva	Sim	Masculino	20	Branco	Solteiro	Roceiro	2
14	Sebastião Joze	Sim	Masculino	40	Pardo	Casado	Roceiro	
15	Casemira	Não	Feminino	30	Pardo	Casado	Fiadeira	
16	Sabina	Não	Feminino	18	Pardo	Solteiro		
17	Maria	Não	Feminino	16	Pardo	Solteiro		
18	Dorcolina	Não	Feminino	14	Pardo	Solteiro		
19	Maria	Não	Feminino	12	Pardo	Solteiro		
20	Carolina	Não	Feminino	12	Pardo	S/ Inf		
21	Calisto	Não	Masculino	5	Pardo	S/ Inf		
22	Antonio Rodriguez	Sim	Masculino	40	Branco	Casado	Roceiro	1
23	Venancia	Não	Feminino	36	Branco	Casado	Costureira	
24	Joze Pereira	Sim	Masculino	38	Pardo	Casado	Roceiro	
25	Selestina	Não	Feminino	30	Pardo	Casado	Cozinheira	
26	Vericimo	Não	Masculino	10	Pardo	S/ Inf		
27	Antonio	Não	Masculino	8	Pardo	S/ Inf		
28	Mariano	Não	Masculino	6	Pardo	S/ Inf		
29	Manoel	Não	Masculino	1	Pardo	S/ Inf		
30	Manoel Theixeira	Sim	Masculino	37	Branco	Casado	Fazendeiro	20

### IMAGEM 06: Banco de Dados da Lista Nominativa – Tabela de Escravos

ID	ID_Pai	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Ocupação
1	1	Matheos	Masculino	20	Africano	Solteiro	Barqueiro
2	1	Joaquim	Masculino	18	Africano	Solteiro	Barqueiro
3	1	Matheos	Masculino	24	Africano	Solteiro	Barqueiro
4	1	Bernardo	Masculino	26	Africano	Solteiro	Ferreiro
5	1	Daniel	Masculino	14	Africano	Solteiro	Pajem
6	1	Pedro	Masculino	20	Africano	Solteiro	Barqueiro
7	1	Antonio	Masculino	22	Africano	Solteiro	Barqueiro
8	1	João	Masculino	18	Africano	Solteiro	Ferreiro
9	1	Joaquim	Masculino	20	Africano	Solteiro	Cozinheiro
10	2	João	Masculino	25	Africano	Solteiro	Cozinheiro
11	2	Antonio	Masculino	12	Africano	Solteiro	
12	6	Maria	Feminino	10	Africano	S/ Inf	
13	6	Antonio	Masculino	10	Africano	S/ Inf	

## 2.2 Mar de Espanha na Lista Nominativa de 1831:

Com a crise da mineração na segunda metade do século XVIII, uma dispersão populacional ocorre na Capitania de Minas Gerais, que tinha antes seus habitantes concentrados na região mineradora. Segundo Ângelo Carrara, foi um processo que ocorreu como “ondas provocadas pela queda de uma pedra num lago, a fronteira avançou desde os primeiros anos da ocupação territorial nos fins do século XVIII a partir dos núcleos mineradores originais”<sup>114</sup>.

Este é o período denominado por Douglas Libby de acomodação evolutiva<sup>115</sup>. O refluxo da mineração, principal atividade da capitania, fez com que ocorresse um processo de rearranjo interno de suas estruturas. Carla Almeida desenvolve essa ideia, percebendo três momentos na economia de capitania e província de Minas Gerais: um primeiro momento, entre 1750 e 1770, marcado pelo auge minerador; um segundo momento, entre 1770 e o início do século XIX, quando as unidades produtivas mineiras se diversificam, desenvolvendo a agricultura e a pecuária; e um terceiro momento, entre 1820 e 1850, marcado por um crescimento da dinâmica produtiva com a produção para fora dos limites da província<sup>116</sup>. Segundo Almeida,

Freguesias até então extremamente produtivas e em constante crescimento, deram lugar a outras que até a bem pouco tempo possuíam reduzido número de habitantes e menor interesse econômico, fosse para a coroa, ou para os habitantes das Minas. Assim, o peso das quatro comarcas da capitania também se alterou sensivelmente, tanto em termos da proporção da população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial. Vila Rica que fora até então dominante cede lugar para a Comarca do Rio das Mortes que passa a concentrar a maior parte da população livre, da mão de obra escrava e da geração de recursos. Em menor proporção, esse mesmo movimento de rearticulação interna da população e da produção na capitania de Minas, também se manifestou no interior das comarcas e dos termos, quando algumas localidades até então inexpressivas passaram a ter grande importância para a economia local. Foi este o caso de muitas localidades do Sul de Minas e da Zona da Mata<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. Mariana: UFOP, 1999 p. 14.

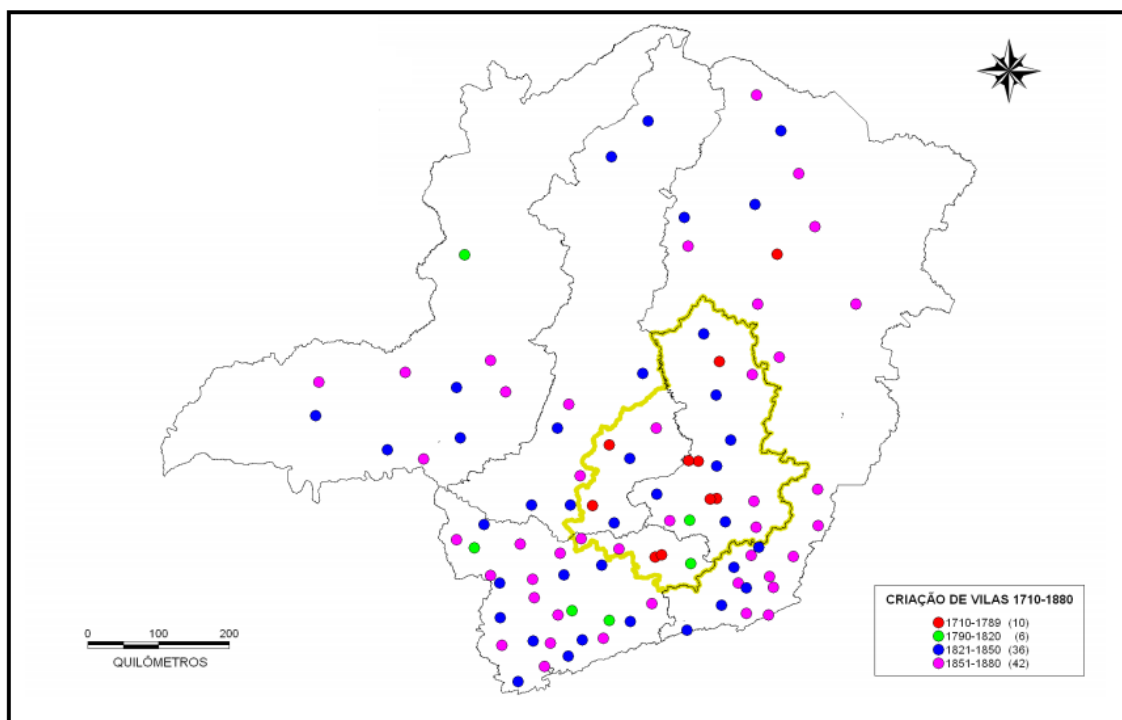
<sup>115</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>116</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p.137-160, 2005, p.154.

<sup>117</sup> ALMEIDA, *Op. Cit.* p. 157

Em sua tese de doutorado, Vitória Andrade<sup>118</sup> percebeu esse movimento populacional através da quantidade de vilas fundadas no sul de Minas e na Zona da Mata a partir do início do século XIX, conforme podemos observar no mapa abaixo. Os pontos de cor azul e roxa indicam as vilas criadas a partir de 1821, enquanto os verdes remetem ao período entre 1790 a 1820. Anteriores a esse período são indicados pelos pontos vermelhos.

### IMAGEM 07: Criação de vilas em Minas Gerais entre 1710 e 1880.



Apud ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Os Sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza, família na Zona da Mata mineira, 1846-1888.** Tese de doutorado. UFRRJ-CPDA, 2011. p. 74.

Ângelo Carrara demonstra, através das listas de dízimos, que entre 1750 e 1807 as freguesias das zonas mineradoras apresentaram acentuadíssima queda na produção agrária. Contudo, as freguesias ao sul da capitania são as que apresentam o mais destacado crescimento em sua produção nesse mesmo período. Carrara acredita que isso revela uma precoce articulação dessa região com o mercado do Rio de Janeiro.

A concentração de escravos em Minas Gerais também pode ser vista como um indicador dessa mudança do eixo econômico. Segundo as estimativas do Barão de

<sup>118</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Os Sertões de São Paulo do Muriaé. Terra, riqueza, família na Zona da Mata mineira, 1846-1888.** Tese de doutorado. UFRRJ-CPDA, 2011



Eschwege<sup>119</sup>, em 1821 a Comarca do Rio das Mortes concentrava 41,5% da população e 46,7% dos escravos da capitania. Por sua vez, a outrora maior concentradora populacional, a Comarca de Vila Rica, registrava o menor número de habitantes dentre todas as comarcas mineiras.

Diversos trabalhos sugeriram que os cativos da Zona da Mata foram originários da região mineradora em crise<sup>120</sup>. Contudo, Roberto Martins qualificou essa ideia como *absurda*<sup>121</sup>. Segundo o pesquisador, esses escravos chegavam a Minas Gerais a partir do tráfico de escravos proveniente do Rio de Janeiro. Manolo Florentino corrobora o que afirmou Roberto Martins:

Com relação à distribuição terrestre de africanos entre a segunda metade da década de 1820 e a primeira da seguinte, Minas Gerais, com sua economia voltada para o abastecimento (isto é, com a predominância de camponeses donos de pequenos plantéis de cativos), aparecia como pólo de absorção de 40% a 60% dos escravos que saíam do Rio de Janeiro. (...) O desempenho da economia mineira a transformava em um dos grandes pólos de demanda por africanos desembarcados no porto do Rio (...) <sup>122</sup>.

Robert Slenes<sup>123</sup> segue na mesma linha, relacionando a importação de escravos em Minas Gerais no início do século XIX ao dinamismo da economia mineira mesmo após a crise da mineração. Contudo, Slenes relaciona mais ao desenvolvimento de uma economia de exportação, enquanto Martins falava em uma economia voltada para o mercado interno e com baixo grau de mercantilização. Além da Corte constituir-se em um potente mercado para os produtos mineiros, a expansão cafeeira da Zona da Mata e do Vale do Paraíba Fluminense teria gerado *efeitos multiplicadores* na província, através de um mercado exportador de gado, queijo, toucinho, algodão e outros produtos. Esta produção gerava renda monetária capaz de incentivar a procura de escravos.

---

<sup>119</sup> ESCHWEGE, Wilhem L. von. Notícias e reflexões estatísticas sobre a província de Minas Gerais. **RAPM**, v.4, n.4, 732-62, 1899.

<sup>120</sup> IGLESIAS, Francisco. **Política economia do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: MEC/Instituto nacional do Livro, 1958. COSTA, Emilia Viotti da. **Da Senzala a Colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

<sup>121</sup> MARTINS, Roberto Borges. **Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora**. Estudos Econômicos, 1983. p.183.

<sup>122</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 38.

<sup>123</sup> SLENES, Robert. Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos ICHF/UNICAMP**, n.17, 1985. p. 451.

Devido a forte presença escrava antes mesmo da introdução efetiva da cafeicultura, Douglas Libby afirma que a Zona da Mata mineira já estava fortemente inserida em um modelo econômico dinâmico na primeira metade do século XIX. Isso se daria através do setor da agricultura de subsistência e da agricultura de abastecimento. Segundo Libby,

[...] a Mata já se encontrava firmemente engajada na agricultura mercantil de subsistência antes da chegada do café. Isso, alias, explicaria a tradição da auto-suficiência das fazendas de café da região ao longo da segunda metade do século passado (...) Ademais, esse achado também indicaria que, embora o mercado-alvo dos excedentes produzidos na Zona da Mata na década de 1830 provavelmente fosse a cidade do Rio de Janeiro, a região não deveria estar ausente da rede de abastecimento dos núcleos mineradores no século XVIII, especialmente dada sua proximidade de boa parte desse mercado. Mais importante ainda é constatar que, com seu considerável plantel de escravos, a Zona da Mata estava apta a absorver o surto da cafeicultura, cuja chegada não tardaria.<sup>124</sup>

O levantamento da população cativa do Termo de Barbacena – que abrangia parte da Zona da Mata Sul – feita por Mônica Oliveira ajuda a observar isso. Por meio dos Mapas de População de 1834, a autora identificou que 46,4% da população era composta por cativos, conforme podemos verificar no Quadro 01 abaixo. Destaque para as localidades que irão integrar a Zona da Mata Mineira (destacadas com \*), especialmente Mercês do Cágado (em negrito) – futura Mar de Espanha – com a maior porcentagem de população cativa dentro da população total, superior a 64%.

### QUADRO 03: Resumo dos Mapas de População do Termo de Barbacena – 1834

Termo	Distritos	População Total	Cativos	%	Livres	%
	Barbacena	2439	843	34,56	15996	64,43
	Ribeirão	1307	485	30,98	822	62,89
	Remédios	2098	1055	50,28	1043	49,71
	*Rio do Peixe	1190	495	41,59	695	58,4
	Santa Rita	1013	338	33,46	675	66,63

<sup>124</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988. p.48

B A R B A C E N A	Ibitipoca	1052	404	38,4	648	61,59
	*Piau	1042	532	51,05	510	48,94
	Borda do Campo	822	291	34,5	531	64,59
	Barroso	553	224	40,5	329	59,49
	São José do Paraíba	914	414	45,29	500	54,7
	*Espírito Santo	1514	501	33,09	1013	66,9
	Garambeo	738	317	42,95	421	57,04
	Bom Ret/ Livramento	1739	720	41,4	1019	58,59
	*Simão Pereira	2501	1574	62,93	927	37,06
	*Rio Preto	2420	1106	45,7	1314	54,29
	Ilheus	482	124	25,72	358	74,27
	Bom Jardim	1427	553	38,75	874	61,24
	São Domingos	1270	456	35,9	814	64,09
	Bertioga	727	367	50,48	360	49,51
	Curral Novo	1042	627	60,17	415	39,82
	*Rosario	782	328	41,94	454	58,5
	*São Franc. de Paula	1701	809	47,56	892	52,43
	<b>*Mercês do Cagado</b>	<b>1491</b>	<b>960</b>	<b>64,38</b>	<b>531</b>	<b>35,61</b>
	*Chapéu de Uvas	2244	1128	50,26	1116	49,73
	*Juiz de Fora	1532	949	61,94	583	38,5
*João Gomes	1087	545	50,13	542	49,86	
Quilombo	1232	656	53,24	576	46,75	
*Bicas	-	-	-	-	-	
Total	28	36.159	16.801	46,46	19.358	53,53

Apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. p 137.

Buscaremos agora trabalhar com os dados encontrados na Lista Nominativa de 1831 da Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Tentaremos levantar por meio dessa documentação informações econômicas, sociais e demográficas da população livre e escrava da futura sede da vila de Mar de Espanha. Infelizmente não dispomos de uma série de listas, para vários anos, o que possibilitaria analisar de maneira mais complexa e clara esses dados. Ainda assim, a lista de 1831 nos permite ter uma visão da região em estudo para esse momento específico da formação da cafeicultura em Minas Gerais.

Iremos utilizar casos específicos registrados no censo para demonstrar qualitativamente aquilo que os levantamentos quantitativos apontam. Seguimos aqui a orientação de Giovanni Levi<sup>125</sup> sobre a utilidade histórica de casos individuais para a explicação e entendimento de comportamentos e condições sociais estatisticamente frequentes. Trataremos inicialmente da população livre registrada na lista nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Em seguida, nosso foco se direcionará para a população cativa. Por fim, a propriedade escrava será trabalhada, estabelecendo uma relação entre livres e cativos.

---

<sup>125</sup> LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

### 2.2.1 A População Livre de Nossa Senhora das Mercês do Cágado:

Nossa Senhora das Mercês do Cágado possuía 90 fogos em 1831. Neles residiam 1186 pessoas, das quais 461 eram livres e 725 eram escravos. Portanto, 61,1% da população do distrito era formada por cativos, enquanto 38,9% eram livres. Números próximos aos que Mônica Oliveira<sup>126</sup> encontrou ao analisar a lista Nominativa de Santo Antonio do Parahybuna para o mesmo ano de 1831: 1136 habitantes, sendo 546 livres e 790 escravos, o que significa que a população cativa correspondia a 59% dos habitantes. Mas são expressivamente maiores que os 36,77% de cativos encontrados por Douglas Libby para a Zona da Mata como um todo<sup>127</sup>. Isso pode ser melhor observado no Quadro 02 a seguir, que construímos comparando os dados encontrados por Mônica Oliveira e Douglas Libby aos encontrados por nós.

**QUADRO 04: Livres e Escravos na População da Zona da Mata, de Juiz de Fora e de Mar de Espanha no Segundo Quartel do Século XIX**

Localidade	Livres	Escravos
Zona da Mata (1831-1840) <sup>128</sup>	63,23%	36,77%
Santo Antônio do Parahybuna (1831) <sup>129</sup>	41%	59%
Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831)	38,9%	61,1%

Fonte: Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

As listas nominativas de 1831 nos revelaram um perfil bastante heterogêneo quanto a qualidade/cor dos habitantes de Mar de Espanha. Foram recenseados homens e mulheres sob a denominação de branco, pardo, crioulo, africano/preto, índio e mestiço (cabra/caboclo). Não é objetivo dessa pesquisa uma discussão profunda sobre o conceito de cor/qualidade, mas cabe tecermos algumas considerações para melhor compreender o perfil social da região em estudo. Sobretudo porque é justamente por meio dessa

<sup>126</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA. p.75. Jonis Freire apresenta números bem próximos aos de Mônica Oliveira para Santo Antonio do Juiz de Fora, encontrando 41,4% de livres e 58,6% de escravos. FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009.

<sup>127</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 47.

<sup>128</sup> \* Dados retirados de LIBBY, *Op. Cit.*

<sup>129</sup> \*\* Dados retirados de OLIVEIRA, *Op. Cit.*

documentação que conseguimos ter um melhor acesso a situação do grupo dos livres de cor<sup>130</sup>, uma vez que os inventários *post-mortem* acabam selecionando indivíduos de alguma posse, subrepresentando os mais pobres. Um estudo exclusivamente baseado em inventários poderia, indevidamente, ignorar ou diminuir a presença de pardos e outras pessoas de cor em Mar de Espanha.

Minas Gerais concentrou a maior parcela de livres de cor do Brasil<sup>131</sup>. O uso do termo qualidade pela província não é por acaso, uma vez que além da tonalidade da pele, a cor indicava o lugar social em uma sociedade hierarquizada<sup>132</sup>. Significava uma relação, direta ou indiretamente, com a África e a escravidão, conforme afirma Silvia Lara:

“(...) a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão. Ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros, pardos e mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era importante elemento de identificação e classificação social”<sup>133</sup>.

Essas qualificações são categorias um tanto quanto imprecisas, podendo variar conforme a região, o período e a pessoa responsável pelo levantamento<sup>134</sup>. Africano/preto, por exemplo, é uma categoria utilizada principalmente para escravos nascidos na África, mas pode ser encontrado em indivíduos livres<sup>135</sup>, como em dois casos da documentação que trabalhamos. Douglas Libby<sup>136</sup> aponta que para Minas Gerais como um todo, crioulo, seja livre ou escravo, era uma denominação para aqueles

---

<sup>130</sup> Cacilda Machado utilizou a categoria de *não branco livre*. Machado, Cacilda da Silva. **A Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais-PR, passagem do XVIII para o XIX)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

<sup>131</sup> LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José Del Rey em 1795. In: **Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas**, v. 17, n.1/2, p. 17-46, 2000. p. 18.

<sup>132</sup> GUEDES, Roberto. De ex-escravo à elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO Antonio Carlos Jucá (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos, América Lusa, Séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>133</sup> LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas, escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.144.

<sup>134</sup> Para maiores informações ver: LIBBY, Douglas C; FRANK, Zephyr L. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. In: **Revista Brasileira de História**, v. 29, nº 58, 2009, p.383-415. Machado, Cacilda da Silva. **A Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais-PR, passagem do XVIII para o XIX)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

<sup>135</sup> KARASCH, Mary. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 37.

<sup>136</sup> LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 51.

indivíduos nascidos no Brasil, enquanto no Rio de Janeiro era apenas para filhos de mães africanas. Dispondo de uma série de listas para São José dos Pinhais na virada do século XVIII para o século XIX, Cacilda Machado<sup>137</sup> pôde perceber que o termo pardo fora empregado para indivíduos nascidos naquela localidade. Hebe Mattos, por sua vez, afirmou que pardo inicialmente era uma categoria que identificava escravos de pele mais clara, com ascendência europeia, mas que teve seu sentido ampliado, significando mais uma categoria social para aqueles indivíduos aos quais “não era mais cabível a classificação de ‘preto’ ou de ‘crioulo’, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo”.<sup>138</sup> Roberto Guedes<sup>139</sup> deixou bem clara a relação existente entre qualidade e lugar social ao encontrar indivíduos que “mudavam de cor” na documentação conforme a mobilidade social em seu estudo sobre Porto Feliz, no qual acompanhou trajetórias de sujeitos que eram “clareados” no censo conforme ascendiam socialmente.

O modo como os livres de cor foram tratados na Lista Nominativa de Nossa Senhora das Mercês do Cágado particularmente parece corroborar esta ideia. Todos os brancos apareceram com a condição de livres e todos aqueles que são cativos também receberam a indicação da situação de escravidão. Contudo, pardos, crioulos, africanos/pretos, índios e mestiços que não são escravos – e presumivelmente livres – aparecem sem informação quanto a sua condição de liberdade. Mesmo aqueles que eram chefes de fogo e proprietários de escravos não apareceram classificados como livres. Vejamos pelo exemplo a seguir:

---

<sup>137</sup> MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 127.

<sup>138</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000. p. 16-17.

<sup>139</sup> GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. p. 45.

### IMAGEM 08: Tratamento de Livres de Cor na Lista Nominativa

Q	F	N°	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
0	18	1	Joze Soares	30	pardo	Casado	S/ inf.	roceiro
		2	Brizida	24	pardo	Casado	S/ inf.	fiadeira
		3	Joaquim	3	pardo	S/ inf.	S/ inf.	
		4	Theodoro	2	pardo	S/ inf.	S/ inf.	
		5	Francisca	1	pardo	S/ inf.	S/ inf.	
		6	Joaquina	16	africano/preto	Solteiro	escravo	cozinheira
		7	Felisberto	16	africano/preto	Solteiro	escravo	

Fonte: Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>. Transcrição feita pelo CEDEPLAR.

Neste caso, o pardo Joze Soares, um roceiro de 30 anos, é chefe do fogo número 18 e casado com Brizida, uma parda de 24 anos que tem a ocupação de fiadeira. Com eles vivem três crianças pardas, muito provavelmente seus filhos, além de dois jovens escravos africanos. Podemos presumir que se trata de pessoas livres, tendo o seu próprio domicílio, família e escravos. No entanto, a condição de liberdade foi omitida pelo responsável pelo censo.

Essa mesma situação se repete para todos os livres de cor da documentação, sem uma única exceção, e não ocorre para nenhum branco. Por sua vez, a condição de forro e liberto não apareceu uma única vez para Mar de Espanha. Isso provavelmente foi uma opção do recenseador, já que não é um padrão em todas as listas nominativas de Minas Gerais<sup>140</sup>. Mas também reforça e corrobora o entendimento de que qualidade não significa apenas cor para alguns agentes do Estado brasileiro do século XIX, ao não registrar como livres pessoas que não fossem brancas.

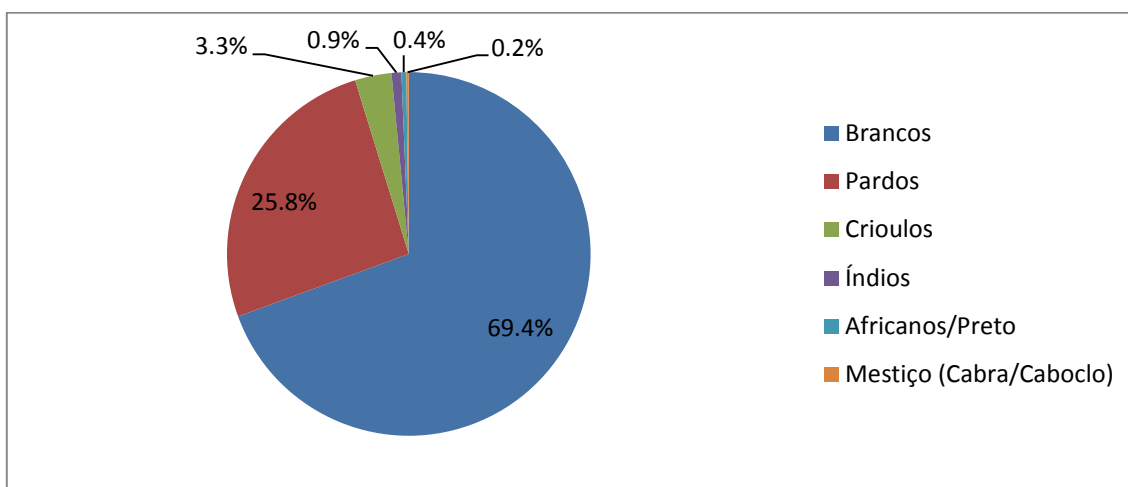
Dito isto, levantamos os dados de cor/qualidade para toda a população livre mardespanhense arrolada na lista de 1831 e elaboramos o Gráfico 01 abaixo, no qual permite uma melhor visualização do que encontramos.

---

<sup>140</sup> Observamos de maneira aleatória algumas outras listas nominativas de 1831 disponibilizadas pelo CEDEPLAR para saber se isso era um padrão na elaboração dos censos. Encontramos situações em que isso se repete, mas também muitas situações em que os livres de cor são retratados como forros e outras em que são retratados como livres.



## GRÁFICO 02: Qualidade da População Livre de Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831)



Fonte: Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>. Transcrição feita pelo CEDEPLAR.

Dos 461 livres registrados na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, 320 aparecem como brancos, totalizando mais de 2/3 da população – exatamente 69,4%. Os outros 141 habitantes de Mar de Espanha, compreendendo 30,6% da população livre arrolada na Lista de 1831, constituem o grupo que estamos chamando de livres de cor<sup>141</sup>. Apareceram principalmente sobre a qualificação de pardo, em um total de 119 indivíduos. Em seguida temos 15 crioulos livres, quatro índios, dois africanos/pretos e um único indivíduo registrado como mestiço.

A inexistência de outras listas além da de 1831 para Mar de Espanha, bem como a ocultação de informações sobre a população forra da localidade dificulta que nós infiramos o significado dessas categorias na documentação que estamos trabalhando. Esse também não é nosso objetivo no presente trabalho. Mas é importante ressaltar a relação entre cor/qualidade e posição social, sobretudo quando formos analisar mais adiante a posse escrava dos proprietários arrolados na Lista de 1831.

Clotilde Paiva e Hebert Klein apontam que para Minas Gerais na década de 30 do século XIX, menos da metade da população livre era formada por brancos<sup>142</sup>. Os dados que levantamos diferem também dos encontrados por Jonis Freire para Santo

<sup>141</sup> Presumidos livres, uma vez que como mostramos acima, o recenseador não classifica expressamente como livre nenhuma pessoa de cor na Lista Nominativa de Nossa Senhora das Mercês do Cágado.

<sup>142</sup> PAIVA, Clotilde A. & KLEIN, Herbert. S. Escravos e livres nas Minas Gerais. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.22, n.1, pág. 129-151, jan.- abr., 1992, p. 134.

Antônio do Juiz de Fora<sup>143</sup>, região cafeeicultora vizinha a Mar de Espanha. Enquanto para a localidade que trabalhamos a população branca é sensivelmente maior que a população de cor, o autor contabilizou para Juiz de Fora 45,7% de brancos e 54,3% de livres de cor.

Infelizmente não temos como precisar os critérios que levam alguém a ser considerado branco ou não nas duas regiões para poder comparar de maneira mais precisa esses dados. Ainda assim, talvez a maior proximidade de Juiz de Fora em relação ao Caminho Novo possa significar melhores condições de ascensão social para os livres de cor e, conseqüentemente, uma maior atração para essas pessoas.

Por meio da lista nominativa pudemos também perceber de alguma maneira a mestiçagem como um elemento presente em Nossa Senhora das Mercês do Cágado em 1831. Segundo Rangel Netto<sup>144</sup>, a mestiçagem biológica e cultural marcou as práticas e o imaginário da sociedade mineira. Encontramos 4 unidades chefiadas por casais de qualidade diferente. Como exemplo, podemos destacar o fogo de número 77<sup>145</sup>, onde viveu o mestiço (cabra/caboclo) Simplício da Silva de 49 anos, casado com a parda Maria, de 36. Viviam com eles quatro crianças – Antonio, Candido, Maria e Joaquina – registradas como pardas. No fogo 52<sup>146</sup> encontramos o branco Francisco José dos Santos, de 34 anos, casado com a parda Lucia, de 25 anos. Todos os seus seis filhos aparecem como pardos.

Próximo a Francisco José dos Santos, encontramos dois fogos que registraram a presença de índios. No fogo 51<sup>147</sup> viviam casados e sozinhos o crioulo Athanasio e a índia Maria, respectivamente com 25 e 16 anos. E no fogo 55<sup>148</sup> o casal de índios Jorge e Marianna, com 58 e 60 anos. Três crianças viviam com eles: Domingos, Joze e Antonio, com respectivamente 10, 6 e 16 anos. Curiosamente, apenas o mais velho é classificado como índio, enquanto os outros dois aparecem como pardos<sup>149</sup>.

---

<sup>143</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p 122

<sup>144</sup> NETTO, Rangel Cerceau. As devassas eclesiásticas e as “qualidades” dos habitantes na formação da família mestiça em Minas Gerais Colonial (1720-1780). **História Unisinos**, v. 19, p. 95-112, 2015.

<sup>145</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>146</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>147</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>148</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>149</sup> Em viagem à Zona da Mata mineira no século XIX, Francisco de Paula Ferreira Rezende fala sobre a existência de Puris naquela região. REZENDE, Francisco de Paula Ferreira. **Minhas Recordações**. Rio

Com relação à idade<sup>150</sup> da população livre, encontramos 232 indivíduos com até 14 anos, o que significa 50,3% da população; a faixa entre os 15 e 44 anos correspondia a 186 pessoas ou 40,4% do total de livres; e por fim, os 43 livres restantes tinham 45 anos ou mais, somando 9,3%. A média de idade encontrada foi de 19,3 anos por habitante.

Quanto aos sexos, obviamente encontramos números equilibrados para a população livre, com uma pequena preponderância da figura masculina: 263 homens foram recenseados em Mar de Espanha em 1831 – correspondendo a 57% da população livre – e 198 mulheres – equivalente aos 43% restantes.

O mesmo equilíbrio, contudo, não é encontrado na chefia dos domicílios, onde apenas 7 fogos foram registrados com uma mulher a sua frente. Isso significa 7,7% dos 90 fogos que apareceram na Lista Nominativa de 1831. Algo que não foge dos padrões de uma sociedade patriarcal, onde o homem figurava como o chefe da família<sup>151</sup>. Jonis Freire<sup>152</sup>, por exemplo, encontrou 12,7% dos domicílios chefiados por mulheres para o mesmo período em Juiz de Fora. Desses sete fogos chefiados por mulheres que encontramos, um era chefiado por uma mulher casada sem o marido presente, outros três eram chefiados por mulheres solteiras e os últimos três por mulheres viúvas, o que significa a não existência de um homem – pelo menos no momento do recenseamento – naqueles domicílios para se apresentar como chefe.

Chama atenção, contudo, o caso do fogo de número 45<sup>153</sup>, chefiado pela parda Maria Antonia, de 50 anos. Solteira, Maria Antonia se apresentou como taverneira ao recenseador, e foi o único caso que encontramos de uma mulher chefe de domicílio com a presença de homens adultos ao seu lado. Viviam com ela duas crianças pardas, Antonio e Ritta, e Bernardo, um pardo de 27 anos.

---

de Janiero: 1944. pp. 380-390. Sobre índios em Minas Gerais, ver RESENDE, Maria Leônica Chaves de. **Gentios Brasiliscos: índios coloniais em Minas Gerais Setecentista**. Campinas: UNICAMP, 2003. Destacamos anteriormente a presença dos botocudos.

<sup>150</sup> Essas são as faixas de idade que trabalharemos mais a frente para a população escrava, ligada ao que pensamos ser criança, jovem/adulto e idoso.

<sup>151</sup> Nesse sentido, ver: CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993; COSTA, Dora Izabel Paiva. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais, 1998; SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII**. São Paulo: EDUSC, 2003; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**. 2007. , dentre outros.

<sup>152</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p 124.

<sup>153</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

## 2.2.2 População Escrava de Nossa Senhora das Mercês do Cágado:

Buscaremos agora trabalhar com a população escrava de Mar de Espanha, a outra parcela de habitantes registrados na lista nominativa de 1831. Como vimos anteriormente, foram arrolados 725 cativos, o que equivale a 61,1% da população total registrada na documentação. Temos para todos os escravos informações sobre nome, idade, sexo<sup>154</sup> e qualidade – o que é um indicativo da origem dos cativos. O máximo que podemos perceber é a origem africana ou não daquele escravo, já que não possuímos nenhuma informação sobre a região específica da África da qual aquele cativo se originou.

O Brasil constituiu o país que mais recebeu escravos vindos da África<sup>155</sup>. Desde a mineração no século XVIII, Minas Gerais é uma das principais regiões concentradoras dessa população cativa e alvo da importação de escravos. Roberto Martins<sup>156</sup> se debruçou sobre os Mapas de População de 1819 e 1822 e atribuiu ao tráfico internacional de escravos a principal forma de reposição da mão de obra escrava em Minas Gerais. Com base ainda na documentação da Intendência de Polícia da Corte, o autor afirma que mais de 40% dos africanos desembarcados no porto do Rio de Janeiro entre 1809 e 1832 tinham como destino Minas Gerais.

Francisco Vidal Luna e Wilson Cano<sup>157</sup> contestaram Martins, reforçando o papel da reprodução natural na manutenção e crescimento da população cativa de Minas Gerais no século XIX. Segundo os pesquisadores, desde a década de 30 o número de escravos oriundos da África declinava, e em contrapartida crescia o número de escravos crioulos – bem como o equilíbrio sexual. Tarcísio Botelho<sup>158</sup> também percebeu a importância da reprodução natural no aumento e manutenção da escravaria de proprietários mineiros no século XIX. Laird Bergard<sup>159</sup> vai além, afirmando que a

---

<sup>154</sup> Não há expressamente a informação do sexo no censo, mas pudemos presumir através do nome.

<sup>155</sup> FREIRE, Jonis. Crescimento da população cativa em uma economia agroexportadora: Juiz de Fora (Minas Gerais) século XIX. In: **Revista de História (USP)**, v. v.1, p. 245-283, 2012.p. 249.

<sup>156</sup> MARTINS, Roberto. B. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**, 1982. MARTINS, Roberto Borges. A Transferência da Corte Portuguesa Para o Brasil: Impactos Sobre Minas Gerais. In: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. 2008. p. 16.

<sup>157</sup> LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. **Economia escravista em Minas Gerais**. Cadernos IFCH/ UNICAMP, outubro, 1983.

<sup>158</sup> BOTELHO, Tarcísio R. **Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 76.

<sup>159</sup> BERGAD, Laird. W. After the Mining Boom: demographic and economic aspects of slavery in Minas Gerais, Brazil: Mariana, 1750-1808. **Latin American Research Review**, v. 31, n. 1, p. 67-97, 1996. BERGAD, Laird. W. **Escravidão e história econômica de Minas Gerais, 1720-1880**. 2004

província de Minas Gerais importou pequenas quantidades de escravos africanos, recorrendo muito mais ao tráfico interprovincial, desde a crise da mineração na segunda metade do século XVIII.

Douglas Libby e Marcia Grimaldi<sup>160</sup> chamam a atenção para o caráter mais complementar do que excludente das formas de reprodução e manutenção das escravarias. Na mesma linha, Clotilde Paiva<sup>161</sup> afirma que tanto o tráfico atlântico quanto a reprodução natural estiveram presentes na realidade de Minas Gerais.

As informações que levantamos por meio dos dados da população escrava registrada na lista nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado deixam clara a importância tanto do tráfico quanto da reprodução natural para os primeiros proprietários de Mar de Espanha. Os escravos apareceram com as qualificações de africano/preto, crioulo, pardo e cabra. Libby e Grimaldi<sup>162</sup> dividiram os cativos da lista nominativa em africanos e nacionais, considerando africanos os declarados como tal – ou pretos – e nacionais os crioulos e demais mestiços. Jonis Freire adotou a mesma classificação com a lista nominativa de Santo Antonio do Juiz de Fora<sup>163</sup>. Acompanhando essa abordagem, consideramos como nacionais todos os escravos não declarados como africano/preto na nossa documentação – ou seja, todos os crioulos, pardos e cabras. O Gráfico 03 abaixo nos permite visualizar o que encontramos.

---

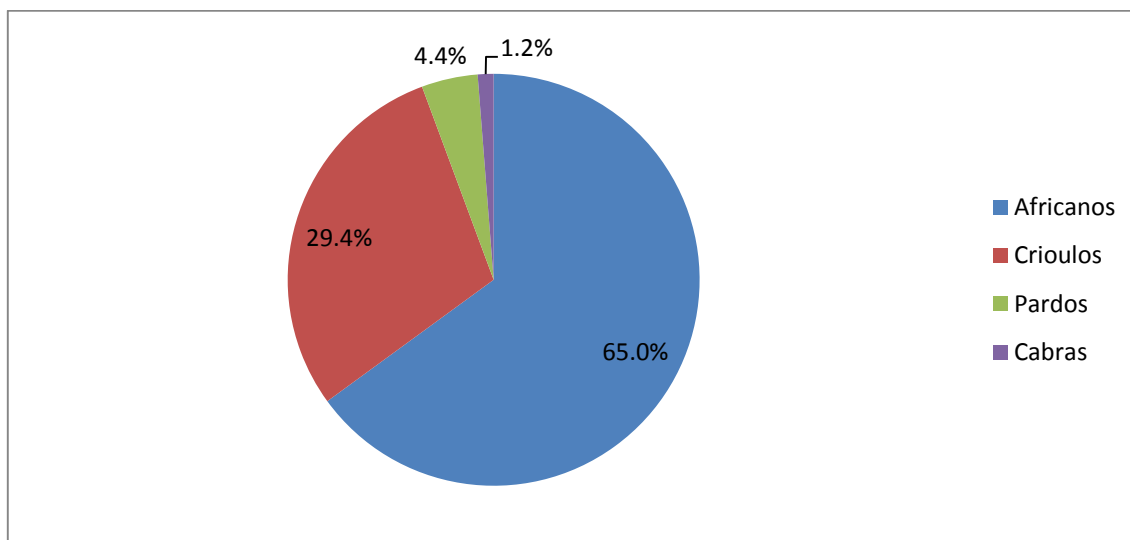
<sup>160</sup> LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. Equilíbrio e Estabilidade: economia e comportamento em um regime escravista, Minas Gerais no século XIX. In: **Papéis Avulsos**, n.7, p. 26-43, dezembro 1988.

<sup>161</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**, 1996; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais**. 2002.

<sup>162</sup> PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas Cole. & GRIMALDI, Márcia. Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto. **IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

<sup>163</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p 153.

### GRÁFICO 03: Qualidade dos Escravos na Lista Nominativa de Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831)



Fonte: Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

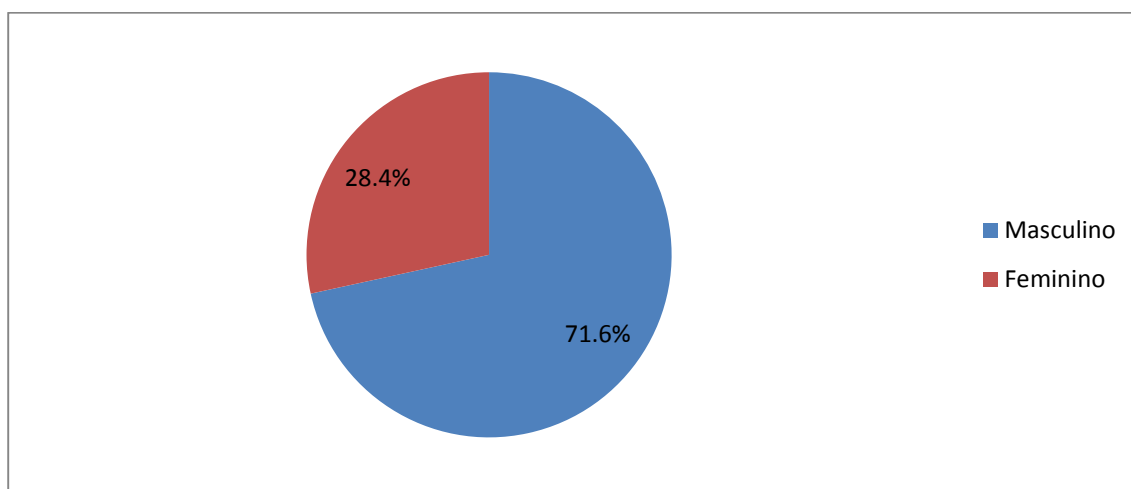
Para um total de 724 escravos, 471 eram de origem africana, o que equivale a 65% dos cativos de Mar de Espanha em 1831. Os 254 escravos restantes – ou 35% do total – correspondem a escravos nacionais. Exatamente 213 crioulos, ou 29,4%; 32 pardos, ou 4,4%; e finalmente 9 cabras, ou 1,2%.

Essa forte presença africana pode ser percebida na análise do sexo dos cativos. Segundo Stuart Shwartz<sup>164</sup>, o tráfico de escravos tendeu a trazer um desequilíbrio sexual para a população de uma localidade, uma vez que preferencialmente eram importados escravos de sexo masculino em detrimento das de sexo feminino. Na mesma linha, Manolo Florentino<sup>165</sup> aponta que a preponderância de escravos masculinos em idade produtiva indica que os proprietários recorriam à reposição externa de escravos. Buscamos construir o Gráfico 04 abaixo para visualizar a população masculina e feminina dentre os cativos registrados na Lista Nominativa de 1831.

<sup>164</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 286-290.

<sup>165</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 50-60.

**GRÁFICO 04: Sexo dos Escravos Nacionais e Africanos Registrados Na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado**



Fonte: Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

Dos 725 escravos registrados pelo recenseador, 519 eram do sexo masculino e 206 eram do sexo feminino. Isso significa 71,6% de homens e 28,4% de mulheres. Encontramos, portanto, uma elevada razão de sexo – número de homens para cada 100 mulheres – para a região em estudo: 251,94 homens para cada 100 mulheres.

Evidentemente, essa razão de sexo se apresenta mais elevada entre os africanos e mais equilibrada entre os nacionais. Encontramos 380 africanos e 91 africanas, o que nos dá uma razão de sexo de 417,5; para os escravos nacionais, foram registrados 139 homens e 115 mulheres, o que significa uma razão de sexo de 120,1. Portanto, a preponderância do sexo masculino na população escrava se deve, sobretudo, aos africanos.

Além de uma forte presença cativa, esses números apontam para uma forte articulação com o tráfico de escravos antes mesmo da efetiva implantação da cafeicultura. Ou seja, em acordo com as observações de Libby sobre a dinâmica econômica da Zona da Mata Mineira antes da consolidação da economia agroexportadora.

A porcentagem de escravos africanos na lista nominativa de Mar de Espanha encontrada por nós é superior à encontrada por Jonis Freire<sup>166</sup> para Juiz de Fora. Freire contabilizou 56,8% de africanos, um pouco menos que os 65% encontrados por nós. O

<sup>166</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p 135-136.

mesmo se reflete no sexo dos escravos, com 71,6% de homens para a nossa região e 65,7% para Juiz de Fora. Isso talvez indique uma maior articulação e proximidade dos proprietários mardespanhenses com o tráfico no porto do Rio de Janeiro.

A presença de uma maioria africana, contudo, não significa que a reprodução natural não tenha tido uma importância expressiva na composição das escravarias da Zona da Mata. Jonis Freire, em consonância com a historiografia discutida acima, chama atenção para o fato de que o tráfico e a reprodução natural não podem ser entendidos como excludentes, mas sim como complementares. Ao estudar a escravidão na Zona da Mata Mineira, o autor demonstrou que as opções para o aumento do número de escravos dependiam do período de formação das escravarias, da proximidade com o tráfico transatlântico de escravos e do próprio raciocínio econômico dos senhores na busca da melhor maneira para ampliar sua posse cativa. Embora Freire tenha percebido que predominou a importação de escravos como forma de reprodução/manutenção da mão de obra escrava, o autor constatou que o recurso à reprodução natural também era recorrente<sup>167</sup>.

Um indicativo da importância da reprodução natural para a manutenção e crescimento da população escrava é a quantidade de cativos nacionais que encontramos. Mesmo em menor quantidade que os africanos, os 254 escravos crioulos, pardos e cabras correspondem a mais de um terço (35%) dos escravos registrados na lista nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado.

A idade da população escrava também é um fator que ajuda a perceber o recurso à reprodução natural. Além do sexo masculino, havia a clara preferência pela importação de escravos em idade produtiva<sup>168</sup>. Manolo Florentino e José Roberto Góes apontam que apenas 4,1% dos escravos encontrados no mercado do Valongo no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX possuíam 10 anos de idade ou menos. Entre 10 e 14 anos os autores encontraram 16%, o que significa que “apenas um em cada cinco dos poucos escravos africanos que chamamos infantes (de zero a 14 anos) pudessem ter sido diretamente trazidos da África”.<sup>169</sup>

---

<sup>167</sup> FREIRE, Jonis. *Op. Cit.* p. 117.

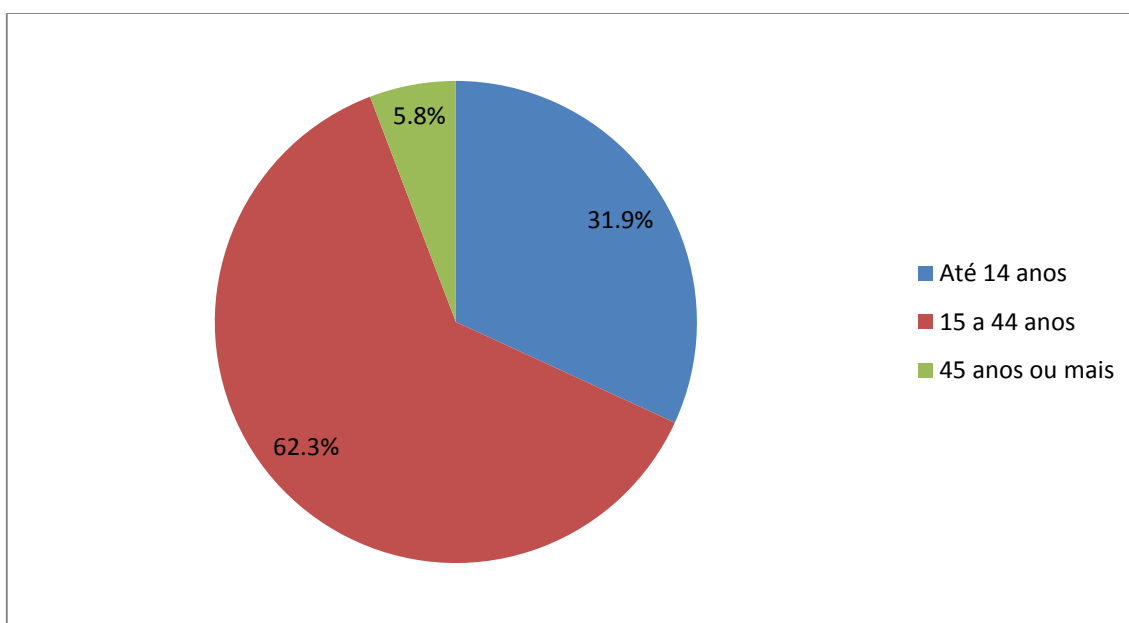
<sup>168</sup> FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 50-60.

<sup>169</sup> FLORENTINO & GÓES, *Op. Cit.* p. 131 -132.



Estabelecemos, então, três faixas de idade para a população cativa: 0 a 14 anos; 15 a 44 anos; e 45 anos ou mais. Não há um padrão<sup>170</sup> estabelecido para idade que represente um escravo criança, jovem, adulto ou idoso, mas acreditamos que essas faixas atendam aos nossos objetivos de perceber o recurso à reprodução natural. O resultado está expresso no Gráfico 05 abaixo.

**GRÁFICO 05: Idade dos Escravos Registrados na Lista Nominativa de Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831)**



Fonte: Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

A existência de 231 escravos com menos de 15 anos de idade, totalizando 31,9% da população cativa, demonstra claramente o recurso à reprodução natural utilizado pelos senhores. Sobretudo porque a maioria dessas crianças corresponde a escravos nacionais: 138 (59,7%) crianças escravas nacionais e 93 (40,3%) crianças africanas. Ainda assim, não podemos deixar de perceber o relativamente alto percentual de

<sup>170</sup> Estamos trabalhando aqui com as faixas propostas por Stuart Schwartz em SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 127. Outros pesquisadores adotam faixas diferentes para classificar escravos em idade produtiva. Iraci Costa localiza a idade ativa entre 15 e 64 anos. Ver: COSTA, Iraci. **Arraia Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil**. São Paulo: MGSP editores, 1992, p.25. Já o pesquisador Carlos Bacellar desloca essa faixa para entre 8 e 50 anos. Ver: BACELLAR, Carlos de A. Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p.148. Bergad fala em melhor idade útil para os escravos entre 15 e 40 anos. Ver: BERGAD, Laird. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004, p.222.

crianças africanas. Os 40,3% de africanos com menos de 14 anos que encontramos são bastante superiores aos 22,9% que Jonis Freire<sup>171</sup> encontrou para Santo Antônio do Juiz de Fora nesse mesmo período. São esses números que parecem explicar a maior presença africana que encontramos em Mar de Espanha quando comparamos com os dados de Freire para Juiz de Fora (65% e 56,8% respectivamente). Os senhores mardespanhenses recorriam ao mercado de escravos do Rio de Janeiro inclusive para crianças.

Dessas 93 crianças africanas, mais da metade estava na mão de um único proprietário: Francisco Leite Ribeiro – mencionado no capítulo anterior – possuía 46 escravos com menos de 15 anos de idade. Tendo em vista a discussão do fim do tráfico internacional de escravos do final da década de 20 e início da década 30 do século XIX, é provável que o proprietário tenha buscado se precaver do impacto da Lei de 1831, adquirindo uma escravaria mais jovem.

Por outro lado, a maioria dos escravos registrados possuía entre 15 e 44 anos, constituindo 452 ou 62,3% de jovens e adultos em idade produtiva. Nesse caso, temos um peso bem maior dos africanos: 343 africanos e 109 nacionais (75,9% e 24,1% respectivamente). Apenas 42 escravos, o que equivale a 5,8% do total, alcançaram idades superiores a 44 anos, dentre os quais 33 eram africanos (78,6%) e 9 eram nacionais (21,4%).

Mesmo com um número significativo de escravos crianças, apenas 134 escravos apareceram como casados na lista nominativa de 1831. Isso corresponde a 18,5% de todos os cativos registrados. Jonis Freire<sup>172</sup> aponta que essa situação pode significar uma dificuldade de encontrar parceiros para o matrimônio. Contudo, o autor acredita que eram registrados como casados apenas aqueles que tenham tido seu relacionamento sancionado pela Igreja. Dessa maneira, é possível que haja muitos casais não registrados na documentação. O alto índice de crianças é um indicativo disso.

Com os dados levantados e analisados por nós, podemos perceber que o padrão encontrado era o escravo do sexo masculino, solteiro em idade produtiva. A média de idade dos africanos era de 23,5 anos e dos crioulos de 16,5 anos. O alto número de africanos indica a importância do tráfico internacional na reprodução e manutenção das

---

<sup>171</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p. 136.

<sup>172</sup> FREIRE, Jonis. *Op. Cit.* p. 160

escravarias. Por outro lado, o elevado número de crianças mostra que a reprodução natural também foi utilizada pelos senhores mardespanhenses.

### 2.2.3 Propriedade Escrava em Nossa Senhora das Mercês do Cágado

Trataremos agora, por fim, dos chefes de fogo registrados na Lista Nominativa de Nossa Senhora das Mercês do Cágado de 1831. Nomeadamente a relação entre a população livre e a população cativa: a propriedade escrava.

Estabelecer as faixas de posse é uma tarefa um tanto quanto arbitrária. Não há uma padronização para o que signifique ser pequeno, médio e grande proprietário em um determinado lugar ou período. Jonis Freire<sup>173</sup>, ao trabalhar com a Lista Nominativa de 1831 de Santo Antonio de Juiz de Fora, definiu os possuidores de 1 a 19 escravos como pequenos proprietários, os detentores de 20 a 50 como médios proprietários e aqueles com mais de 50 como grandes proprietários. O autor não buscou polemizar quanto a essas faixas, mesmo admitindo ser um critério *arbitrário*, uma vez que seu objetivo não era construir uma hierarquia da posse escrava para Juiz de Fora, mas sim analisar e comparar as características dos escravos nas diferentes faixas de posse.

Ricardo Salles<sup>174</sup>, por sua vez, estabeleceu para Vassouras em meados do século XIX (1821-1880) cinco grandes grupos de proprietários na região: os micro proprietários, que possuíam entre 1 e 4 escravos; os pequenos proprietários, donos de 5 a 19 escravos; os médios, detentores de 20 a 49 escravos; os grandes proprietários, possuidores de 50 a 99 escravos; e os megaproprietários, com 100 ou mais cativos. Acreditamos ser apropriada essa tipologia, por abranger uma grande diversidade de possibilidades da posse escrava, mas há dois fatores que impedem que a utilizemos nesse momento exatamente como o autor.

Salles construiu tal classificação em cima dos inventários *post-mortem*, uma documentação de natureza bem distinta da Lista Nominativa de 1831. Os inventários tendem a subrepresentar os indivíduos de menor posse e super-representar os mais abastados, já que nem todas as pessoas tinham condição e necessidade de abrir um inventário. Além disso, o autor se debruça sobre um período equivalente ao auge da cafeicultura no Vale do Paraíba Fluminense, enquanto estamos trabalhando com o período de montagem da cafeicultura em Minas Gerais. Portanto, simplesmente utilizar as mesmas faixas de posse para uma documentação, um período e um contexto tão distintos não parece adequado.

---

<sup>173</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p. 128

<sup>174</sup> SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp 155-157.

Diante desse impasse, buscamos construir o Gráfico 06 abaixo. Nele, cada ponto no eixo x (horizontal) representa um fogo registrado na Lista Nominativa de 1831. Quanto mais alto sua posição em relação ao eixo y (vertical), maior a quantidade de escravos registrados naquela unidade. Utilizamos um círculo vermelho para destacar as faixas de posse. Foi necessário excluir o caso especial de Francisco Leite Ribeiro, proprietário de incríveis 205 escravos, que distorceria o gráfico. O resultado está demonstrado abaixo.

Recusamos, portanto, classificações externas prontas e buscamos trabalhar exatamente com aquilo que a documentação nos mostra. Não estamos querendo aqui construir uma nova tipologia para as posses escravas. Nossa intenção foi de primeiro analisar os dados relativos às posses para apenas depois construir as hierarquias. Dessa maneira, foi possível perceber as faixas em que se concentram os proprietários, visualizando assim o que significa exatamente ser micro, pequeno, médio, grande ou mega proprietário para Mar de Espanha no ano de 1831.



Fonte: Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

São 30 fogos sem nenhum escravo, correspondendo ao grupo de não-proprietários (faixa marcada com o número 1). Percebemos duas faixas nos extremos do gráfico que concentram alguns proprietários: uma com aqueles que detêm entre um e três escravos, que chamaremos de micro proprietário (faixa marcada com o número 2); outra com aqueles que possuem mais de 20, que trataremos como grandes proprietário (faixa marcado com o número 5).

Dessa maneira, restam proprietários que possuam entre quatro e vinte escravos. Pensamos ser pertinente dividir esse grupo em duas faixas – pequeno proprietário (faixa marcada com o número 3) com quatro a dez escravos e médio proprietário (faixa marcada com o número 4) com onze a vinte escravos –, sendo uma mais próxima dos micro proprietários e outro mais próxima dos grandes. O caso específico de Francisco Leite Ribeiro e seus 205 escravos se encaixa na situação excepcional de megaproprietário (caso excluído do gráfico, mas seria a faixa de número 6).

Vale ressaltar que essas faixas de posse foram estabelecidas com base na lista nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, o que significa que diz respeito especificamente a Mar de Espanha no início da década de 30 do século XIX. O resultado certamente seria muito diferente se estivéssemos utilizando inventários *post-mortem* – o que aumentaria bastante a média de escravos e ocultaria muitos casos de indivíduos com nenhum ou poucos escravos, uma vez que se trata de um documento referente a pessoas de maior posse. Ou ainda se estivéssemos tratando de uma temporalidade posterior, com a cafeicultura devidamente implantada, já que a década de 1830 corresponde ao período de início da montagem do sistema agrário cafeicultor na Zona da Mata Mineira<sup>175</sup>. Os inventários serão trabalhados no capítulo seguinte.

Dito isto, buscamos construir o quadro 05 abaixo, resumindo todos os dados encontrados na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado com relação à posse. Elencamos o tipo de proprietário, a faixa de posse em que se insere, o número de casos em que tal faixa incide e o número de escravos que esses casos concentram.

---

<sup>175</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. VITORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Juiz de Fora: 2012.

**QUADRO 05: Propriedade e Concentração Escrava em Nossa Senhora das Mercês do Cágado (1831)**

Tipologia	Escravaria	Número de fogos		Número de Escravos		Média
1- Não Proprietário	Nenhum	30	33,3%	0	0%	0
2- Micro Proprietário	1 a 3	19	21,1%	34	4,7%	1,78
3- Pequeno Proprietário	4 a 10	23	25,5%	139	19,1%	6
4- Médio Proprietário	11 a 20	9	10%	144	19,9%	16
5- Grande Proprietário	21 a 50	8	9%	203	28%	25,37
6- Mega Proprietário	51 ou mais	1	1,1%	205	28,3%	205
	Total	90	100%	725	100%	8,04 <sup>176</sup>

Fonte: Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

Embora nos ajudem a compreender melhor o perfil socioeconômico da região em estudo, essas faixas, contudo, não expressam com exatidão a complexidade das unidades produtivas. É necessário levar em conta a idade e o sexo dos escravos, o que indicaria sua capacidade produtiva, bem como a existência de força de trabalho livre e/ou familiar nas propriedades. Fazemos uma comparação, por exemplo, entre os fogos de número 20 – 8 escravos, o que chamamos de pequena propriedade – e o de número 12, com 14 escravos – o que qualificamos como média propriedade.

No fogo de número 20<sup>177</sup> vivia o fazendeiro Joze Thomas Francisco, branco de 46 anos, que embora esteja registrado como casado, não aparece acompanhado de mulher ou criança. Possuía 8 escravos com idades que variavam entre 21 e 30 anos. Apenas uma mulher dentre esses 8 escravos, a africana Roza, de 25 anos, que era casada com o mais velho dos escravos, o crioulo Miguel, de 30 anos. Além disso, viviam três livres nessa propriedade: o branco Jacinto (possivelmente seu filho), de 18 anos, e os pardos livres Manoel e Marcelino, jornaleiros com 20 e 25 anos respectivamente.

<sup>176</sup> Foi uma opção nossa trabalhar conjuntamente com chefes de fogo não-escravistas e com chefes de fogo escravistas. Se considerarmos apenas os fogos que possuem escravos para a média, excluindo os despossuídos, o valor saltaria para 12,08 escravos por propriedade.

<sup>177</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

Já no fogo de número 13<sup>178</sup>, encontramos o fazendeiro branco Antonio Joaquim da Costa, de 58 anos, casado com a branca Domingas, de 56 anos, acompanhados do branco Joaquim, de 12 anos, que presumimos ser filho do casal. Foram registrados 14 escravos – 12 africanos e 2 crioulos – dos quais 4 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino. Contudo, 5 desses escravos possuem mais de 45 anos e um escravo tem apenas 10 anos.

Comparando as duas propriedades, podemos observar que o primeiro caso se trata de uma unidade produtiva que contava com o trabalho de 8 escravos e 3 livres jovens e adultos, no auge da idade produtiva apontada anteriormente. Não há nenhum idoso ou criança registrados. Já o segundo caso, mesmo possuindo mais escravos em quantidade, se trata de uma escravaria mais envelhecida, com crianças para sustentar e proprietários idosos, além de não contar com mão de obra livre adicional. Portanto, embora essas faixas de posse possam nos ajudar a pensar o perfil das unidades produtivas mardespanhenses, a diferença da capacidade produtiva dessas unidades não é determinada exclusivamente pelo total de escravos.

Tendo em mente essas considerações, partamos para a análise das informações que o Quadro 03 nos dá. Analisaremos cada um dos grupos que elencamos quantitativamente e utilizaremos as médias para encontrar alguns casos exemplares, que serão trabalhados de maneira mais qualitativa.

A existência de 33% de domicílios sem escravos é o tipo de informação que apenas por meio dos inventários seria impossível ter acesso<sup>179</sup>. Ângelo Carrara chama a atenção para a existência na Zona da Mata mineira de propriedades com características tipicamente camponesas, marcada pelo trabalho familiar, acompanhado de nenhum ou poucos escravos<sup>180</sup>. Esse dado corrobora a tese levantada por Mônica Oliveira de que a ocupação da Zona da Mata não atraiu apenas elementos provenientes da elite mineradora<sup>181</sup>. É o caso, por exemplo, do fogo 22<sup>182</sup>, onde vivia o roceiro Antonio

---

<sup>178</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>179</sup> Iraci del Nero destaca a predominância dos não-proprietários. Ver: COSTA, Iraci. **Arraia Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil**. São Paulo: MGSP editores, 1992. É comum algumas pesquisas separarem os chefes de fogo despossuídos daqueles escravistas, mas optamos por trabalhar com todos conjuntamente na nossa análise.

<sup>180</sup> CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Ouro Preto, MG: Editora Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

<sup>181</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

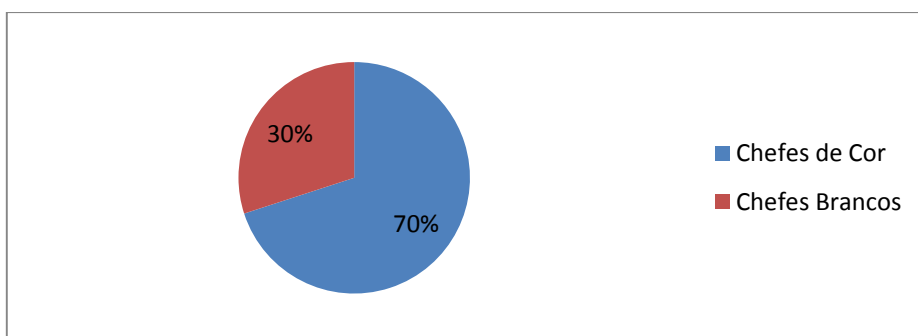


Ferreira, pardo de 32 anos. Ele era casado com a parda Constancia, de 25 anos. Viviam com o casal duas crianças pardas, Maria, de 3 anos, e Albina, de 2 anos.

Aliás, *roceiro* era a ocupação de 16 dos 30 chefes de fogos sem escravos. Havia ainda dois ferreiros, um soldado, uma taverneira e dez sem informação. A ocupação é uma informação omitida para a grande maioria dos indivíduos registrados na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. 74,1% dos livres e 92,4% dos escravos não tiveram sua ocupação informada. Contudo, entre os chefes de fogo 85,5% tiveram a sua ocupação mencionada. Por isso, optamos por trabalhar apenas com a ocupação dos chefes de domicílio, o que será feito para cada faixa de posse, conforme avançarmos no texto.

Em seu estudo sobre a escravidão e a família escrava na Zona da Mata Mineira, Jonis Freire<sup>183</sup> encontrou um número ainda maior de domicílios sem escravos em Juiz de Fora, por meio da Lista Nominativa de Santo Antônio do Paraybuna. Para o mesmo ano de 1831, Freire encontrou 43,2% dos fogos sem a presença de um único escravo. Segundo o autor, devido a denominação pardo, crioulo forro, crioulo livre, alguns eram ex-escravos ou descendentes, e passavam a contar com trabalho familiar para manter suas propriedades<sup>184</sup>. Para Nossa Senhora das Mercês do Cágado, também percebemos uma relação entre a cor e não propriedade de escravos, conforme o Gráfico 07 abaixo demonstra:

**GRÁFICO 07: Qualidade dos Chefes de Fogo Sem Escravos na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado**



<sup>182</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>183</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009.

<sup>184</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p. 128-129.

Fonte: Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

Nos chama a atenção o fato de que 21 dos 30 – o que equivale a 70% – dos fogos sem escravos pertençam a chefes de cor. Em fato, nenhum chefe de domicílio de cor registrou mais do que dois escravos – dois possuíam dois escravos e outros dois possuíam um único cativo, além desses 21 sem escravos. Ou seja, os livres de cor apareceram na nossa documentação apenas como despossuídos ou micro proprietários de escravos. Isso reforça a historiografia discutida anteriormente que relaciona posição social a cor/qualidade do indivíduo.

Percebemos que muitas vezes esses fogos se encontravam próximos na Lista Nominativa, o que talvez sugira o desenvolvimento de algum tipo de proximidade entre esses indivíduos em condições econômicas semelhantes por meio de relações de vizinhança. É o caso, por exemplo, de Marianno da Silva, pardo de 38 anos chefe do domicílio registrado com o número 49, casado com a também parda Anna, de 28 anos. Viviam com suas duas filhas pardas ao lado do domicílio 50, chefiado pela parda Maria Custódia, de 25 anos, que vivia com Anna, uma parda de 11 anos. Possivelmente era sua filha, já que Maria Custódia é registrada como casada, mesmo sem um homem no domicílio. Ao lado deles, no fogo de número 51 vivia o já mencionado o crioulo Athanasio, de 25 anos, casado com a índia Maria, de 16<sup>185</sup>.

É bem verdade que, conforme aponta Jonis Freire, a condição de não proprietário poderia ser passageira<sup>186</sup>. A Lista Nominativa trata apenas de um momento da vida do indivíduo. A inexistência de séries de listas dificulta o acompanhamento da trajetória desses indivíduos.

A faixa seguinte de proprietários corresponde aqueles que possuíam entre 1 e 3 escravos, que chamamos de micro proprietários. Com média de 1,78 escravos por proprietário, essa faixa contabilizou 19 fogos, ou 21,1% do total, e concentrou a diminuta parcela de 4,7% dos escravos existentes em Mar de Espanha em 1831. Quatro desses 19 fogos eram chefiados por pessoas de cor e os outros 15 por brancos. Caso, por exemplo, do fogo 35<sup>187</sup>, chefiado pelo roceiro branco Joaquim Francisco Xavier, de 28 anos. Joaquim era casado com a costureira branca Maria, de 19 anos. Viviam com eles

---

<sup>185</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>186</sup> FREIRE, Jonis. *Op. Cit.* p. 130.

<sup>187</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

duas crianças brancas, presumivelmente seus filhos, também Maria e Joaquim, com respectivamente 3 e 1 anos de idade, além de um casal de jovens africanos, Luis e Maria, de 20 e 19 anos respectivamente. Havia, portanto, dois livres e dois escravos em idade produtiva nessa unidade.

Possivelmente se tratam de unidades que produziam para a subsistência, contando e dependendo ainda do trabalho familiar. Eventualmente parte da produção poderia ser mercantilizada. João Fragoso<sup>188</sup> lembra que nem todas as unidades produtivas eram totalmente autossuficientes e necessitavam recorrer ao mercado para conseguir alimentos básicos. O autor destaca o papel de empresas escravistas especializadas na agricultura de abastecimento, mas afirma que muitas vezes os alimentos eram produzidos por propriedades com poucos escravos.

Por diversas vezes a quantidade de livres disponíveis para o trabalho superava a quantidade de escravos entre os micro proprietários. É a situação do fogo de número 34<sup>189</sup>, chefiado pelo fazendeiro branco Manoel Gonçalves, de 50 anos, casado com a branca Theodora, de 48 anos. Viviam com eles 9 pessoas brancas, provavelmente seus filhos, sendo 5 crianças com idades entre 4 e 14 anos e 4 jovens, com idades entre 15 e 19 anos. Manoel possuía apenas um escravo, o africano Domingos, de 24 anos. Essas informações sugerem que Manoel Gonçalves contasse mais com a mão de obra familiar dos livres do que com a do seu escravo na produção.

Manoel Gonçalves, aliás, é o único fazendeiro registrado entre os micro proprietários. Além dele há 10 roceiros, 2 tropeiros, 1 jornaleiro, 1 ferreiro, 1 escrivão de regimento, 1 comandante de regimento e 2 sem informação.

A situação de não proprietário e de micro proprietários corresponde a mais da metade dos casos encontrados na Lista Nominativa de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, exatamente 54,4%. Entre os que tiveram sua ocupação mencionada, mais da metade (55,3%), eram roceiros. Para a realidade dos proprietários de cor, todos se encaixam nesses dois perfis. O que significa dizer que, a partir de agora, estaremos tratando de um universo de proprietários brancos. Esses proprietários contam mais com a mão de obra escrava do que com a mão de obra familiar em suas propriedades, uma vez que para todas as 41 unidades restantes contabilizamos um número maior de escravos do que de livres em idade produtiva.

---

<sup>188</sup> FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**, p. 76-93.

<sup>189</sup> Lista Nominativa de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado, disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

Aqueles que possuem entre 4 e 10 escravos constituem o grupo que chamamos de pequenos proprietários, com uma média de 6 escravos por unidade. São 23 casos, ou 25,5% do total, que juntos possuem 134 escravos e concentram, portanto, 19% dos escravos existentes em Mar de Espanha em 1831. Nesse grupo predominou a ocupação de fazendeiro e roceiro, com respectivamente 10 e 9 casos encontrados, além de 1 vigário, 1 administrador de regimento e 1 negociante.

Joaquim Barboza é um exemplo de um fazendeiro pequeno proprietário. O homem de 28 anos habitava o fogo de número 10<sup>190</sup> junto com sua mulher, a costureira Anna, de 20 anos. Além da filha Augusta, de 2 anos, foram registrados em sua propriedade 6 escravos africanos, com idades entre 12 e 30 anos, e um escravo crioulo de 1 ano. Apesar da existência da criança crioula, nenhum escravo foi registrado como casado. Na mesma situação de pequeno proprietário, mas registrado como roceiro, está Felisberto José da Silva, de 58 anos. Foi registrado no fogo 43<sup>191</sup> casado com Maria, de 70 anos. Junto deles viviam dois livres, Manoel e Maria, com 20 e 4 anos de idade. Possuía 6 escravos, sendo 3 crioulas crianças, 2 crioulos e 1 africano adultos.

Seria necessário mais informações para entendermos o que difere um roceiro de um fazendeiro na Lista Nominativa de 1831. Podemos inferir pela documentação que roceiro é uma ocupação mais recorrente nas pequenas unidades – uma vez que é a ocupação predominante dentre aqueles classificados como não proprietários ou micro proprietários – e fazendeiro nas maiores, como veremos a seguir.

Na faixa seguinte, reunimos os fogos que registraram entre 11 e 20 escravos, classificados por nós de médios proprietários, possuindo uma média de 16 escravos. São 9 casos (10% do total), que detinham juntos 144 escravos – ou seja, concentram 20% da escravaria registrada na Lista Nominativa de 1831. Foram apontados 8 fazendeiros e apenas 1 roceiro.

Esse único roceiro trata-se do branco Luis Antonio, de 35 anos, chefe do fogo 88<sup>192</sup>. Era casado com também branca Anna, de 44 anos, e viviam com 4 crianças que presumimos serem seus filhos, com idades entre 6 e 14 anos. Luis Antonio possuía 14 escravos em 1831, sendo 11 africanos com idades entre 17 e 26 anos, dos quais 4 eram casados, e 3 crianças crioulas, provavelmente filhas desses dois casais.

---

<sup>190</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>191</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>192</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

Os outros 8 médios proprietários aparecem como fazendeiros. É o caso do fogo 39<sup>193</sup>, chefiado pelo branco Antonio Jose, de 50 anos. Ele era casado com Anna, de 46 anos, com quem teve 8 filhos, com idades entre 5 e 17 anos. Possuía 16 escravos, sendo 8 africanos, 4 crioulos e 4 pardos. Destes, 5 eram crianças e 2 idosos.

Encontramos ainda 8 casos que qualificamos como grandes proprietários, faixa dos que possuem entre 20 e 50 escravos. Na verdade, a variação encontrada nessa faixa de posse foi de 21 a 31 escravos, com a média ficando em 25,37 escravos por fogo. Todos aparecem como fazendeiros<sup>194</sup>, exceto o único caso de uma mulher viúva a frente da unidade, que aparece como lavradora. Totalizando 9% dos chefes de fogo, os grandes proprietários concentraram 28% da escravaria total, o que equivale a 203 escravos.

Dentro desse cenário está a propriedade de Joaquim Mendes, fazendeiro de 70 anos, casado com Maria, de 46 anos, registrados no fogo de número 30<sup>195</sup>. Além de 10 livres – provavelmente seus filhos – com idades entre 8 e 20 anos, a unidade contava com 29 escravos, sendo 14 africanos, 14 crioulos e 1 mestiço. Eram 8 escravos crianças, 19 jovens e adultos e 2 idosos.

Chama atenção o caso do fogo 81<sup>196</sup>, que contava com 28 escravos. Ao invés da ordenação tradicional que temos observado na lista nominativa que estamos trabalhando, onde aparecem livres e depois escravos, o recenseador registrou um casal de livres, seus filhos e seus escravos e novamente um casal de livres, crianças e outros escravos. Rafael Teixeira, fazendeiro de 68 anos, aparece nesse fogo casado com Francisca, de 61 anos, acompanhados de 4 livres, com as idades de 33, 25, 8 e 7 anos, possivelmente seus filhos. Seguem 13 escravos, 11 africanos e 2, e depois mais um casal de livres com crianças: o também Rafael Teixeira, de 40 anos, casado com Maria, de 30 anos, acompanhados de 5 crianças com idades de 1 a 5 anos. Em seguida estão registrados mais 15 escravos (13 africanos e 2 crioulos). Todos os livres mencionados dessa unidade são brancos. Provavelmente se trata de uma propriedade onde conviviam em 1831 as unidades produtivas de duas gerações da mesma família.

---

<sup>193</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>194</sup> Um deles é registrado como fazendeiro e eclesiástico.

<sup>195</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>196</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

Finalmente temos um caso específico que classificamos como megaproprietário: o fogo de número 27<sup>197</sup>, chefiado por Francisco Leite Ribeiro, que possuía 205 escravos – 149 africanos, 36 crioulos, 12 pardos e 8 mestiços (cabra/caboclo). Evidentemente trata-se de uma exceção, mas esse proprietário sozinho detinha 28,3% dos escravos de Mar de Espanha em 1831. Como já falamos no capítulo anterior, Francisco Leite Ribeiro foi um dos fundadores da localidade, segundo Ângelo Carrara<sup>198</sup> detentor de uma das maiores fortunas das Minas Gerais no período.

Se juntarmos esse caso com os grandes proprietários, percebemos que os nove maiores proprietários de escravos – 10% do total – detinham sozinhos 56,5% da escravaria de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Essa concentração de escravos nas mãos dos maiores proprietários também foi observada por Jonis Freire para Santo Antonio do Paraíbuna<sup>199</sup>.

Concentração essa que não era exclusividade da parte mineira do Vale do Paraíba. Motta<sup>200</sup> trabalhou com três listas nominativas para Bananal (Vale do Paraíba Paulista) e para o ano de 1829 – o mais próximo do nosso período de 1831 – encontrou 14,4%<sup>201</sup> do total de proprietários com 20 escravos ou mais. Estes concentravam 62,2% de toda a população cativa registrada em Bananal no período. Por sua vez, aqueles que possuíam entre 1 e 4 escravos na documentação analisada pelo autor representavam 49,7% das situações dos senhores de escravos, mas concentravam uma diminuta parcela de 8,6% dos escravos.

Importante ressaltar as particularidades de cada região: o autor trabalhou como maior faixa de posse aquela com 40 escravos ou mais, onde encontrou 7,7% dos proprietários. O único proprietário da nossa documentação que se enquadraria nesse perfil é o que qualificamos como megaproprietário, com seus 205 cativos. Daí a

---

<sup>197</sup> Lista Nominativa de 1831 de Capela Nova de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Disponível em <<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

<sup>198</sup> CARRARA, Ângelo A. *Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)*. Mariana: 1999. p. 21.

<sup>199</sup> FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009*. p. 128.

<sup>200</sup> MOTTA, José F. *Copos Escravos, Vontades Livres: a estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: Annablume - FAPESP, 1999. p. 168.

<sup>201</sup> Motta retirou os proprietários sem escravos de suas contas, o que provavelmente elevou percentualmente os dados relativos aos senhores escravistas. Se trabalhássemos da mesma maneira haveria um aumento percentual de 50% na ocorrência de cada faixa de posse, com os cálculos feitos em cima de 60 proprietários escravistas na Lista de 1831, e não dos 90 chefes de fogo – escravistas ou não. Por exemplo, os 9 sujeitos com mais de 20 escravos passariam a representar 15% do total, não mais 10%.

importância de se desenvolver hierarquias e faixas posse em consonância com a documentação e o contexto trabalhados, como buscamos fazer aqui.

Podemos concluir por meio do que aqui foi exposto o mesmo que Mônica Oliveira observou para Santo Antonio do Paraybuna: a existência de propriedades com diferentes vínculos com o mercado<sup>202</sup>. Coexistiam unidades que produziam para o autoconsumo, com aquelas que destinavam um eventual excedente para o mercado e ainda aquelas que regularmente produziam para atender ao mercado, seja da província, seja do Rio de Janeiro.

Uma análise mais detalhada dessas unidades produtivas exige a utilização de fontes de natureza diferente da lista nominativa. No capítulo seguinte, iremos trabalhar com os inventários *post-mortem* e o registro paroquial de terras.

---

<sup>202</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

### CAPÍTULO 3 – ESCRAVO E TERRA NAS UNIDADES PRODUTIVAS MARDESPANHENSES NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

No capítulo anterior, analisamos o perfil sócio-demográfico de Mar de Espanha na primeira metade do século XIX por meio da Lista Nominativa de 1831. Buscaremos agora trabalhar com a riqueza nas unidades produtivas mardespanhenses. Dessa forma, o foco agora será mais o perfil sócio-econômico.

Nosso entendimento de riqueza neste trabalho remete ao utilizado por Zephyr Frank<sup>203</sup> em seu estudo sobre o Sudeste brasileiro. Segundo Frank, predominava a percepção na historiografia brasileira de que a primeira metade do século XIX constituiu um período de baixo crescimento econômico, ou até mesmo de estagnação<sup>204</sup>. Por meio dos inventários *post-mortem* de três áreas do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), Frank demonstrou um vertiginoso crescimento da riqueza. O autor atribui isso principalmente ao melhoramento das instituições econômicas, a um grande mercado de crédito informal e ao incremento da demanda centrada nas cidades e centros urbanos.

Através dos inventários da corte, de São Paulo e de São João del Rei e São José do Rio das Mortes, Zephyr Frank decompôs a riqueza em imóveis, escravos, animais, dinheiro em espécie e depósitos, ações e títulos, bens empresariais, bens pessoais, dívidas líquidas e créditos líquidos. Portanto, sua noção de riqueza envolve a composição da fortuna dos inventariados, ou seja, tudo o que foi arrolado nos inventários. Trabalharemos também dessa maneira, mas incluindo ainda a categoria “cafezais” em razão da especificidade econômica de Mar de Espanha enquanto área de desenvolvimento da cafeicultura.

Dessa forma, já fica claro que uma das principais fontes trabalhadas nesse capítulo são justamente os inventários *post-mortem* do Fórum de Mar de Espanha. Como a propriedade escrava também aparece na Lista Nominativa de 1831 – trabalhada no capítulo anterior – utilizaremos aqui também algumas informações delas, sobretudo com relação a proprietários que sejam mencionados nas duas fontes. Por fim, ainda discutimos os dados do Registro Paroquial de Terras de Mar de Espanha de 1854,

---

<sup>203</sup> FRANK, Zapher. Padrões de riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. In: **história econômica & história de empresas IX**. Volume 2, 2006.

<sup>204</sup> Ver, por exemplo, DEAN, Warren. **The Industrialization of São Paulo, 1880-1945**. Austin: University of Texas Press, 1969. MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Hucitec, 1982.



disponível no Arquivo Público Mineiro, a fim de termos outras informações sobre a propriedade fundiária na região que não constam nos inventários *post-mortem*.

Antes de analisarmos e discutirmos a riqueza em Mar de Espanha por meio dessa documentação, faz-se necessário uma breve explicação da natureza, das capacidades e dos limites dessas fontes. Além disso, acreditamos ser importante detalhar o modo como extraímos e trabalhamos com os dados que nos interessam dos inventários e dos registros de terra. Portanto, cabe a seguir uma exposição da metodologia com que tratamos essa documentação.

### 3.1 – Os Inventários *Post-Mortem*

Os inventários *post-mortem* constituem uma das mais utilizadas fontes para a pesquisa histórica. São documentos de natureza jurídico-civil (e eclesiástica antes da Proclamação da República) que, quando bem analisados, nos oferecem informações de ordem econômica, social, política, religiosa, administrativa e cultural. Sua utilização pode ser vista desde trabalhos de história econômica e social, como a presente dissertação, até trabalhos sobre cultura material<sup>205</sup>. Mas como toda fonte histórica, são necessários alguns cuidados com o seu manuseio.

Um inventário constitui a enumeração e descrição dos bens de uma pessoa falecida, feita para que se proceda a sua partilha entre os herdeiros. Enquanto o casamento constituía a comunhão de bens, o falecimento dos cônjuges significa o rompimento dessa comunhão em favor dos filhos. Contudo, só era obrigatória a abertura de um inventário quando o falecido deixasse bens suficientes<sup>206</sup> ou houvesse herdeiros ainda crianças<sup>207</sup>.

Maria Araújo, estudando a riqueza na sociedade paulista do oitocentos, afirma que a origem da legislação dos inventários no Brasil, no início do século XIX, remete as orientações das Ordenações Filipinas<sup>208</sup>. Segundo Eni Samara,

eram considerados herdeiros forçados os parentes descendentes (filhos), ou ascendentes (pais). O cônjuge em regime de comunhão de bens era meeiro. A ordem de sucessão da outra metade era: descendentes, ascendentes, colaterais até o décimo grau e, por último, o cônjuge; na falta destes, ficava o Estado com bens<sup>209</sup>.

A legislação garantia o princípio da igualdade e a obrigatoriedade da partilha entre os filhos. Dessa maneira, a herança era dividida em três partes. Uma terça parte dos bens era reservada ao cônjuge ainda vivo. Eventualmente com seu falecimento essa parte seguiria para os herdeiros; uma terça parte se reservava diretamente aos herdeiros,

---

<sup>205</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi Flexor. **Mobiliário baiano nos séculos XVIII e XIX**. Salvador, 1970. (Tese apresentada ao Concurso de Professor Assistente do Departamento I da Escola de Belas Artes da UFBA).

<sup>206</sup> A noção de bens suficientes se mostrou um tanto quanto variável em nossa pesquisa, uma vez que encontramos alguns casos em que o inventário era aberto mesmo com um patrimônio diminuto, constituído por animais e bens móveis.

<sup>207</sup> Araújo, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

<sup>208</sup> Ordenações filipinas (1603). **Livros IV e V**. Lisboa: Gulbekian, 1985.

<sup>209</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. **A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)**. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em História). p.251.

da qual eram descontadas dívidas, adiantamentos da herança e dotes no momento da partilha; a última terça parte o falecido poderia dispor a seu critério, geralmente mediante a elaboração de um testamento.

Alguns inventários são acompanhados de testamentos. O testamento era facultativo, e tratava, sobretudo, das disposições de última vontade do testador, relativas às obras pias em favor da sua alma, cerimônias de seu funeral, sua naturalidade, estado civil e listagem de filhos e alguns legados especiais. *Testar para bem morrer*, conforme afirmou Sheila Faria em seu estudo sobre o Rio de Janeiro colonial<sup>210</sup>. Segundo a autora, os testamentos apresentaram, até o início do século XIX, uma forma homogênea. Valorizava-se, nesse documento, a preocupação de estar em paz com a consciência, a crença na intercessão dos santos para salvar a alma, além de determinações de legados e do destino da terça.

Os inventários geralmente obedecem a uma mesma lógica: abertura, declaração e avaliação dos bens e dívidas, documentos comprobatórios e partilha. Na declaração de bens dos inventários é onde encontramos um amplo conjunto de informações sobre a vida material do indivíduo. Conforme aponta Beatriz Magalhães, “é como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e, sobretudo, a mão-de-obra”<sup>211</sup>.

Os bens eram constituídos principalmente pelas propriedades de terras, que iam desde terras de cultura a matas virgens; os imóveis, como casa de morada, senzala, paiol, etc.; os escravos; os objetos pessoais, que podiam ser roupas, ferramentas de trabalho, móveis, entre outros; dinheiro; e dívidas, tanto ativas quanto passivas<sup>212</sup>. Dois louvadores eram designados para avaliar o valor desses bens. O ideal era que eles tivessem título de mestre da profissão mais próxima ao objeto avaliado – por exemplo, ourives avaliariam jóias e carpinteiros e marceneiros avaliariam móveis – mas isso raramente era possível.

Dito isto, é importante ter em mente que quando se trabalha com inventários *post-mortem* não está se trabalhando com toda a população, mas apenas aquelas que

---

<sup>210</sup> FARIA, S. de C. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>211</sup> MAGALHÃES, B. R. de. Inventários e seqüestros: fontes para a história social. **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, n. 9, p. 31-45, 1989. Pró-Reitoria de Extensão, FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>212</sup> Dívidas ativas constituem aquilo que devem ao inventariado (os créditos) e as dívidas passivas aquilo que o inventariado deve (os débitos).

possuíam bens suficientes para abrir o processo e proceder a partilha. Dessa forma, as conclusões tiradas a partir desse tipo de fonte não podem ser generalizadas, pois há um universo considerável de pessoas que não tiveram inventários abertos, seja pelos custos do processo, seja pela inexistência de bens suficientes<sup>213</sup>.

Tratemos agora dos inventários utilizados nesta pesquisa. Acreditamos ser importante na pesquisa histórica que o pesquisador deixe claro todos os problemas encontrados e os caminhos adotados a partir deles. Marc Bloch afirma que “reunir os documentos que estima necessário é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos”<sup>214</sup>. As organizações arquivísticas são importantíssimas nesse sentido, por preservar a documentação e garantir o acesso a ela.

Os inventários relativos a Mar de Espanha não estão especificamente em um arquivo, mas no fórum da cidade. Para a primeira metade do século XIX existem 157 inventários, sendo quase a totalidade, 143 processos, referente à década de 1840. Restaram, então, 14 inventários para o período anterior a década de 40 do século XIX (1827-1840)<sup>215</sup>.

Inicialmente, nossa intenção era trabalhar com a totalidade desses inventários. Digitalizamos os 14 primeiros processos, relativos ao período de 1827 – data do primeiro inventário disponível no fórum – a 1840. Contudo, o regime de serviço do fórum dificultou que fotografássemos toda a documentação: apenas duas horas por semana foram disponibilizadas para acessar a documentação. Era preciso enviar um requerimento para o deferimento do juiz do fórum de Mar de Espanha. Tal processo não era imediato e por muitas vezes demorava mais de uma semana entre o envio do requerimento e a autorização da pesquisa. Como se não bastasse, o fórum teve um problema de pessoal no fim de 2014 e interditou o acesso.

Com a dificuldade de ter acesso regular a documentação e tendo em vista seu volume, optamos por utilizar uma amostragem para o período posterior a 1840, quando o número de inventários abertos aumenta consideravelmente. Buscamos seguir aqui as orientações feitas por Zephyr Frank em seu estudo sobre os padrões de riqueza do

---

<sup>213</sup> Informações mais gerais da população – mas menos detalhadas – podem ser retiradas de censos, como no capítulo anterior.

<sup>214</sup> BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. P. 82.

<sup>215</sup> Essa diferença de quantidade de inventários abertos em cada subperíodo pode ser entendida como um indicativo do amadurecimento e desenvolvimento de Mar de Espanha com o transcorrer do século XIX.

Sudeste brasileiro<sup>216</sup>. O autor critica trabalhos como o de Zelia Cardoso de Mello<sup>217</sup>, por se utilizar de amostragens nada aleatórias, falando da inclusão e da exclusão de inventários sem que se saibam quais os critérios de escolha ou como eles puderam afetar os resultados. O autor defende que não se utilize apenas um ano em uma amostragem, pois o resultado poderia ser estatisticamente insignificante, já que grandes proprietários não falecem regularmente todos os anos<sup>218</sup>. Z. Frank ainda afirma que é necessário ao pesquisador ter em mente os segmentos que são subrepresentados nos inventários, como os mais pobres – que nem sempre dão abertura ao inventário – e os proprietários mais jovens, já que a média de idade dos inventariados é bastante elevada, tendo em vista que o inventário é aberto apenas para pessoas que falecem<sup>219</sup>.

Com isso em mente, para além da totalidade dos dados referentes ao período de 1827 a 1840, nossa amostragem para a década de 40 do século XIX foi construída em cima de dados coletados de inventários para um em cada três anos. Respectivamente os anos de 1841, 1844, 1847 e 1850. Esses quatro anos da década de 40 somaram 51 processos, o que equivale a 35,66% dos 143 totais, conforme é possível visualizar no quadro abaixo.

#### QUADRO 06: Universo Amostral dos Inventários da Década de 1840.

Amostragem: 1841, 1844, 1847 e 1850		Demais anos	
Número de Processos	Porcentagem	Número de Processos	Porcentagem
51	35,7%	92	64,3%

Fonte: Fórum Municipal de Mar de Espanha

Para trabalhar com os dados desses documentos da melhor maneira possível foram necessários dois cuidados fundamentais. Em primeiro lugar, analisamos em separado os dados desses dois períodos (1827-1840 e 1841-1850) a fim de não haver super-representação do primeiro. Isso foi necessário, pois temos 100% dos documentos de 1827-1840 e 35,66% de 1841-1850. Se trabalhássemos com todos os dados da primeira metade do século XIX juntos, os processos dos anos iniciais teriam um peso na

<sup>216</sup> FRANK, Zapher. Padrões de riqueza no sudeste do Brasil, 1815-1860. In: **história econômica & história de empresas IX**. Volume 2, 2006. Pp 8 – 9.

<sup>217</sup> MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895**, São Paulo: Hucitec, 1982.

<sup>218</sup> FRANK, Zapher, *Op Cit.*

<sup>219</sup> O autor ainda afirma que ao se comparar os dados retirados dos inventários com outras pesquisas, é importante buscar contextos semelhantes, para que os grupos sub-representados sejam os mesmos.

conclusão maior do que o de fato. O segundo cuidado necessário, relacionado também com o primeiro, foi a necessidade de trabalhar com proporções. Só por meio de porcentagens é possível que os dados da amostragem construída tenham sentido. Os números absolutos, portanto, não servem como parâmetro de comparação no nosso estudo.

A relevância dessa amostragem, evidentemente, é um ponto a ser discutido. Como já dito, nossa intenção de trabalhar com todos os inventários *post-mortem* da década de 40 se tornou inviável. Sendo assim, o ideal seria uma amostragem maior – e conseqüentemente mais relevante – mas com o tempo e as condições que nos foram disponibilizadas pelo fórum, conseguimos apenas os 51 processos da última década da primeira metade do século XIX. Dessa maneira, buscamos ao longo de nosso trabalho sempre relacionar pesquisas que trataram do mesmo contexto<sup>220</sup>, para pensar melhor as conclusões. Acreditamos que com o apoio bibliográfico, além do cuidado que tivemos em pegar todos os documentos de quatro anos da década de 1840, correspondente a períodos inicial (1841), intermediário (1844 e 1847) e final (1850), levantamos dados suficientes. Trabalhando dessa maneira, com uma série de anos regulares para toda a temporalidade da década de 40 do século XIX, estamos em acordo com as sugestões e cuidados propostos por Z. Frank.

Toda essa documentação foi fotografada e, a partir das fotos, elaboramos fichas para retirada dos dados. Essas fichas apresentam todas as informações que consideramos relevantes para a pesquisa, sobretudo com relação a declaração de bens, na qual observaremos a riqueza registrada dos inventariados. Cada ficha tem um número correspondente a documentação, o que nos permitiu voltar ao documento original sempre que necessário fosse.

Por meio do software *FileMaker*, construímos um banco de dados a partir das informações presentes nas fichas. Além do armazenamento, o programa permite a manipulação e a análise de dados. Gera somas, médias, porcentagens, filtragens e contagens, por meio das quais construímos esse estudo. A título de exemplo, na Imagem 09 abaixo está a tela de construção do banco de dados.

---

<sup>220</sup> Sobretudo Juiz de Fora.

### IMAGEM 09: Exemplo da Coleta de Dados dos Inventários no *Filemaker*

ID	6	
Ref. Doc.	7	
Data	1839	
Local	Fazenda denominada Barra do Ouro Fino, nesta	
Inventariado	Dona Maria Jorge do Carmo	
Inventariante	Tenente Coronel Francisco Leite de	
Imóveis	1140000	
% Imóveis	1,8702716	
Terras	3000000	
% Terras	4,92176736	
Alimentos		
% Alimentos	0	
Cafezais	24400000	
% Cafezais	40,0303745	
Objetos	2037900	
% Objetos	3,34335657	
Animais	1240000	
% Animais	2,03433051	
Escravos	17900000	Quantidade 46
% Escravos	29,3665452	
Dividas Ativas	11235814	
% Dividas Atv	18,4333542	
Monte Mor	60953714	% Passivos em Relação a Riqueza 25,2357879
Dividas Passivas	15382150	
Monte liquido	45571564	

Nome	Francisco	Sexo	M
Origem	A	Idade	
C. Familia		Valor	500000

Depois de inseridos os dados de todos os inventários, o programa constrói uma tabela com todas as fichas. É possível, então, cruzar, comparar e filtrar as informações que utilizamos no trabalho. Construímos ainda um a tabela em separado para os escravos, que se relacionam com o inventariado.

O modo como lidamos com esse banco de dados foi semelhante ao que já apresentamos para a Lista Nominativa de 1831 no capítulo anterior: construímos duas

tabelas, uma dos inventariados e outras dos escravos. Elas se relacionavam por meio de um identificador do proprietário. Isso possibilitou que trabalhássemos, sempre que necessário, com os escravos em separado.

Concluída nossas considerações sobre os inventários, tratemos agora da outra fonte que será utilizada: os registros paroquiais de terra.



### 3.2- Os Registros Paroquiais de Terra

O Registro Paroquial de Terras remete a aprovação da Lei de Terras em 1850<sup>221</sup> pelo governo imperial. Segundo Emília Viotti da Costa<sup>222</sup>, esta lei significou uma mudança de atitude em relação à questão da terra, que era entendida até então como domínio da Coroa, doada principalmente como serviços prestados ao rei, e passava agora a domínio público, acessível apenas àqueles que poderiam explorá-la lucrativamente. A terra tornava-se, portanto, uma valiosa mercadoria<sup>223</sup>.

A origem da política da legislação fundiária no Brasil remete à política de doação de terras vigente em Portugal, que surgiu nos fins do século XIV. Sua preocupação era o abastecimento do reino, com o objetivo de não permitir que as terras permanecessem incultas, impondo a obrigatoriedade do aproveitamento do solo. Na América Portuguesa, essa preocupação da legislação de promover o cultivo das terras relacionou-se com a necessidade de desbravar e colonizar o território descoberto. Assim, o sistema de sesmaria foi implementado, no qual cabia à Coroa Portuguesa doar terras aos pleiteantes, contanto que estes estivessem em condições de cumprir com a exigência do cultivo<sup>224</sup>.

Marcia Motta, ao estudar o direito agrário pela dinâmica de conflitos ocorridos no Brasil oitocentista, afirma que houve, principalmente a partir das últimas décadas do século XVII, muitas tentativas por parte da Coroa em regularizar o sistema de sesmarias, restringindo, por exemplo, a extensão máxima das áreas a serem concedidas por sesmarias. Entretanto, assim como as disposições acerca da obrigatoriedade do cultivo – um dos principais itens da Carta Régia de 1695 – esses esforços se mostraram em vão. Da mesma forma, os esforços sobre a fixação dos limites, ou seja, a demarcação das datas concedidas também não pôde deter, à revelia da lei, o processo de expansão territorial praticado pelos fazendeiros e por uma ampla camada de posseiros<sup>225</sup>.

---

<sup>221</sup> Discussão parlamentar iniciada em 1843, aprovada em 1850 e regulamentada em 1854.

<sup>222</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.171

<sup>223</sup> Para Karl Polanyi, a transformação da terra em mercadoria consiste, juntamente com a transformação do trabalho em mercadoria, nos elementos de formação do Capitalismo. POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. RJ: Elsevier, 2000.

<sup>224</sup> MOTTA, Márcia Mendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996. p.151.

<sup>225</sup> Posseiro é o trabalhador rural que tem a posse da terra (trabalha nela e dela retira seu sustento), mas não possui o documento legal e de direito da propriedade da terra.

Ainda segundo Marcia Motta<sup>226</sup>, ao incentivar o cultivo, a Coroa estimulou o crescimento de categorias sociais estranhas aos sesmeiros. É o caso, por exemplo, dos arrendatários, que arrendavam terras de sesmeiros e muitas vezes sublocavam partes dela a pequenos lavradores. Essa prática conferia obstáculos ao trabalho da Coroa de verificar o cumprimento da exigência do cultivo e demarcação de terras. Essa incapacidade, continua Motta, da Coroa de efetivamente controlar o cumprimento de suas exigências estimulava o crescimento da figura do posseiro, ou seja, aquele que se apossava de terras devolutas. Por conseguinte, a aceitação do posseiro na legislação sobre sesmarias nas terras brasileiras esteve relacionada aos esforços da Coroa em limitar o poder dos sesmeiros. Ao mesmo tempo, o sistema de posses tornou-se a expressão maior da realidade da ocupação das terras brasileiras. Com a Lei da Boa Razão (1769), do período pombalino, o costume de posse passou a ter aceitação jurídica.

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 trouxe consigo um esforço da Coroa em retomar a condução da política de terras, buscando, sobretudo, “remediar o abuso de se confirmarem as Sesmarias sem proceder a necessária mediação, contrárias aos decretos de 1753”. Já no decorrer do processo de independência, teve lugar a suspensão de concessões de Sesmarias, em 17 de julho de 1822, durante a regência de D. Pedro – futuro imperador –, visando atender aos interesses daqueles que de fato se preocupavam com o cultivo da terra para a efetivação da ocupação, em detrimento da importância do título de concessão. Para Marcia Motta, o fim do sistema de Sesmarias consagrou, na prática, a importância social da figura do posseiro, “com o reconhecimento da importância do cultivo para a legitimação de uma ocupação. Em detrimento, portanto, do título”<sup>227</sup>.

Segundo Emília Viotti da Costa<sup>228</sup>, a partir da independência, quando a doação de lotes, característica da política de terras coloniais foi abolida, até 1850, tendo sido decretada a Lei de Terras, a ocupação tornou-se a única forma de obter terra, à exceção de compra ou herança. Assim, as “posses”, resultantes da ocupação, aumentaram de forma incontrolável, e os posseiros acumularam grandes extensões de terra. Os limites dessas terras, ainda segundo a autora, eram definidos vagamente por acidentes

---

<sup>226</sup> MOTTA, Márcia Mendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996 p. 151-156.

<sup>227</sup> MOTTA, *Op Cit*, p. 157-163

<sup>228</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p 176.

geográficos naturais. Apesar dessas propriedades não possuírem estatuto legal, elas eram compradas, vendidas e avaliadas à vontade. A cada ano, novas áreas foram ocupadas, por exemplo, pelos fazendeiros de café, que sentiam agudamente a necessidade de legalizar a propriedade da terra e de obter cada vez mais força de trabalho.

A Lei de Terras de 1850<sup>229</sup> proibia a aquisição de terras por qualquer outro meio que não fosse compra ou herança. Colocava, dessa maneira, um fim formal às tradicionais formas de obtenção de terras por meio da posse e de doações da coroa. Todos aqueles que anteriormente à aprovação da lei tivessem ocupado propriedades ilegalmente ou recebido doações sem nunca preencher as exigências para legitimação da propriedade puderam registrar a terra, demarcando-a – mediante, claro, ao pagamento das taxas definidas. As terras que não estivessem apropriadamente utilizadas ou ocupadas deveriam voltar ao Estado como terras públicas.

Para Emília Viotti da Costa, até a metade do século XIX a propriedade da terra significava reconhecimento da Coroa de méritos do proprietário, conferindo, portanto, prestígio a ele. Já a partir da segunda metade do oitocentos, o prestígio conferido pela propriedade da terra significava poder econômico. Em vez de ser uma dádiva pessoal concedida pelo rei segundo as qualidades pessoais do indivíduo, a terra podia ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente<sup>230</sup>.

O marco dessa mudança do significado da propriedade fundiária é, portanto, a Lei de Terras de 1850. A partir dessa lei, criou-se a Repartição Geral de Terras públicas<sup>231</sup>, órgão responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação, bem como dar conta das inúmeras situações à ocupação de terras. Por se preocupar em mostrar as terras efetivamente ocupadas e as devolutas, realizou-se o cadastro dos proprietários por meio dos registros paroquiais de terra. Assim, os registros paroquiais inauguravam o processo de legitimação das posses e revalidação das sesmarias, além de permitir que todos os posseiros, independente da extensão, pudessem registrar suas terras. Segue um exemplo de um registro de terras:

Eu abaixo assinado Joaquim Antonio da Costa morador nesta freguesia de Nossa Senhora das Mercês da Vila do Mar de Hespanha

---

<sup>229</sup> Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>, acessado em 01/06/2016.

<sup>230</sup> A autora afirma ainda que essas visões distintas se manifestaram também nos debates parlamentares.

<sup>231</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm)>, acessado em 01/06/2016.

posso 30 alqueires de terra no lugar denominado [...] as quais foram doadas por Raphael Teixeira de Sousa e sua mulher Tereza Maria de Jesus, a escritura de doação [...] de baixo assinada. Divide estas terras por um lado com Raphael Teixeira de Sousa, por outro lado com Jose Antonio da Costa e por outro com Agostinho. Declaro que possuo mais 16 alqueires de terras que se houve por compra a Rapahel Jose de Freitas e sua mulher Dona Maria Rosa Candida da Silva, as quais divide por um lado com Manoel Assis de Freitas e por outro com o mesmo registrante. Vila do Mar de Hespanha, 01 de março de 1855. Joaquim Antonio da Costa. O vigário encomendado Jose Antunes de Siqueira.<sup>232</sup>

Há sérios questionamentos sobre as possibilidades dessa fonte. Já no início da década de 1980, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, mesmo destacando a potencialidade na análise do processo de apropriação do solo e sua relação jurídica através dos registros paroquiais de terra, reconheciam as limitações dessa documentação, em particular por conta das informações imprecisas<sup>233</sup>. José Murilo de Carvalho<sup>234</sup> chama a atenção para a arbitrariedade das declarações, já que não se exigia provas documentais da propriedade e de suas delimitações. Roberto Smith chega a afirmar que o registro paroquial tinha pouco efeito prático para conferir legitimidade pública às terras privadas<sup>235</sup>.

Mesmo com a ciência desses problemas e limitações, tendemos, contudo, a concordar com Marcia Motta<sup>236</sup>, que vê validade no uso histórico das informações encontradas no registro paroquial de terras. Segundo a autora, o registro deve ser visto como instrumento de poder. Nesse sentido, ele podia ser usado ou não para conferir legitimidade pública aos interesses dos proprietários de terra em cada região, dependendo da decisão de fazendeiros e lavradores de considerá-lo um eficaz instrumento na manutenção ou imposição de seus domínios sobre as terras de outrem ou sobre seus dependentes. A autora chama a atenção para o fato de que registrar a terra era apenas o primeiro passo para a regulamentação delas. O registrante deveria reconhecer seus confrontantes, e dependeria do reconhecimento de seus vizinhos da sua terra.

---

<sup>232</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

<sup>233</sup> LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 71-105.

<sup>234</sup> CARVALHO, José Murilo de. Modernização Frustrada: a Política de Terras no Império. In: **Revista Brasileira de História**. n. 1. São Paulo: 1981. pp. 39-57.

<sup>235</sup> SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra e Transição**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 336.

<sup>236</sup> MOTTA, Márcia Mendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996. 215-217.

Embora estranhas a nós, as referências geográficas/naturais e de vizinhança eram muito provavelmente reconhecidas pelas pessoas que viviam na área registrada naquele momento. Para um conterrâneo local, a informação prestada era clara e precisa<sup>237</sup>. Havia, de certa maneira, um reconhecimento social da propriedade por meio das referências dadas pelo declarante, que aos olhos de hoje podem parecer com pouco sentido.

Portanto, para Marcia Motta, decidir registrar sua terra podia implicar ou não uma opção por uma declaração detalhada da área ocupada ou apenas um rápido e sucinto registro, capaz de salvaguardar o domínio de sua fazenda, sem que com isso o declarante tivesse que limitá-la territorialmente, declarando sua extensão. Ademais, se não era exigida uma precisa delimitação territorial, os declarantes podiam operar com o poder de decisão sobre quem eram os seus confrontantes. Em outras palavras: ao registrar sua terra, o declarante poderia reafirmar ou não o domínio de outrem, pelo simples fato de registrar ou não a sua terra como um dos seus limites territoriais.

Ainda sobre a validade das declarações, em sua dissertação de mestrado que propôs uma metodologia para o georeferenciamento dos registros de terra, Rafael Laguardia<sup>238</sup> enfatiza o fato de que a pessoa responsável por recolher os registros ser uma figura ligada a Igreja Católica. Nas missas, ele comunicava a execução da lei – muito provavelmente se colocaria como um funcionário do Estado<sup>239</sup>, elogiando as ações do imperador e do Parlamento – e deveria enfatizar a possibilidade de haver multas, e até penas de três meses de prisão para aqueles que fizessem declarações falsas. A declaração das informações era feita na igreja, em ambiente que em muito lembrava as confissões, com o risco de ser desmentido por vizinhos perante toda a comunidade e a Deus.

Como destaca Hebe Mattos<sup>240</sup>, mesmo diante de todos os problemas apresentados acerca dos registros paroquiais, ainda assim é possível utilizá-los para demonstrar certos processos de concentração fundiária, sendo possível encontrar as maiores fazendas do local em tela, a relação entre o número de fazendas e outras de apropriação, como sítios e chácaras. Além da questão do tamanho das propriedades,

---

<sup>237</sup> LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. **Sorte de Terra, Fazenda, Sesmaria... Georeferenciamento como Instrumento de Análise do Registro de Terra**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2011. p. 46.

<sup>238</sup> LAGUARDIA, *Op Cit.*

<sup>239</sup> Lembrando que a Constituição de 1824 estabelecia o regime do padroado.

<sup>240</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp. 128-132.

outra informação que pode ser percebida por essa fonte seria suas formas de aquisição. As diversas formas possíveis de obtenção de terras, seja pela “revalidação” da carta de Sesmaria, seja pela ocupação, mas também via herança ou mesmo compra, revelam uma estrutura bastante dinâmica.

O registro paroquial de terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha está integralmente digitalizado e disponível no site do Arquivo Público Mineiro<sup>241</sup>. As declarações foram colhidas entre 1854 e 1856 pelo vigário Jose Antunes de Siqueira. Segundo a lei, essas declarações deveriam conter o nome do possuidor, designação da freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão se for conhecida; e seus limites. Elas continham também, algumas vezes, a forma de obtenção.

Foram registradas para Mar de Espanha 321 propriedades. Nem sempre todas essas informações foram arroladas, até porque muitas das vezes o próprio declarante as desconhecia com exatidão. Não havia também uma padronização das informações coletadas, nem uma tipologia clara dos termos e unidades utilizadas.

Dessa maneira, a elaboração de um banco de dados com essas informações foi um trabalho difícil. Optamos por inserir todas as informações que comumente se repetissem nos registros com algum tipo de regularidade. Foram elas o nome do registrante, o nome da propriedade, o local onde estava situada, a dimensão, a forma de obtenção e as confrontações. Anotamos também no banco de dados o número do registro transcrito por nós e o número da imagem relativa na digitalização do site do Arquivo Público Mineiro, para sempre que possível podermos voltar a fonte original e a transcrição.

---

<sup>241</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

### 3.3 Escravos, Café e Terra nas Unidades Produtivas Mardespanhenses:

Por meio dos inventários *post-mortem*, vamos proceder agora a análise – e conseqüente caracterização – das unidades produtivas em Mar de Espanha na primeira metade do século XIX. Buscamos anteriormente explicitar como se deu a coleta de dados dessa documentação, para a qual nós possuímos a totalidade dos inventários relativos ao período de 1827 a 1840 e uma amostragem de três em três anos para o período de 1841 a 1850, compreendida pelos anos de 1841, 1844, 1847 e 1850. Ao todo, são 65 inventários para o período de 1827 a 1850, que corresponde ao momento de montagem do sistema agrário cafeicultor na Zona da Mata Mineira<sup>242</sup>.

Buscamos apresentar os dados sempre divididos nesses dois subperíodos. Optamos por fazer isso para que os inventários que foram coletados na totalidade em que existem não distorçam as informações. Por utilizarmos porcentagens na nossa análise de dados, acreditamos não haver problema com o fato de entre 1841 e 1850 estarmos trabalhando com amostragem.

Para Juiz de Fora, Mônica Oliveira encontrou apenas uma propriedade com café antes da década de 1840 – nós encontramos 4 nesse mesmo período. Contudo, a presença de cafezais velhos ou antigos – com mais de 25 anos – entre as décadas de 40 e 50 sugere justamente que as primeiras fazendas dedicadas ao plantio de café datem das primeiras décadas do século XIX<sup>243</sup>. Período este que apontamos no primeiro capítulo como de povoamento efetivo da região.

A autora defende que, por influência do impacto da cafeicultura nas áreas vizinhas do Vale do Paraíba Fluminense, a produção de café se acelera entre 1840 e 1850 na Zona da Mata mineira. Bruno Vitoretto, em sua dissertação de mestrado, encontrou 33% das propriedades de Juiz de Fora comprometidas de alguma forma com a produção de café entre 1830 e 1854. O pesquisador chama atenção para o fato de metade dessas propriedades estarem concentradas no quinquênio final desse período, ou seja, entre 1850 e 1854<sup>244</sup>. Justamente os únicos anos trabalhados pelo autor que são posteriores em relação ao nosso período.

---

<sup>242</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

<sup>243</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Cafeicultura mineira: formação e consolidação - 1809-1870. n: **Anais do IX Seminário sobre a economia mineira**. 2000. p. 263.

<sup>244</sup> VITTORETO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Juiz de Fora: 2012. p. 80.

Contudo, a produção de café na Zona da Mata mineira ainda era incipiente se comparada à produção fluminense. Eschwege cita uma reduzida produção em 1818/19 de 9.739 arrobas de café, da qual 95% eram provenientes da Zona da Mata Mineira; para o período de 1829/30, a exportação mineira alcançou 81.400 arrobas; a safra de 1839/40 foi de 243.473 arrobas e a de 1850/51 registrou 900.597 arrobas<sup>245</sup>. Um elevado aumento, é verdade, mas bem distante dos patamares registrados para o Rio de Janeiro, que entre 1851/52, segundo Stanley Stein, chegavam a 7.535.844 arrobas<sup>246</sup>. Anderson Pires aponta, porém, que justamente o fato da implantação da cafeicultura em Minas Gerais ter sido tardia em relação ao Vale do Paraíba Fluminense que explica a disponibilidade de matas virgens na Zona da Mata ainda no início do século XX, em contraposição ao rápido esgotamento da produção do Rio de Janeiro<sup>247</sup>.

Bruno Vitoretto ainda aponta que a maior parte das unidades produtivas do Vale do Parahybuna se dedicava a produção de outros gêneros alimentícios que não o café. O mesmo é observado por Mônica Oliveira. A autora destaca a diversidade interna das unidades produtivas da Zona da Mata Mineira, com a presença de roças, seja para o consumo doméstico, seja para a venda de excedentes de maneira eventual ou regular. A autora ainda fala da presença de animais em quase todas das unidades<sup>248</sup>.

A fim de perceber essa diversificação econômica nas unidades produtivas, buscamos desenvolver um quadro registrando a presença de roças, animais e café. Ele é bastante elucidativo nesse aspecto.

---

<sup>245</sup> GIROLETI, D. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988. pp. 28-30.

<sup>246</sup> STEIN, S. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 81.

<sup>247</sup> PIRES, A. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. 1993. Dissertação (Mestrado) – UFF, Niterói, 1993.

<sup>248</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Cafeicultura mineira: formação e consolidação - 1809-1870. n: **Anais do IX Seminário sobre a economia mineira**. 2000. p. 262.



**QUADRO 07: Presença de Roças, Animais e Café nas unidades produtivas de Mar de Espanha (1827-1850)**

Período	Número de Unidades Produtivas	Com menção a presença de		
		Roças	Animais	Café
1827-1840	14	85,7%	71,5%	28,5%
1841-1850	51	78,4%	84,3%	29,4%

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Mar de Espanha

Encontramos dados semelhantes na nossa documentação. A grande maioria das unidades produtivas registrou a presença de animais, em especial suínos e bovinos. Buscamos nos inventários algum tipo de menção a roças, seja por meio de alimentos colhidos, plantações, etc. Os números mostram que a grande maioria das propriedades esteve ligada a produção de alimentos, seja para consumo interno, seja para uma eventual ou regular venda do excedente. Houve algum tipo de menção a café em quase 30% dos inventários (28,5% até 1840 e 29,4% entre 1841 e 1850). Números bem próximos ao encontrado por Bruno Vitoretto, 33% como vimos acima, o que demonstra que esse ainda é um momento de formação da cafeicultura em Minas Gerais.

Importante destacar que Vitoretto usou dados até 1854 e destacou que metade das propriedades que mencionaram café eram referentes ao quinquênio final 1850-54, o que corresponde a quatro anos além do período de 1827-1850 que estamos trabalhando. Como encontramos números bem próximos sem contabilizar esses quatro anos em que Vitoretto encontrou a maior parte de inventários com menção a café, isso sugere que talvez a porcentagem de unidades produtivas com cafezais pudesse ser ainda maior em Mar de Espanha para a primeira metade do século XIX. Mas, infelizmente, não conseguimos ter acesso aos dados que permitiriam afirmar isso com certeza, e ainda mensurar essa diferença.

Se buscarmos, no entanto, estabelecer uma comparação com o Vale do Paraíba Paulista no mesmo período, os dados destoam. Entre 1830 e 1839, Breno Moreno<sup>249</sup> qualificou como cafeicultor escravista 77,2% dos inventariados de Bananal. Já para a década seguinte, entre 1840-49, o autor contabilizou 56,8% dos processos como relativos a cafeicultores escravistas.

<sup>249</sup> MORENO, Breno Aparecido Servidone. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2013. p. 89.

A fim de perceber a dimensão e o desenvolvimento dessas unidades produtivas, buscamos classificá-las de acordo com a posse de escravos. Lembremos que Douglas Libby associou justamente o setor mercantilizado da agricultura, que assegurou a permanência de amplas proporções de escravos nas Minas oitocentistas, ao dinamismo econômico das regiões que desenvolveram a cafeicultura em Minas Gerais<sup>250</sup>.

Usamos mais uma vez as tipologias propostas por Ricardo Salles<sup>251</sup>, adaptadas, claro, ao nosso contexto. O autor trabalhou com um período mais amplo (1821-1880), em uma região onde a cafeicultura se desenvolveu mais precocemente em relação Minas Gerais, como vimos anteriormente. Nossos dados remetem exclusivamente a Mar de Espanha na primeira metade do século XIX. Daí a necessidade de trabalharmos com faixas de posse diferentes.

Portanto, assim como no capítulo anterior, quando construímos a hierarquia de posse com os dados da Lista Nominativa de 1831, aqui nós também buscamos não usar modelos prontos do que significa ser uma pequena, uma média ou uma grande posse. Analisamos os dados colhidos dos inventários *post-mortem* e construímos a nossa própria tipologia por meio do Gráfico 08. Quanto mais alto o ponto em relação ao eixo y (vertical), maior a quantidade de escravos registrados naquela unidade. Dessa maneira, podemos perceber as faixas em que se concentram os proprietários, visualizando assim o que significa exatamente ser pequeno, médio ou grande proprietário para os proprietários de Mar de Espanha que abriram inventários na primeira metade do século XIX.

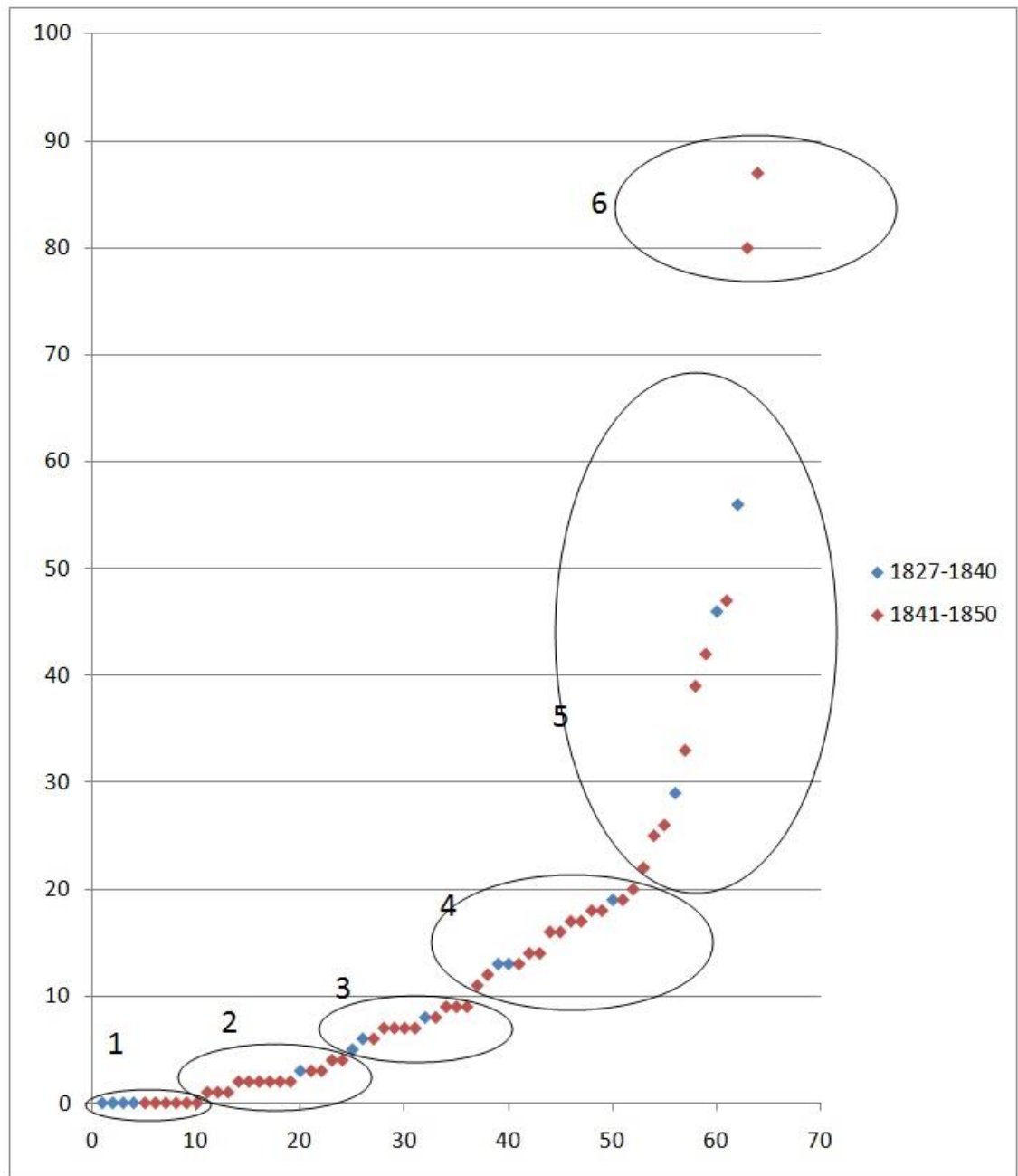
Recusamos, portanto, classificações externas e buscamos trabalhar com aquilo que a documentação nos mostra. Utilizamos pontos azuis para os inventários abertos entre 1827-1840 e vermelho para aqueles de 1841-1850. Fizemos ainda um círculo preto para destacar as faixas de posse percebidas, numerando-as. Foi necessário excluir o caso especial do comendador Francisco Salles de Oliveira, genro de Francisco Leite Ribeiro e proprietário de 191 escravos, que distorceria visualmente o gráfico, aproximando os demais pontos. O resultado está demonstrado abaixo:

---

<sup>250</sup> LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 14

<sup>251</sup> SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp 155-157.

**GRÁFICO 08: Propriedade Escrava por Inventário *Post-Mortem***



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Mar de Espanha

São 10 unidades produtivas sem nenhum escravo, correspondendo ao grupo de não-proprietários (faixa 1). Percebemos duas faixas nos extremos do gráfico que concentram alguns proprietários: uma com aqueles que detêm entre um e cinco escravos (faixa 2), que chamaremos de microproprietário; outra com aqueles que possuem mais de 70, que trataremos como megaproprietário (faixa 6, incluindo aqui o caso de 191 escravos que não está representado no gráfico).

Dessa maneira, restam proprietários que possuam entre 6 e 70 escravos. Pensamos ser pertinente dividir esse grupo em três faixas – pequeno proprietário com 6 a 10 escravos (faixa 3), médio proprietário com 11 a 20 escravos (faixa 4) e grande proprietário com 21 a 70 escravos (faixa 5) –, sendo uma mais próxima dos microproprietários, outra intermediária e outra mais próxima dos megaproprietários.

Quando construímos uma tipologia para hierarquizar as posses registradas na Lista Nominativa de 1831, no capítulo anterior, fizemos duas observações que agora vale a pena resgatar. Primeiro ressaltamos que os dados que encontramos poderiam variar com o lugar, o período e a documentação utilizada. Embora estejamos evidentemente no mesmo contexto (Mar de Espanha na primeira metade do século XIX), o fato do universo englobado pelos inventários *post-mortem* ser diferente do envolvido com a Lista Nominativa de 1831 nos traz informações também diferentes.

Uma outra questão que agora temos a oportunidade de repensar é sobre como, indo em acordo com as observações de Jonis Freire<sup>252</sup>, a documentação pode revelar uma situação passageira de determinado indivíduo. O caso que acabamos de citar de Francisco Salles de Oliveira é um exemplo disso. O sujeito que aparece agora como megaproprietário possuidor de 191 escravos também apareceu na Lista Nominativa de 1831, mas como o que chamamos de pequeno proprietário, registrando à época apenas 9 cativos.

Dito isto, buscamos construir o Quadro 08 abaixo, resumindo todos os dados encontrados nos inventários *post-mortem* de Mar de Espanha na primeira metade do século XIX com relação a posse. Elencamos o tipo de proprietário, a faixa de posse em que se insere, o número de casos em que tal faixa incide e o número de escravos que esses casos concentram, com suas respectivas porcentagens.

---

<sup>252</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p. 130.

**QUADRO 08: Hierarquia de Posse de Escravos em Mar de Espanha (1827-1850)**

Tamanho da Escravaria	Número de proprietários				Número total de escravos				Média de escravos por proprietário	
	1827-1840		1841-1850		1827-1840		1841-1850		1827-1840	1841-1850
	qtde	%	qtde	%	qtde	%	qtde	%		
0	4	28,6%	6	11,8%	0	0	0	0	-	-
1-5	2	14,3%	13	25,5%	8	4%	29	3,2%	4	2,2
6-10	2	14,3%	9	17,6%	14	7%	69	7,7%	7	7,6
11-20	3	21,4%	13	25,5%	45	22,8%	205	22,9%	15	15,7
21 a 70	3	21,4%	7	13,7%	131	66,2%	234	26,2%	43,6	33,4
70 ou mais	0	0%	3	5,9%	0	0%	358	40%	-	119,3
Total	14	100%	51	100%	198	100%	895	100%	14,1*	17,5*

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Mar de Espanha

Conforme mencionado anteriormente, os inventários *post-mortem* são fontes que excluem uma determinada parcela da sociedade, uma vez que apenas as pessoas que detinham uma quantidade significativa de bens a ser partilhados procediam a abertura do processo. Se compararmos os números do Quadro 08 com os do Quadro 05 – referentes à hierarquia de posse segundo a Lista Nominativa de 1831 – percebemos algumas diferenças significativas nos dados. Isso ocorre principalmente porque o universo que essas duas fontes exploram é bastante diferente.

Na lista nominativa de 1831, encontramos uma parcela maior de domicílios sem escravos, correspondente a um terço do total. Essa proporção diminui significativamente nos inventários, certamente porque a maior parte das pessoas que não tinham condições de adquirir ao menos um escravo também não teria bens suficientes para proceder a abertura de um inventário.

Outra informação relevante de se observar é que a porcentagem de unidades produtivas pequenas diminui nos inventários em relação ao que observamos na lista nominativa de 1831, enquanto aumentam aquelas com uma maior quantidade de

\* Excluindo os não-proprietários de escravos da conta, as médias sobem para 19,8 escravos por proprietário nos dois períodos.

escravos. Apenas 10% dos proprietários registraram mais de 20 escravos na lista nominativa de 1831, proporção que superou os 40% nos inventários *post mortem*: 42,8% para todos os inventários abertos antes de 1840 e 45,7% para nossa amostragem da década de 40 (faixas 5 e 6). Além do diferente universo de pessoas e categorias que as fontes abrangem, isso também pode ser um indicativo de um maior desenvolvimento das unidades produtivas mardespanhense com o avançar do século XIX. Em fato, o próprio número de inventários indica isso, já que tivemos 14 pessoas abrindo inventário entre 1827 e 1840 e 143 entre 1841 e 1850, correspondendo a um aumento de 1021%.

Contudo, um dado que permanece o mesmo tanto na lista nominativa de 1831 quanto nos inventários *post mortem* é a concentração da população cativa nas mãos dos maiores proprietários. Fato esse absolutamente normal com relação Minas Gerais nesse período. Bruno Vitoretto encontrou 9,31% dos proprietários de Juiz de Fora detendo 44,48% dos escravos registrados nos inventários entre 1830 e 1854. Isso não é exclusividade da Zona da Mata: se fomos para o Sul de Minas também deparamos essa concentração da posse escrava: Pedro Leão encontrou 71% dos escravos de Lavras entre 1840-48 nas mãos de 17% dos proprietários<sup>253</sup>.

Trabalhos sobre outras partes do Vale do Paraíba indicam a mesma situação. Para o Vale do Paraíba Paulista, Breno Moreno<sup>254</sup> encontrou 19,8% dos proprietários concentrando 77,3% dos escravos nos inventários de Bananal para o período de 1830 a 1859. Ainda no Vale, mas na parte fluminense dele, Salles<sup>255</sup> encontrou 29,1% dos proprietários de escravos donos de 74,23% dos escravos arrolados nos processos de Vassouras entre 1830 e 1859.

Vimos anteriormente, na Lista Nominativa de 1831, que as propriedades que contavam com mais de 20 escravos, embora poucas em quantidade (nove fogos, correspondendo a 10% do total), detinham 56,5% da população cativa do distrito de Nossa Senhora das Mercês do Cágado. Nos inventários *post mortem* para o período de 1827 a 1850, essa concentração não só aparece como ainda aumenta: aqueles que detinham mais de 20 escravos representavam 21,4% dos proprietários entre 1827-1840 e 19,6% entre 1841-1850 e concentravam 66,2% dos escravos registrados nesses

---

<sup>253</sup> VITTORETTO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Juiz de Fora: 2012. p. 97. COELHO, Pedro Henrique Leão. **Terra e Trabalho no Sul de Minas: Produção de Alimentos e Mercado Interno no Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2015. p. 67.

<sup>254</sup> MORENO, Breno Aparecido Servidone. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2013. p. 89.

<sup>255</sup> SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 157.

inventários para ambos os períodos. Um número que se eleva consideravelmente é a média de escravos desses proprietários, que no censo de 1831 era de 27,5 escravos por proprietário<sup>256</sup> e nos inventários é de 43,6 para o período de 1827 a 1840 e 59,2 para 1841 a 1850<sup>257</sup>. Levando em conta que o número de proprietários com poucos escravos é menor nos inventários, essa diferença de médias é esperada.

Com relação à origem dos escravos, encontramos números equilibrados entre africanos e crioulos. Entre 1827 e 1840, o número de crioulos é superior ao de africanos. Na década seguinte, o número dos escravos oriundos do tráfico supera o dos crioulos. Isso pode sugerir que com o desenvolvimento da cafeicultura, aumenta a capacidade dos proprietários mardespanhenses de recorrer ao tráfico do Rio de Janeiro. Contudo, a elevada proporção de crioulos, maior ainda que na lista nominativa, corrobora a ideia de Jonis Freire<sup>258</sup> que mencionamos anteriormente no capítulo 2: tráfico e reprodução natural não são excludentes, mas sim complementares para a manutenção e reprodução da mão de obra escrava. O Quadro 09 demonstra o que encontramos:

#### QUADRO 09: Origem dos Escravos em Mar de Espanha (1827-1850)

Origem	1827-1840		1841-1850	
Africanos	72	36,5%	453	50,5%
Crioulos	102	51,5%	359	40%
Indefinido	24	12%	83	9,5%
Total	198	100%	895	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Mar de Espanha

Ainda assim, os números de africanos que encontramos nos inventários são bastante inferiores aos que encontramos na Lista Nominativa de 1831. Enquanto 65% dos escravos do censo eram africanos, 36,5% são oriundos do tráfico em todos os inventários de 1827 a 1840 e 50,5% da nossa amostragem para o decênio 1841-1850. Como nas duas fontes encontramos a maior parte dos escravos concentrado nas mãos

<sup>256</sup> Excluimos aqui da conta a propriedade de Francisco Leite Ribeiro, detentora de 205 escravos, que elevaria a média para 47,5. Contudo, acreditamos ser esse um caso atípico que deturpa a média, uma vez que nenhuma outra propriedade além dessa registrou mais do que 31 escravos.

<sup>257</sup> Essa média corresponde a soma dos escravos das faixas de 20 a 60 e 61 ou mais de cada período dividida pelo número de proprietários.

<sup>258</sup> FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p. 117.

dos grandes proprietários, essa variação não poderia ser explicada apenas pela maior incidência de pequenos proprietários na Lista de 1831.

Mais uma vez, torna-se difícil discutir com exatidão uma vez que os documentos foram produzidos por sujeitos diferentes. Contudo, a Lista Nominativa de 1831 é um retrato de um ano específico, enquanto os inventários estão mais espalhados por duas décadas. Além do mais, os inventários tendem a mostrar a situação de uma população mais velha (aqueles que morriam para ter seu inventário aberto), enquanto o censo de toda a população. Isso nos sugere que embora os escravos africanos tenham predominado em Mar de Espanha na primeira metade do século XIX, os primeiros proprietários (aqueles que tiveram seus inventários abertos entre 1827 e 1840) detinham mais escravos crioulos. Logo na década seguinte, porém, a proporção de africanos já aumenta e ultrapassa a de escravos nacionais.

O que com certeza podemos observar é a tendência de aumento no número de africanos nos inventários ao longo das décadas de 30 e 40. E também a grande importância da reprodução natural, que já havíamos apontado por meio da lista nominativa e mostra uma força ainda maior nos inventários.

Há de se levar em conta, para explicar esse aumento no número de escravos importados, não só um maior desenvolvimento da localidade, mas também uma maior oferta de africanos. Como nos mostra o gráfico abaixo, diante da certeza cada vez maior de que o tráfico estava com os dias contados<sup>259</sup>, os traficantes incrementaram suas transações. Segundo Leslie Bethell<sup>260</sup>, uma média de 50 mil escravos entraram por ano nos portos brasileiros entre 1845 e 1850. Novamente, o que se viu foi a importação maciça de homens, mulheres e crianças africanas, abarrotando os mercados escravistas em todo o país.

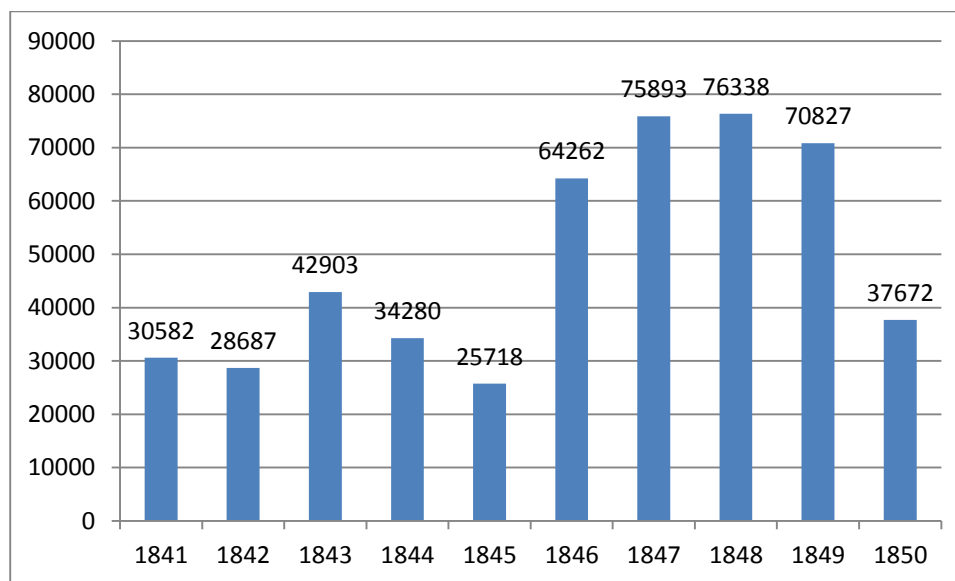
---

<sup>259</sup> O tráfico internacional de escravos foi proibido em 1831, mas não fora abolido. Segundo Luis Henrique Dias Tavares devido a “interesses capitalistas” que lucravam com essas atividades. Ver TAVARES, Luís Henrique Dias. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Ática, 1988. p. 27. O Brasil também passava por uma grave crise política no Período Regencial que pode ter dificultado a implantação da lei. Sobre esse período, ver: MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003. Finalmente, em 1850 o tráfico internacional foi abolido pela Lei Eusébio de Queiróz. Sobre o fim do tráfico Ver também SILVA, Ricardo Tadeu Caires. O Fim do Tráfico Atlântico de Escravos e a Política de Alforrias no Brasil. In: **Anais do VI Seminário do Trabalho**.

<sup>260</sup> BETHELL, Leslie. **A Abolição do Tráfico de Escravos para o Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.



### GRÁFICO 09: Número de Escravos Importados para o Brasil na Década de 40 do Século XIX



Fonte: *Slave Trade* in <<http://www.slavevoyages.org/>>

Os inventários *post mortem*, por sua vez, contêm informações mais detalhadas sobre as unidades produtivas do que as listas nominativas. Enquanto pelo censo de 1831 nossa análise ficou muito presa a posse escrava, pelos inventários é possível levantar muitas outras informações.

Conforme apontamos no capítulo 1, outro elemento fundamental do desenvolvimento da cafeicultura no Vale do rio Paraíba do Sul, além do trabalho escravo, foi a disponibilidade de terras. A cafeicultura esteve principalmente ligada a capacidade de agregar terra e trabalho, necessariamente escravo para o período em estudo. Nas palavras de Stanley Stein:

“Minha propriedade consiste em terras e escravos”. Com essas palavras inúmeros testamentos do décimo nono século, até 1888, iniciavam a enumeração dos bens que os fazendeiros de Vassouras haviam herdado, comprado, e hipotecado; construído ou cultivado durante suas vidas. O laço entre a terra e os escravos, esteios da sociedade rural, era mais do que fortuito; não só era o braço escravo indispensável ao trabalho da terra, como necessário para a obtenção das sesmarias da Coroa de Portugal.<sup>261</sup>

<sup>261</sup> STEIN, Stanley. Apud FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista**. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009. p. 48.

Buscamos então perceber onde estava alocada a riqueza dos proprietários mardespanhenses. Isso levou a composição do Quadro 10, onde destacamos além de terras e escravos, cafezais, imóveis, alimentos, dívidas ativas e outros<sup>262</sup>.

**QUADRO 10: Composição da Riqueza Mardespanhense na Primeira Metade do Século XIX**

Tipo de Bem	1827-1840		1841-1850	
	Valores	%	Valores	%
Escravos	60:805\$000	37,4%	411:951\$451	43%
Terras	34:443\$985	21,2%	195:834\$800	20,5%
Cafezais	33:802\$700	20,8%	84:934\$200	8,9%
Dívidas Ativas	12:698\$034	7,8%	145:577\$794	15,2%
Imóveis	5:891\$240	3,6%	46:402\$920	4,9%
Animais	4:365\$546	2,7%	37:132\$360	3,9%
Outros	10:497\$001	6,5%	34:824\$336	3,6%
Riqueza Total	162:503\$506	100%	956:657\$861	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Mar de Espanha

Os escravos constituem o primeiro ativo do quadro. Esse ativo contabiliza os valores registrados nos inventários para os cativos. Em todo o período trabalhado, manteve-se como o principal investimento dos proprietários mardespanhenses, contabilizando 37,4% dos investimentos dos inventários abertos entre 1827-1840 e 43% da nossa amostragem para a década de 40 do século XIX.

No item terras, foi necessário englobar as diferentes menções feitas nos inventários às diversas categorias agrárias, como “matas virgens”, “fazendas”, “terras de cultura”, “roças”, entre outros. Optamos por fazer isso, pois não há um padrão na documentação de descrição e valoração dos bens agrários. Peguemos como exemplo o inventário de João da Fonseca e sua mulher Ana Gomes<sup>263</sup>, aberto em 1838. O casal possuía uma fazenda de cultura composta por matos virgens e capoeiras com levas de plantas de milho avaliadas em 3:600\$000 réis. Todo esse valor foi considerado como

<sup>262</sup> Buscamos utilizar os valores em réis, tal qual aparece nos inventários. A conversão para libras daria alguma diferença nos números, mas como nosso objetivo é perceber as porcentagens de cada ativo na composição da riqueza dos inventários *post mortem*, acreditamos não haver maiores problemas para o trabalho com réis.

<sup>263</sup> Inventários *Post Mortem* do Fórum de Mar de Espanha.

“terras” em nosso quadro. As terras, em geral, constituíram o segundo maior investimento dos proprietários mardespanhenses.

No item cafezais, buscamos computar o quanto das fortunas descritas nos inventários estava diretamente ligada à produção de café. Toda e qualquer menção a café entrou em nosso quadro: desde os 1000 pés de café registrados por Dona Eugênia Maria Ignacia, avaliados em 40\$000 réis até os 150000000 pés de café maiores com fruto de Dona Marianna Jezuina Teixeira, orçados em 30:000\$000 réis, ambos casos de 1847<sup>264</sup>.

Imóveis, animais e “outros” constituem as categorias com menor peso em nossa documentação, e com pouca variação de um período para o outro. Em imóveis, inserimos todos os valores relativos às construções dentro e fora das propriedades. Casa de morada, casa de vivenda, senzala, entre outros, entram nessa categoria. Essas eram possíveis de separar das terras.

Os animais foram frequentemente mencionados nos inventários, como apontamos anteriormente. Agrupamos aqui todos os animais – gado vacum, cavalari, suínos, caprinos – para perceber a importância da pecuária na composição da fortuna dessas propriedades. Muitos inventários chegavam a mencionar idade e até nomes, sobretudo das vacas. Embora estejam longe de representar o principal investimento da região, também não são insignificantes, sendo mencionados em 71,5% dos inventários até 1840 e em 84,3% dos inventários da última década da primeira metade do século XIX. Isso demonstra a produção para subsistência e abastecimento do mercado interno, mencionada anteriormente.

A categoria “outros”, por sua vez, contém principalmente os objetos, ferramentas e mobiliário registrado nos inventários. É importante ressaltar a rusticidade que os inventários revelaram. Até roupas bastante usadas eram elencadas nos inventários. Contudo, algumas propriedades possuíam móveis mais elaborados. As jóias também apareciam em algumas vezes na documentação. Merece destaque o caso do Doutor Manoel Gomes da Fonseca, falecido em 1844. Seu inventário elencou uma quantidade impressionante de livros – sobretudo de medicina, história e dicionários – além de móveis e jóias<sup>265</sup>.

---

<sup>264</sup> Inventários *Post Mortem* do Fórum de Mar de Espanha.

<sup>265</sup> Inventários *Post Mortem* do Fórum de Mar de Espanha

Em dívidas ativas<sup>266</sup> estão elencadas os valores emprestados por esses proprietários a outras pessoas. Esses financiamentos informais constituem um dos principais elementos que permitiram o crescimento econômico do Sudeste, conforme aponta a historiografia. Sobretudo na ausência de ampla circulação de meios de trocas ou dos modernos bancos e mercados financeiros, principalmente quando se trata da primeira metade do século XIX<sup>267</sup>. O aumento do seu peso do período de 1827-1840 a 1841-1850 constitui mais uma evidência do desenvolvimento econômico da localidade em estudo.

Os principais ativos que compõe a riqueza mardespanhense são, como era de se esperar, escravos e terras. Logo em seguida estão as dívidas ativas e o café, sendo esses dois últimos os itens que mais variam de um período para o outro: enquanto as dívidas ativas saltam de 7,8% para 1828-1840 a 15,2% em 1841-1850, o café cai de 20,8% para 8,9% nesses mesmos períodos.

Em um primeiro momento, os valores relativos ao café podem parecer baixos, sobretudo para a década de 40 do século XIX, se restringindo a menos de 10% da riqueza registrada nos inventários *post-mortem*. É preciso levar em consideração, contudo, que menos de 1/3 dos proprietários de Mar de Espanha, como vimos antes, possuíam café nas propriedades inventariadas na primeira metade do século XIX.

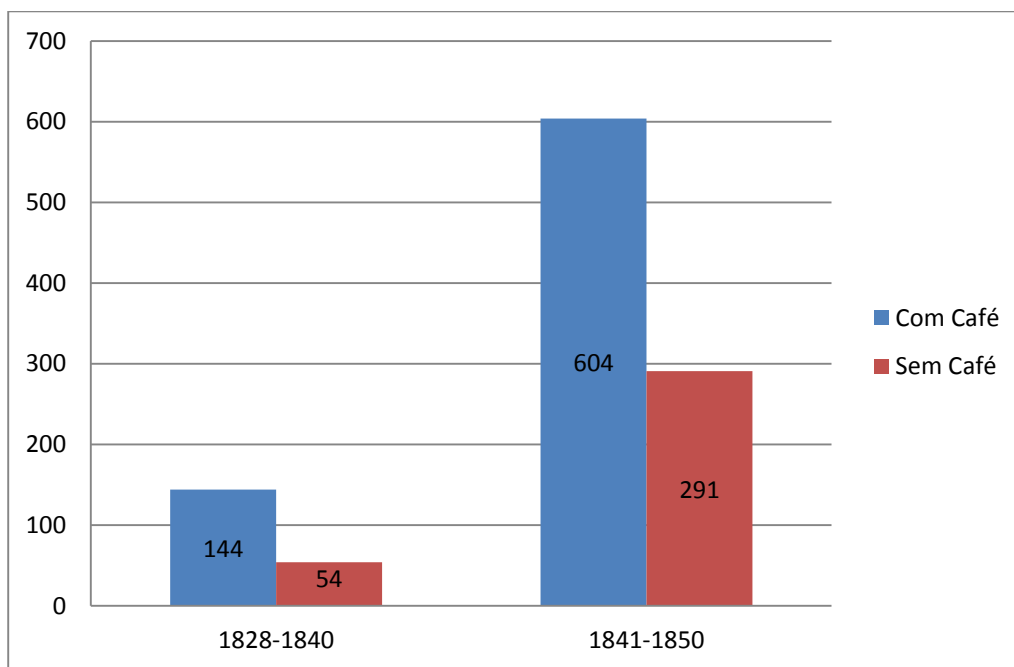
Mas há uma relação bem grande entre o café e os principais ativos que compunham a fortuna dos mardespanhenses na primeira metade do oitocentos. É o que podemos observar quando relacionamos o número de escravos nas propriedades que mencionam café, conforme o Gráfico 10 abaixo.

---

<sup>266</sup> Dívidas ativas correspondem ao crédito.

<sup>267</sup> CARRARA, Ângelo. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais. (1674- 1807)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

## GRÁFICO 10: Quantidade de Escravos em Propriedades Com e Sem Café



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Mar de Espanha

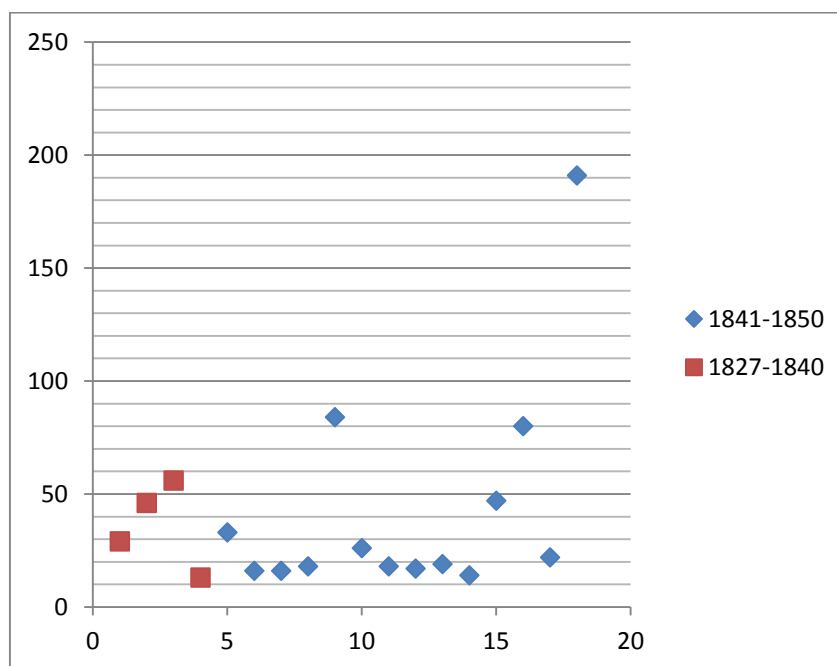
Para o período de 1828-1840, o café representa 20,8% da riqueza encontrada em todos os inventários do Fórum de Mar de Espanha e está presente em apenas 28,5% das propriedades, como vimos no Quadro 05. Ainda assim, concentram 73,3% de todos os escravos registrados nos inventários deste período (144 em um total de 198). A média de escravos nessas propriedades que mencionaram café é de 36, enquanto das propriedades sem café é de 5,4.

Quando avançamos para a década de 40 do século XIX, encontramos café em 29,4% dos inventários abertos, correspondendo diretamente a apenas 8,9% da riqueza presente em toda a documentação da amostragem. Contudo, esses cafeicultores concentravam 64,4% de todos os escravos registrados (exatamente 604 dos 895). A média aqui salta para 41,1, bem superior aos 7,8 escravos por unidade produtiva sem café desse mesmo período.

Os números que o Gráfico 10 revelam, associados ao do Quadro 07 – que mostrava o número de unidades produtivas com roças, animais e café –, indicam que o impacto da cafeicultura não pode ser medido apenas pela simples menção de café nas propriedades. Em um primeiro momento, vimos menos de 1/3 das propriedades com café em Mar de Espanha na primeira metade do século XIX. Os cafezais chegaram a

representar em alguns momentos menos de 10% da riqueza inventariada. Contudo, justamente essas unidades produtivas que concentram o maior número de escravos, principal ativo da riqueza mardespanhense no período.

**GRÁFICO 11: Número de Escravos nas Propriedades que Mencionaram Café**



Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum de Mar de Espanha

O gráfico acima registra todas as propriedades que mencionaram café entre 1827 e 1850. Todas estão acima da marca dos 11 escravos, que definimos anteriormente como médio proprietário. Mais da metade – exatamente 55,5% – delas ultrapassaram também os 21 escravos, estando como o que qualificamos como grande ou mega proprietário (este último quando ultrapassa os 60 cativos). Aliás, apenas três de todos os inventários com mais de 20 escravos não mencionaram café. O que significa que dizer que entre aqueles com mais de 20 escravos – grandes e mega proprietários – 76,9% cultivam café.

Isso corrobora com o que Mônica Oliveira encontrou em seu estudo sobre a cafeicultura em Minas Gerais<sup>268</sup>. Segundo a autora, que levantou 51% das propriedades com café para o mesmo período com mais de 20 escravos, as unidades produtivas

<sup>268</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

ligadas a cafeicultura já surgem no padrão de média e grande empresa. Portanto, a maior parte da escravaria da Zona da Mata na primeira metade do século XIX esteve ligada à produção de café, e não à agricultura mercantil de subsistência. A elevada média de escravos também é um indicativo do apontado por Oliveira, próxima a 40 escravos no geral, e de quase o dobro disso para aqueles que detinham mais de 20 escravos.

Podemos utilizar como exemplo a propriedade do comendador Francisco Sales de Oliveira, casado com Ana Tereza Leite de Castro. Em seu inventário, aberto em 1850, encontramos uma riqueza na descrição dos cafezais: possuía 40.000 pés de café de 4 anos, 20.000 pés de café de 2 anos e ainda 5.000 pés plantados no ano de seu falecimento, além de 30.000 pés de café já velhos. Há ainda outros 163.000 pés de café cuja idade não é mencionada. Ao todo, seu cafezal está avaliado em 24:400\$000 réis. Trabalhavam para ele 191 escravos e a presença de bestas e bois de carro indicam a capacidade de levar a sua produção a mercados mais distantes. Seu monte-mor foi registrado com o valor de 137:091\$860 réis<sup>269</sup>.

Chama a atenção também como muitas escravarias que poderiam ser consideradas médias em outras áreas em que a cafeicultura se desenvolveu se dedicaram a produção da rubiácea. Já havíamos destacado no capítulo anterior que, exceto Francisco Leite Ribeiro, a maior escravaria registrada na lista nominativa de 1831 possuía 31 escravos. Nos inventários foram recorrentes os casos de unidades produtivas cafeicultoras com essa faixa de escravos. Marquese e Tomish<sup>270</sup> afirmam que os investigadores tem revisto a ideia de que a produção cafeeira no Brasil adivinha sobretudo de grandes unidades rurais, com uma centena ou mais de escravos. Algumas pesquisas<sup>271</sup> têm apontado para a existência de grande quantidade de pequenos e médios proprietários escravistas envolvidos diretamente na produção de café.

É o caso, por exemplo, do inventário do Capitão João Teixeira Marinho. Ele possuía 29 escravos em 1839 e uma sesmaria de terras de cultura, responsáveis por um cafezal que se compunha de 30 mil pés de café, no valor de 6:000\$000 réis e outros 317 alqueires de café que somavam 507\$200 réis. Possuía também 26 carros de milho e 16 alqueires de feijão, além de porcos, vacas e bestas. Foi registrado ainda paiol, senzala,

---

<sup>269</sup> Inventários *Post Mortem* do Fórum de Mar de Espanha.

<sup>270</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 368.

<sup>271</sup> MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1929). São Paulo: Annablume, 1999. pp. 67-108. MARCONDES, Renato Leite. Small and Medium Slaveholdings in the Coffee Economy of the Vale do Paraíba, Province of São Paulo. IN: **Hispanic American Historical Review**. v.85, nº2, maio de 2005. p. 259-281.

moinho, monjolo e forno. Seu monte-mor totalizou 23:280\$660 réis. Ou então do inventário de Dona Maria Jorge do Carmo, também de 1839. Nele encontramos 49 escravos responsáveis por 120 mil pés de café – 40 mil de 1-2 anos, 40 mil de 2-3 anos e 40 mil de 3-4 anos –, além de três mil arrobas de café colhido, em um valor total de 24:400\$000 réis. Possuíam uma sesmaria de terras de cultura, sem maiores descrições, e um monte-mor de 49:717\$900.

Pegando o segundo maior ativo, a terra, temos um resultado semelhante. Não é possível, por meio dos inventários, medirmos a concentração agrária pela dimensão da terra. Mas podemos fazer pelos valores. O Quadro 08 abaixo foi construído por meio da soma dos valores das terras registradas em inventários que mencionaram café e naqueles que não mencionaram.

**QUADRO 11: Concentração dos Valores de Terras em Unidades Produtivas com e sem Café (1827-1850)**

Período	Com Café			Sem Café		
	Número	Valor	%	Número	Valor	%
1827-1840	4	23:283\$480	67,8%	10	11:060\$505	32,2%
1841-1850	14	105:143\$500	53,7%	37	90:691\$300	46,7%

Fonte: Inventários *post-mortem* do Fórum Municipal de Mar de Espanha

Tanto no período de 1827 a 1840, quanto no período entre 1841 a 1850, os valores em terra estavam principalmente nas mãos dos cafeicultores, que constituíam, como vimos, menos de 30% dos proprietários de cada período. As 28,5% de unidades produtivas que mencionaram cafezais entre 1827 e 1840 registraram 67,8% de todos os valores declarados como terra nos inventários do primeiro período; enquanto que 29,4% dos inventários da amostragem para o período de 1841 a 1850 concentraram 53,7% dos valores em terra.

Infelizmente, não encontramos maiores informações uniformes sobre a terra em Mar de Espanha na primeira metade do século XIX, se não os valores. Por isso, recorreremos às informações que levantamos no Registro Paroquial de Terras, fonte mais rica nesse aspecto.

Mencionamos anteriormente nesse capítulo, além das possibilidades e limites do uso do Registro Paroquial de Terras, que buscamos perceber as informações que se repetiam nas declarações coletadas pelo vigário e quantificá-las em um banco de dados.



Foram elas o nome do registrante, o nome da propriedade, o local onde estava situada, a dimensão, a forma de obtenção e as confrontações. Anotamos também no banco de dados o número do registro transcrito por nós e o número da imagem relativa na digitalização do site do Arquivo Público Mineiro, para sempre que possível podermos voltar a fonte original.

Foram registradas em Mar de Espanha 321 propriedades entre 1854 e 1856. Percebemos, contudo, que por muitas vezes a mesma pessoa registrava propriedades em separado, o que Rafael Laguardia não observou para Juiz de Fora. É o caso, por exemplo, de Agostinho José Francisco de Castro, que registrou em 1855 que *possui sesmaria de terras de cultura* [...] e que *possui mais meia sesmaria*; depois registrou em 1856 a *ocupação de um terreno com uma morada de casas*; e ainda em 1856 registrou *14 alqueires de terras de cultura na Fazenda Pau Grande*.<sup>272</sup> Dessa forma, se contabilizarmos apenas uma vez os casos em que claramente se trata da mesma pessoa registrando suas propriedades, reduzimos o número para 283 registrantes.

A historiografia aponta que quanto menor o número de registros, maior a concentração de terras. Por outro lado, se o número de registros é elevado, a terra estaria menos concentrada. Como referência, para Juiz de Fora Rafael Laguardia<sup>273</sup> encontrou 214 registros, um número um pouco menor, o que sugere a terra levemente mais concentrada que em Mar de Espanha. Ainda assim os números são próximos, o que revela certa tendência da Mata. Se continuarmos na província de Minas Gerais, mas formos para o Sul, por exemplo, encontramos dados bem diferentes. Pedro Leão<sup>274</sup> encontrou 591 registros para Lavras – quase o dobro dos nossos dados. Isso indica uma concentração fundiária bem maior na Mata em relação ao Sul de Minas Gerais.

Uma outra observação que fizemos ao analisar os registros é a diferença no tratamento com propriedades rurais e propriedades urbanas. Entendemos aqui como propriedades urbanas aquelas declaradas em ruas, próximas à praça ou à igreja matriz. Elas sempre tiveram terrenos e moradas medidos em palmos. Casos como o de Felicidade Maria de Jesus<sup>275</sup>, que em 1856 declarou possuir [...] *uma morada de casas*

---

<sup>272</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

<sup>273</sup> LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. **Sorte de Terra, Fazenda, Sesmaria... Georreferenciamento como Instrumento de Análise do Registro de Terra**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2011. p. 46.

<sup>274</sup> COELHO, Pedro Henrique Leão. **Terra e Trabalho no Sul de Minas: Produção de Alimentos e Mercado Interno no Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2015. p. 14

<sup>275</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

na Rua denominada do Café, com fundos de 300 palmos de frente e fundos ate o terreno de Francisco Xavier da Cunha [...]; ou de Francisco Batista Alvarenga<sup>276</sup>, que em sua declaração consta que *possui no terreno do Patrimonio do terreno de Nossa Senhora das Mercês desta Vila duas posses de 65 palmos, com [...] uma morada de casas, sendo seus fundos de 250 palmos e tendo as mesmas posses e as ditas casas sitas na “rua” denominada Flores*. Esse tipo de registro não possuía na quase totalidade das vezes informações como a forma de obtenção daquela propriedade. São 169 registros que qualificamos como “urbanos”, dos quais 147 – somando 86,9% do total – não mencionam como aquela propriedade foi obtida. Por sua vez, os outros 170 registros que entendemos serem rurais apresentaram características inversas: 149 deles, ou 87,6%, mencionam a forma de obtenção.

O fato de praticamente metade das propriedades registradas serem urbanas evidencia que uma boa parte desses proprietários investiu em casas dentro da vila, aumentando a extensão do espaço de atuação dessas pessoas. Essas declarações mencionam, além de terra, as casas e moradas. Nos inventários anteriormente, nós percebemos 3,6% da riqueza registrada para 1827-1840 e 4,9% para a década de 50 em bens imóveis desse tipo. Em alguns casos o mesmo declarante no Registro Paroquial de Terras mencionava uma propriedade em área rural e outra em área urbana da vila. Essas casas urbanas poderiam ter a função de receber seu dono com toda a sua família em ocasiões diversas, quando se deslocavam até a sede da freguesia. A tomar por base os relatos de viajantes, como Saint-Hillaire<sup>277</sup>, em sua grande maioria, esses muitos vilarejos do período só adquiriam vida nos finais de semana, sendo quase de todo abandonados nos outros dias.

É o que nos mostra o trabalho de Alexandre Mendes da Cunha<sup>278</sup>, tratando das diferenciações desses espaços e da ruralização de Minas Gerais no século XIX. O autor trata por ruralização a mudança no eixo de produção do espaço: anteriormente no século XVIII, o urbano daria existência ao rural; e no século XIX o rural que passaria a produzir a centralidade citadina. O aumento do número de núcleos urbanos em Minas Gerais no século XIX – sobretudo na região de produção agroexportadora – não é, desta forma, fenômeno inconciliável com o movimento de ruralização apontado pelo autor.

---

<sup>276</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

<sup>277</sup> SAINT-HILLAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. São Paulo: 1974, p. 130.

<sup>278</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação**. Tese de Doutorado, UFF, 2007. pp. 96-100.

Trata-se, segundo Cunha, do crescimento do número de núcleos citadinos sem concentrar o mesmo tipo de vida urbana que se qualificou para a segunda metade do século XVIII. Esses núcleos urbanos são resultados desse espaço do rural que desenvolveu graus de autonomia e significância econômica e que demanda centralidade para que se organize<sup>279</sup>.

Como mencionamos acima, a quase totalidade dos registros urbanos não menciona a forma de obtenção. Mas para as áreas rurais esse dado aparece em 87,6% dos registros, o que nos levou a composição do quadro abaixo.

**QUADRO 12: Formas de Obtenção das Terras Registradas em Áreas Rurais de Mar de Espanha (1854-1856)**

Forma de Obtenção	Número de Menções	Porcentagem
Compra	89	42,2%
Herança	79	37,4%
Doação	11	5,2%
Troca, Barganha ou Permuta	6	2,8%
Posse	4	1,9%
Concessão do Governo	1	0,5%
Não mencionou	21	10%
Total	211	100%

Fonte: Arquivo Público Mineiro

Importante mencionar que por vezes os registros traziam mais de uma parcela de terra. Isso explica o fato de haver um número total superior aos 170 registros que compõe a área rural de Mar de Espanha. Casos como o de Manoel Martins de Oliveira<sup>280</sup>, que em 1855 registrou *que possui terra que houve por herança 10 alqueires e por compra 2 alqueires na fazenda denominada Bocaina [...]*. Contabilizamos assim uma menção a compra e outra menção a herança.

Ainda que tratemos como posse todos os 10% de registros que não mencionam a forma de obtenção e somemos os 1,9% que mencionaram posse, chegaríamos a 11,9% de posseiros registrando suas terras. Claro que não são todas as pessoas que registravam

<sup>279</sup> Esse fenômeno, aliás, pode ser relacionado ao que já apontamos no capítulo 2 sobre a migração da população das áreas mineradoras para a comarca do Rio das Mortes no início do século XIX.

<sup>280</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

suas terras, e provavelmente o número de posseiros é bem maior, estando subrepresentado pelos Registros Paroquiais de Terra. Mas a fonte claramente nos indica uma tendência a aquisição de terras por meio da compra e da herança, que somadas chegavam a 79,6% dos casos. Podemos afirmar, portanto, a existência de um mercado de terras em Mar de Espanha ainda na primeira metade do século XIX e, portanto, anterior a Lei de Terras entrar em vigor.

Ao falarmos de mercado de terras é importante destacarmos que se trata de um universo pré-capitalista, no qual elementos não objetivamente econômicos influem em diversos aspectos nas relações de compra e venda. A tendência à maximização dos benefícios econômicos podia coexistir com mecanismos que organizassem essas transações num sistema de relações de solidariedade, sobrevivência e outros valores sociais. Giovanni Levi<sup>281</sup> observou que em um ambiente pré-capitalista o estabelecimento do preço em boa parte dependia do contexto relacional – vizinhos, parentes e desconhecidos foram as categorias analisadas pelo autor – em que a venda foi efetuada.

Podemos mencionar nesse sentido, o caso de Vicente Moreira da Silva<sup>282</sup>, no qual consta em sua declaração ao vigário em 1855 que

[...] possui 5 partes de uma sesmaria medida e demarcada as quais houve uma por herança, quatro por compra feitas a seus irmãos. Possui mais 120 alqueires mais ou menos por compra feitas aos herdeiros do dito Manoel Afonso e Luiz Afonso. Possui mais na mesma fazenda 20 alqueires que houve por permutação com Severino Afonso[...].

Percebemos nesse caso que o sujeito herdou uma parte de uma sesmaria e comprou as demais partes de seus irmãos, talvez com o objetivo de socorrer o familiar, ou simplesmente com o intuito de não fragmentar o patrimônio. Ele ainda comprou e trocou terras com seu vizinho Afonso – nas confrontações da propriedade fica assinalada que a sesmaria de Vicente é vizinha das terras de Afonso – onde é possível que mais uma vez relações pessoais possam ter influenciado nas relações de compra e venda.

---

<sup>281</sup> LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Ver também POLANYI, Karl. **A Ilusão da Economia**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

<sup>282</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

Essa situação de compras e vendas entre herdeiros e vizinhos foi percebida por repetidas vezes.

Nas doações também foi possível perceber relações interpessoais pelos Registros Paroquiais de Terra. Das 11 propriedades doadas, 6 delas foram feitas pelo Major Agostinho José Frederico de Castro a seus genros, constituindo muito provavelmente dotes. Em um outro caso de doação, foi possível perceber a relação de vizinhança, com Raphael Teixeira de Souza e sua mulher Thereza Maria de Jesus doando 30 alqueires de terra ao seu vizinho Joaquim Antonio da Costa.

Jucá encontrou 52,5% das terras adquiridas por herança e 27,5% por compras para a região de Magé. Embora coincida com os nossos dados com relação ao predomínio de terras herdadas e compradas anteriormente a Lei de Terras entrar em vigor, o autor encontrou quase o dobro de propriedades herdadas em relação as compradas. Nós encontramos um número mais equilibrado, com um leve predomínio das compradas. Ainda assim, segundo Jucá<sup>283</sup> esse predomínio de terras herdadas/compradas constitui características de áreas de fronteira fechada.

Para além da forma de aquisição, buscamos analisar também a dimensão dessas terras registradas em Mar de Espanha. Os dados não são uniformes, e muitas vezes os declarantes forneceram informações difíceis de serem quantificadas. Caso, por exemplo, da declaração de Domingos Eugenio Pereira Garcia, onde consta apenas que o sujeito *possui uma parte de terras de cultura*. Por várias vezes as declarações apresentaram informações que dificultam a quantificação, como “uma porção de terras”, “uma sorte de terras”, “um sítio”, “uma posse”, “uma parte de terras” entre outras.

Buscamos, então, separar exclusivamente a área que foi possível quantificar, isto é, aquela que teve a dimensão das terras expressamente declaradas. Assim sendo, excluímos 23 registros que não constavam o tamanho das propriedades. Dos 170 Registros Paroquiais de Terra da área rural de Mar de Espanha, portanto, dimensionamos 147 deles, ou 86,4%.

Muitos registros constavam mais de uma parcela de terras. A maioria deles possuía a dimensão de todas essas parcelas, e nós simplesmente somamos a área. Contudo, dos 147 registros que constavam o tamanho das propriedades, 25 deles não dimensionaram todas as parcelas. Então em 17% dos casos nós levantamos a dimensão

---

<sup>283</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na Crise do Escravismo: Sistema Agrário e Evolução Econômica na Produção de Alimento (1850 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. UFF, 1994. p. 39.

de apenas parte da propriedade. Casos como o de Jose Rabelo Teixeira<sup>284</sup>, cuja declaração de 1855 consta que ele *possui neste município uma porção de terras que as houve por titulo de posse de compra que fez aos herdeiros do finado Manoel Rabelo [...] E assim mais 40 alqueires que houve por compra aos herdeiros de Francisco Antonio [...]*. Segundo consta, Jose Rabelo Teixeira teria uma porção de terras mais 40 alqueires de terra, só sendo possível dimensionar uma dessas parcelas.

Por meio da Tabela de Medidas Agrárias Não-Decimais<sup>285</sup>, fizemos a conversão de todas as dimensões para alqueires<sup>286</sup>. São 147 registros, cujo gráfico abaixo demonstra as dimensões que apareceram.

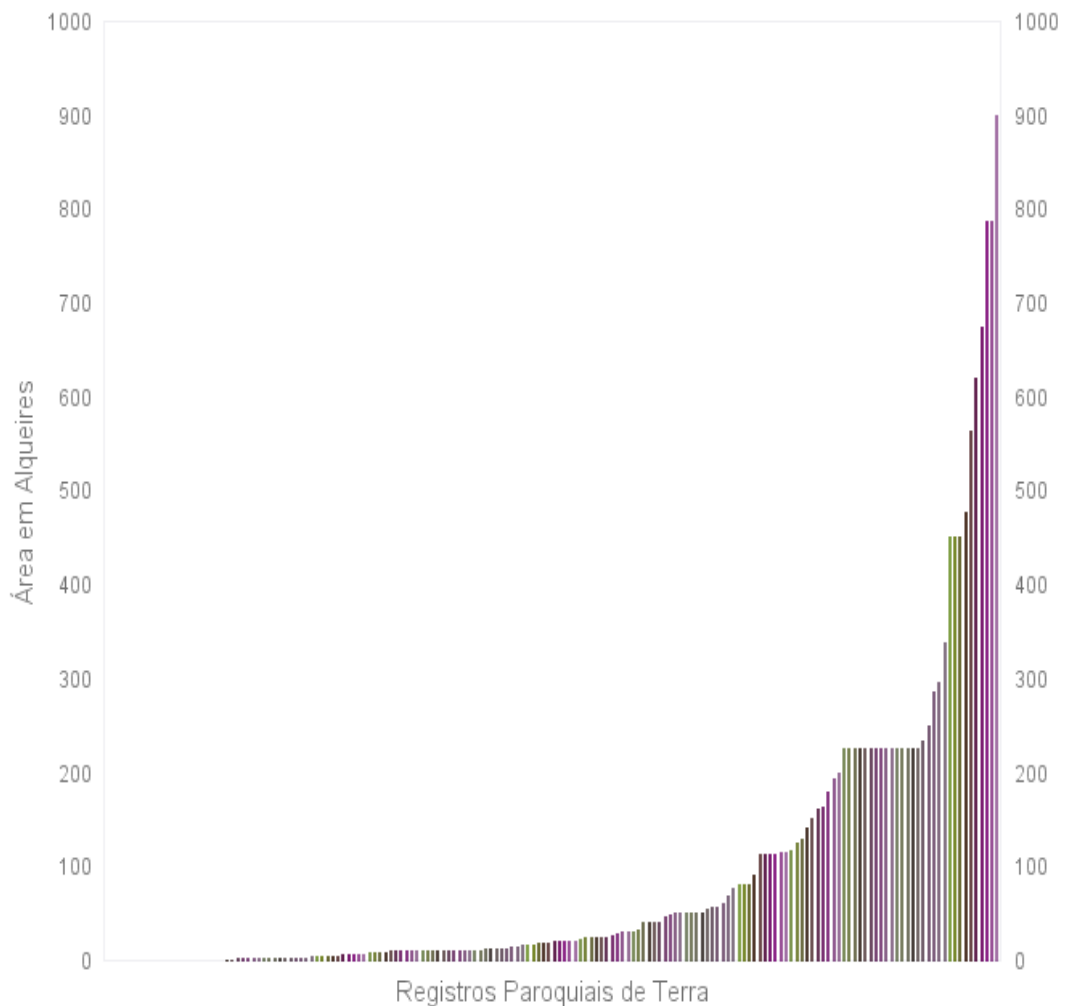
---

<sup>284</sup> Registro Paroquial de Terras de Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha, disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras\\_publicas/brtacervo.php?cid=225](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/terras_publicas/brtacervo.php?cid=225)>.

<sup>285</sup> Ver < [http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA\\_MEDIDA\\_AGRARIA\\_NAO\\_DECIMAL.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf)>. Os valores apresentados correspondem ao utilizado por CARRARA, Angelo Alves & LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do Georreferenciamento em História Agrária: um Modelo Para os Registros de Terras de Meados do Século XIX. In: **sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA**. 2013. p. 221.

<sup>286</sup> 1 sesmaria equivalia a 225 alqueires. 1 alqueire, por sua vez, a 48400 metros quadrados ou 4,84 hectares.

**GRÁFICO 12: Dimensões em Alqueires das Propriedades Registradas na Área Rural de Mar de Espanha (1854-1856)**



Fonte: RPT de Mar de Espanha, APM

Foi possível dimensionar e apurar uma área total de 15343,85 alqueires, cuja dispersão entre os 147 registros analisados por nós consta representada no gráfico acima<sup>287</sup>. O Gráfico 10 torna visível uma predominância das propriedades com menos de 100 alqueires. Ele também sugere uma grande concentração nos poucos acima de 200 alqueires. A fim de quantificar o modo como a terra estava distribuída em Mar de Espanha, confeccionamos o quadro abaixo.

<sup>287</sup> 25 destes parcialmente dimensionados, como vimos acima.

**QUADRO 13: Concentração Agrária na Área Rural de Mar de Espanha  
(1854-1856)**

Dimensão	Nº de Registros		Área Ocupada		Média
Até 100 Alqueires	101	68,7%	2178,1 alq.	14,6%	21,56 alq.
101-200 Alqueires	16	10,9%	2233 alq.	15%	139,56 alq.
201-500 Alqueires	24	16,3%	6601,5 alq.	46,6%	275,06 alq.
+ de 500 Alqueires	6	4,1%	4331,25 alq.	23,8%	721,87 alq.
Total	147	100%	15343,85 alq.	100%	104,37 alq.

Fonte: RPT de Mar de Espanha, APM

São predominantes os proprietários com até 100 alqueires. Eram 101 no total – correspondendo exatamente 68,7% – e possuíam apenas 14,6% da área registrada. Marquese e Tomich<sup>288</sup> já apontam a substantiva presença de unidades produtivas pequenas, muitas vezes com menos de 50 alqueires, no Vale do Paraíba Fluminense. Para os autores, eram poucas as fazendas superiores a 300 alqueires – das quais os donos controlariam quase a totalidade da superfície de seus municípios. Eles afirmam que a produção de café era plenamente viável em pequenas unidades que combinavam com o plantio de mantimentos destinados a venda. Grandes unidades produtivas também dificultariam o controle espacial da escravaria. Segundo os autores

A distribuição das propriedades rurais em uma espécie de colcha de retalhos, com mescla caótica de grandes fazendas, fazendolas, sítios e posses de agregados, ligava-se não só às particularidades da ocupação agrária da região, em especial o papel que essa assimetria desempenhava no jogo político local baseado em práticas de clientelismo, como também às especificidades da organização do processo de trabalho e de produção<sup>289</sup>.

Tal como com relação a posse de escravos, a propriedade da terra em Mar de Espanha também estava concentrada nas mãos de poucos proprietários. Aqueles com mais de 200 alqueires seriam o que João Fragoso<sup>290</sup> denominou “elite agrária” na

<sup>288</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.369.

<sup>289</sup> MARQUESE & TOMICH, *Op. Cit.*

<sup>290</sup> Fragoso falava em 1000 hectares, que equivale a 206,6 alqueires. Fragoso, João L.R., *Comerciantes...*, FRAGOSO, João L. R. **Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação**



análise que fez da evolução de Paraíba do Sul na segunda metade do século XIX. É a situação em que estão 30 registrantes encontrados por nós, o que equivale a 20,4% do total da nossa análise. Eles concentravam 70,4% da área que apuramos de Mar de Espanha entre 1854-1856.

Essa concentração foi, conforme apontam João Fragoso e Manolo Florentino<sup>291</sup>, regra geral da sociedade escravista hierarquizada e excludente brasileira. Em cada região encontramos diferenciações sociais marcantes entre os diversos grupos sociais, mas que vão sempre no sentido de estabelecer um claro controle de terras e escravos – os dois principais elementos constitutivos do sistema agrário – pela elite local.

Tanto que índices no mesmo sentido também foram observados por outros pesquisadores que trabalharam com o Registro Paroquial de Terras. Anderson Pires<sup>292</sup> encontrou 21,78% dos proprietários de Santo Antônio do Juiz de Fora possuindo 74,29% da área que o pesquisador apurou. Hebe Mattos<sup>293</sup>, por sua vez, encontrou 15% dos proprietários com 75% da área de Capivary. Márcia Motta<sup>294</sup> apresenta uma concentração na qual 3,73% dos proprietários das freguesias rurais de Niterói – São Gonçalo e Itaipú – detinham 47,7% das terras. Os dados de Jucá<sup>295</sup> também apontam grandes semelhanças, com 2,38% de proprietários Magé registrando 72,68% das terras<sup>296</sup>.

A Lei de Terras buscou estabelecer que a propriedade só pudesse ser adquirida por meio da compra e da herança e apontaria para aumentar a concentração agrária. Ainda assim, os dados extraídos do Registro Paroquial de Terras nos sugerem que essa situação já em vigorava em Mar de Espanha.

---

**em uma Economia Escravista-Colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888.** Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1990. (Tese de doutorado). p. 474.

<sup>291</sup> Fragoso, João e Florentino, Manolo, **O arcaísmo como projeto.** Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

<sup>292</sup> PIRES, Anderson J. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930.** Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

<sup>293</sup> Castro, Hebe M. de. **Ao Sul da História.** São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 11 -13.

<sup>294</sup> Motta, Márcia M. Menendes, **Pelas Bandas d'Além (Fronteira Fechada e Arrendatários Escravistas em uma Região Policultora 1808-1888.** Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1989. capítulo 3.

<sup>295</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na Crise do Escravismo: Sistema Agrário e Evolução Econômica na Produção de Alimento (1850 – 1888).** Dissertação de Mestrado. UFF, 1994. p. 33

<sup>296</sup> Como vimos anteriormente, os registros são uma fonte bastante complexa. O modo como cada pesquisador utiliza essa fonte implica diretamente nos resultados encontrados, por isso nos preocupamos em deixar bastante claro como retiramos e analisamos nossos dados. Se contabilizássemos aqueles relacionados a área que definimos como “urbana” de Mar de Espanha, com outros 169 proprietários registrando terras com dimensões absurdamente menores (e quase nunca mencionando a forma de obtenção delas), a concentração de terras se mostraria ainda maior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa dissertação foi analisar a formação da cafeicultura na Zona da Mata mineira por meio da documentação relativa à Mar de Espanha. Tendo em conta que a maior parte dos estudos já realizados sobre esse tema centraram-se no principal pólo da Mata, Juiz de Fora, pudemos discutir aqui a situação de uma outra localidade, dialogando com alguns desses estudos.

No primeiro capítulo deste trabalho, buscamos relacionar o desenvolvimento do mercado mundial de café com o desenvolvimento da cafeicultura brasileira, particularmente no Vale do Rio Paraíba do Sul. Percebemos o crescimento rápido da demanda pela bebida no século XIX, quando o café passa de um produto de luxo à um produto de consumo de massa<sup>297</sup>.

Nesse mesmo período, a disponibilidade de terras virgens, as condições climáticas, a existência de vias e condições de transporte no Vale do rio Paraíba do Sul aliaram-se a um volumoso tráfico negreiro – ilegal a partir de 1831 – que permitiu aos proprietários daquela região assumir o controle do mercado mundial de café. Na terceira década do século XIX o Brasil já assumia o patamar de maior produtor mundial de café<sup>298</sup>.

Em Minas Gerais, a cafeicultura se desenvolveu na parte sul da Zona da Mata mineira, onde passa o principal afluente do rio Paraíba do Sul, o rio Paraíba. Buscamos apresentar como essa região foi efetivamente povoada, e perceber o mesmo movimento em relação a Mar de Espanha. Inicialmente uma rancharia às margens do rio Cágado, afluente do rio Paraíba, a área foi efetivamente povoada a partir de 1817, destacando-se a ação dos irmãos Ferreira Leite, com uma trajetória marcada pela acumulação prévia de fortuna, aquisição de sesmarias, abertura de estradas, tráfico de escravos e produção de café<sup>299</sup>.

---

<sup>297</sup> PIRES, Anderson. Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” Cafeeira-1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Maio-Ago 2007. p. 133.

<sup>298</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>299</sup> RIBEIRO, Armando Vidal Leite. **Família Vidal Leite Ribeiro**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1960. CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: 1999.

Contudo, já no segundo capítulo, quando buscamos perceber o perfil sócio-demográfico de Mar de Espanha na primeira metade do século XIX, encontramos um quadro social bem mais heterogêneo. Com 38,9% de sua população livre e 61,1% escravizada na lista nominativa de 1831, a localidade apresentou uma forte presença de livres de cor, ainda que em menor proporção que o principal pólo da Mata, Juiz de Fora. Os 30,6% de pardos, crioulos, índios, africanos/preto e mestiços constituíam uma parcela mais pobre daquela sociedade, a grande maioria dos fogos sem escravos. A realidade desse grupo se mostrou como a de roceiros que conseguiam possuir no máximo dois cativos, fazendo com que os qualificássemos como micro proprietários. Isso aponta no sentido da historiografia que já chama a atenção para a presença de unidades produtivas camponesas coexistindo com os grandes planteis na Mata mineira<sup>300</sup>. A ocupação da zona da Mata, portanto, não teria atraído apenas elementos provindos da elite mineira.

Os fogos registrados na lista nominativa de 1831 apontaram para a existência de unidades produtivas com diversos vínculos com o mercado. Chama a atenção, contudo, o fato de que se excluirmos o caso isolado de Francisco Leite Ribeiro e seus 205 escravos, o segundo maior proprietário da lista de 1831 possuía apenas 31 cativos. Portanto, encontramos propriedades escravas de padrões médios se comparadas a grandes unidades escravistas do Vale do Paraíba, e até de Juiz de Fora.

Mas ao desenvolver as faixas de posse para Mar de Espanha em 1831, procuramos estabelecer as hierarquias de acordo com os dados encontrados relativos àquela localidade. Isso nos fez considerar como grande uma propriedade de mais de 20 escravos. As faixas encontradas dividiram-se em 33,3% de *não proprietário* (sem escravos); 21,1% de *micro proprietários* (1 a 3 escravos); 25,5% de *pequeno proprietários* (4 a 10 escravos); 10% de *médio proprietários* (11 a 20 escravos); 9% de *grande proprietários* (21 a 50 escravos); e um único caso de *mega proprietário*, com 205 escravos.

Foram 725 escravos que encontramos em 1831 em Mar de Espanha, distribuídos entre esses proprietários. O tráfico se mostrou como o principal recurso de manutenção e reprodução dessa mão de obra, com 65% de africanos – número superior inclusive a

---

<sup>300</sup> RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O Trabalho do Fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2008. CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo: ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. Ouro Preto, MG: Editora Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

Juiz de Fora. Um dos dados que levantamos que ajudam a entender esse elevado índice foi a elevada taxa de crianças africanas: 40,3% dos cativos com até 14 anos eram oriundos do tráfico. Talvez como recurso para garantir mão de obra no momento de aprovação da lei de fim do tráfico de 1831.

Ainda assim, destacamos a importância da reprodução natural na localidade, onde encontramos 35% de escravos nacionais. Além desse dado, o fato de 59,7% dos escravos com menos de 15 anos também serem nacionais mostra como precisamos pensar o tráfico e a reprodução natural como complementares para a manutenção e crescimento das escravarias. Na análise dos inventários feita no terceiro capítulo, a reprodução natural se mostrou ainda mais relevante.

No último capítulo, desenvolvemos uma abordagem mais sócio-econômica, detalhando mais as unidades produtivas, por meio dos inventários *post-mortem*. Foi possível perceber quase 30% delas se dedicando a produção de café, enquanto números próximos a 80% para a presença de roças e alimentos e cerca de 70% para animais.

Ao decompor a riqueza arrolada nos inventários, o peso dos cafezais também não foi elevado: 20,8% entre 1827-1840 e 8,9% para a década de 40 do século XIX. Escravos e terras constituíram os maiores investimentos. Mas justamente nas unidades que registraram a presença de café que os valores de escravos e terra se concentraram.

55% das unidades que produziam café tinham mais de 20 escravos, o que nos possibilitou perceber que as propriedades cafeicultoras já nasciam no padrão de média ou grande propriedade, concentrando a maior parte da escravaria de Mar de Espanha. Contudo, chamou à atenção a presença de escravarias de tamanhos médios se dedicando a produção da rubiácea.

Por meio do registro paroquial de terras (1854-1856) buscamos analisar ainda a propriedade agrária em Mar de Espanha. Percebemos que a herança e a compra constituíram a principal forma de aquisição de terras, com respectivamente 42,2% e 37,4% dos casos. E uma grande concentração fundiária, com 30 proprietários registrando 70,4% da área apurada por nós. Observamos ainda a predominância em número de pequenas e médias propriedades, conforme também observado no censo de 20 anos antes.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

#### 1- Inventários *post-mortem*. Arquivo do Fórum Municipal de Mar de Espanha

##### 1.1- Totalidade para o período de 1827-1840:

<b>Data</b>	<b>Inventariado</b>	<b>Inventariante</b>
1827	Francisco Furtado	Anna Joaquina de Santa Clara
1832	Theodoro José da Silva	Sebastiana Maria de Jesus
1833	Joaquim Dias da Costa	Delfina Maria [ilegível]
1833	Genoviana Maria da Silva	Serafim Batista
1836	Miguel Francisco da Costa	Dona Maria Joanna do Nascimento
1837	Benta Maria de Jesus	Simplicio Rodrigues
1838	Guarda mor Boaventura de Bitencourt Godinho	Dona Marianna Jacinta Freire de Castro
1838	João “Chrisastamo” da Fonseca e sua mulher Ana Gomes de Jesus Campos	Jose da Silva Pereira Maia
1839	Capitão João Teixeira Marinho	Dona Anna Antônia Duarte
1839	Dona Maria Jorge do Carmo	Tenente Coronel Francisco Leite de Magalhaes Pinto
1840	José Gonçalves de Oliveira	Manoel Gonçalves de Oliveira
1840	Dona Francisca Caetana de Oliveira	Capitão Francisco Leite Ribeiro
1840	Antônio da Costa Silva	Senhorinha Francisco Lemos
1840	Felisberto Pereira	Antônio Bernardes de Carvalho

##### 1.2- Amostragem para a década de 1841-1850

<b>Data</b>	<b>Inventariado</b>	<b>Inventariante</b>
1841	Estanislao Soares da Silva	Dona Anna Luiza do Sacramento
1841	Felizardo Ferreira de Melo	Dona Francisca Maria do Sacramento
1841	Tenente Domingos Rodrigues da Rocha Bueno	Dona Anna Joaquina Dias de Siqueira
1841	Joaquina Francisca de Assis	Manoel Afonso Pereira
1841	Manoel Pereira de Sousa	Dona Joana Rosa de Jesus
1841	Antonio Marques da Costa	Dona Maria Clara de Santa Thereza

1841	Anna Maria de Jesus	Jose “Mageste” França
1844	Doutor Manoel Gomes da Fonseca	Dona Gertrudes Perpetua
1844	Anna Joaquina de Jesus	Luiz Gonçalves Quintão
1844	Eugenia Maria Ignacia	Antonio Joaquim Rodrigues
1844	Antonio da Silva Coelho	Maria Joaquina Soares
1844	Manoel Rabello Teixeira e sua mulher Dona Umbelina Joaquina de Jesus	Serafim Rabello Teixeira
1844	Custodio Ferreira Leite de Magalhães	Dona Maria Theodora Leite de Magalhães
1844	Joaquim Dias Ferraz	Dona Valentina Maria de Jesus
1844	Dona Anna Antônia de Mesquita	Francisco Antonio da Silva
1844	Ignácio José dos Santos	Fortunato Pereira de Sousa
1844	Dona Maria de Assunção	João Pereira da Silva
1844	João Alves Garcia	Capitão Antonio Leite Ribeiro
1847	Dona Francisca Maria de Jesus	Antônio Garcia de Sousa
1847	Dona Jacinta Florentina de Oliveira	Simplício Martins Pacheco
1847	Dona Barbara	Antônio Luiz Ferreira
1847	Dona Marianna Jezuina Teixeira	Antônio Carlos Teixeira
1847	Antônio Martins Coelho	Dona Francisca Carolina Dias da Silva
1847	Jose Antonio Gonçalves e Eufrazia Maria de Jesus	Domingos Dias
1847	João Pereira da Silveira	Dona Constância Maria de Jesus
1847	Lourenço José Dizerto	Jacinto Ferreira de Carvalho
1847	Dona Rita Joaquina de Santa Ana	Joaquim Correia Dias
1847	Louriano Rodrigues de Barros	Luciana Joaquina de Souza
1847	Dona Maria Joaquina de São José	João Dutra Necario
1847	Domingos Jose Henriques	Dona Maria Joaquina de Jesus
1847	Manoel Rodrigues da Costa	Dona Clementina Joaquina de Jesus
1847	Dona Eugenia Maria Ignacia	Antônio Joaquim Rodrigues
1847	Dona Francisca Constância de Jesus	Joaquim Jose Fagundes
1847	Dona Luiza Rosa de Jesus	Jose Barbosa Neto
1847	Antonio Jose Monteiro de Castro e Dona Marianna Candida Leite Monteiro	Capitão Manoel Jose Monteiro de Castro (barão de Leopoldina)
1847	Joaquim Jose da Silva	Joanna Maria de Jesus
1847	Dona Tereza Maria de Jesus	Geraldo Ferreira da Rocha
1850	Ignacia Maria	Felisberto Martins Soares
1850	Jacinto Dias da Silva	Dona Maria Herculana Rodrigues Pereira
1850	Lucianna “Hunéria” de São José	Narciso Marques de Oliveira
1850	Jose Silverio Ferreira	Joaquina Balbina de Matos
1850	Dona Joaquina Maria de Jesus	Alferes Francisco Sousa Lima Pontes
1850	Antonio Leite de Barros	Jacinta Maria Rodrigues
1850	Joaquim Gonçalves de Oliveira	Dona Silveria Marcelina de São José

1850 Dona Maria Francisca da Silva	Jose Dias Moreira
1850 Jose Ferreira Guimarães	Dona Anna Umbelina da Encarnação
1850 Dona Joanna Rosa de Oliveira	João Luciano de Oliveira
1850 Capitão Jose Antônio de Almeida	Dona Izabel “Claunacianna” da Purificação
1850 “Comendador” Francisco de Sales de Oliveira	Dona Ana Tereza Leite de Castro
1850 Julia Maria de Jesus	Fernando Antonio de Jesus
1850 Joaquim Maria de Oliveira Pimentel	Dona Francisca Claudina dos Reis

2- Lista Nominativa de Habitantes de 1831 de Nossa Senhora das Mercês do Cágado.

Transcrição feita pelo CEDEPLAR disponível em

< <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br>>.

2.1- Lista de chefes de fogo por ordem de domicílio:

Francisco de Sales de Oliveira	Joaquim Mendes
João Batista	Gregorio Jose
Joze Gonçalves Pimentel	Francisco Antonio
Manoel Joze	Jose Caetano
Miguel da Silva	Manoel Gonçalvez
Sebastiao Joze	Joaquim Francisco Xavier
Antonio Rodriguez	Silvestre Jacinto
Joze Pereira	Silvestre Moreira
Manoel Theixeira	Felippe da Motta
Joaquim Braboza	Antonio Jose
Vicente	Adao Ribeiro
Francisco Theixeira	Eugenia
Antonio Joaquim da Costa	João Evangelista
Candido Antonio	Felisberto Joze da Silva
Silvestre Antonio	Pedro Theixeira
Francisco Alvares	Maria Antonia
Manoel Rodriguez	Marcelina
Joze Soares	Manoel Joze
Manoel Gonçalvez de Rezende	Domencianno
Joze Thomas Francisco	Martinho da Silva
Manoel Ferreira	Maria Costodia
Antonio Ferreira	Athanasio
Luis Antonio	Francisco Jose dos Santos
Izidoro Alves	João Monteiro
Vicente	Joze da Costa
Cypriano Gomes	Jorge
Francisco Leite Ribeiro	Elias Mendes
Agostinho Joze Frederico	Florianno Joze
Joze Antonio de Mattos	Anacleto Alves Lopes

Maria Silvana  
João Mendes  
Manoel Antonio  
Luiz Rodriguez  
Francisco de Moraes  
Silverio Jose Affonco  
Jose Lopes  
Joze Lourenço  
Leonora Maria  
Jose Furtado  
Jose Gomes  
Manoel de Oliveira  
Francisco Antonio  
João Furtado  
Manoel Joaquim  
Manoel João

Antonio da Silva  
Joaquim Antonio  
Simplício  
Joze Antonio  
Demencianno Jose  
Joze Joaquim  
Rafael Teixeira  
Joaquim Jose Teixeira  
Domingos Martins  
João Bazilio  
Joze Antonio  
Francisco João de Paulla  
Bento Manoel  
Luis Antonio  
Antonio Martinz  
Josefa Maria da Conceição

3. Registro Paroquial de Terras, Códice 116 (Nossa Senhora das Mercês da Vila de Mar de Hespanha). Arquivo Público Mineiro.

3.1- Lista de Registrantes:

Francisco Jose da Silva  
Custodio Ferreira Leite  
Francisco Leite de Magalhães Pinto  
(tutor Custodio Ferreira Leite)  
João Antonio Alves de Brito  
Manoel Carlos Pereira  
Severino da Silva Tavares  
Joaquim Antonio da Costa  
Severino Jose de Resende  
Jose de Sousa Almada  
Jose Lopes da Silva  
Antonio Francisco Borges  
Jose Antonio da Costa  
Antonio Ferreira Moura  
João da Silva Ribeiro “Espalha”  
Antonio Jose da Costa  
Antonio Jose da Costa  
Eugenio Jose da Rocha Mendonça  
Joaquim Barbosa Castro  
Domingos Eugenio Pereira  
Francisco de Paula Fraga  
Maria Angélica do Amaral  
Vicente Moreira da Silva  
Francisco Teixeira Alves  
Dona Joaquina Maria da Conceição  
João da Costa Teles

Jose Rabelo Teixeira  
Joaquim Francisco Xavier Ferreira  
Jose Antonio de Matos  
Raphael Teixeira da Silveira morador  
Marcelino Jose da Costa  
Antonio Mauricio Rodrigues  
Francisco Correa Bento  
Francisco Antonio da Silveira  
Theodoro Jose Fernandes  
Raphael Teixeira de Sousa  
Maria Pereira de Jesus  
Francisca Thereza  
Joanna Luiza da Silveira  
Maria Eugenia  
João Batista Teixeira  
Francisco Teixeira de Sousa  
Manoel Gonçalves de Lima  
Antonio Gonçalves de Sousa Teixeira  
Jose Alves Palmeiras  
Silvestre Pacheco Frederico de Castro  
Jose Lopes Ferreira  
Manoel Teixeira Alves  
Jose Fonseca “Alves Couto”  
Fernando Pires Garcia  
Silverio Jose Afonso  
Jose de Oliveira Nunes  
Luiz Gregorio da Silva



Francisco Guilherme Alves  
Theodozia Rosa de Jesus  
Pedro Jose Gonçalves  
Barbara Rosa de Jesus  
Julio “Aurelianno” do Couto  
Basílio Rodrigues da Cunha  
Marcelino Jose de Andrada  
“Severina” Rosa de Jesus  
Manoel Antonio do Nascimento  
Antonio Augusto Frederico de Castro  
Serafim Caetano de Meneses  
Agostinho Jose Frederico de Castro  
Fidelis Jose do Nascimento  
Dona Joaquina Francisca de Assis  
Fortunato Antonio de Oliveira  
Manoel Antonio Silva  
Maria Vitoria de Jesus  
Silvestre Antonio de Oliveira  
Manuel Antonio de Oliveira  
Manoel Rodrigues de Oliveira  
Luiz Antonio da Silveira

Antonio Rodrigues da Silva  
Candido Antonio da Silveira  
Francisco Martins de Oliveira  
Ezequiel Custodio da Costa  
Candido Antonio da Silveira  
Angelica Maria do Nascimento  
Carolina Candida de Jesus  
Paulo Jose da Rocha  
Manoel Jose de Freitas  
Francisco “Gervario” da Silva  
Izabel Benta de Oliveira  
Eufrasia “Generosa” da Silva  
Jose Pereira Neves  
Jose Candido de Resende  
Severino Afonso Pereira  
Jose Nicolau Pereira  
Francisco Xavier da Cunha  
Adam Ribeiro de Magalhães  
Jose da “Costa” Silveira  
João Henriques da Silva  
Antonio Jesus da Rocha / Antonio Jose da Costa  
Anna Francisca Assis  
Manoel da Cruz  
João Antonio Antunes  
Manoel Gonçalves de Resende  
Francisco Justiniano Carneiro  
Silvestre Antonio Rotier Duarte  
Francisco [...] Ribeiro

Candido Afonso Pereira de Assis  
Jose Martins de Oliveira  
Luciano Martins de Oliveira  
Manoel Martins de Oliveira  
Luciano Martins de Oliveira  
Antonio Martins de Olivera  
Rita Jacinto de [...]  
Antonio Alves de Abreu Silva  
Luciano Martins de Oliveira  
Silvestre Martins de Oliveira  
Dona Maria Rosa de Jesus  
Manoel João de [...]  
Anna Ignacia do Nascimento  
Manoel Martins de Oliveira  
Anna Joaquina de “Oliveira”  
Jose Antonio da Rocha Afonso  
Domingos Antonio de Silveira  
João de Araujo Moreira  
Francisco Rabelo Teixeira  
Jose Ignacio da Silva  
Manoel Mendes da Silva  
Jose Alves da Mota  
Jose Antonio Ribeiro  
“Amadito” Alves Lopes (padre)  
herdeiros do finado Manoel Simão  
Maria Candida da Silva  
Domingos Lorianno Pereira  
Jose "Toledo Paes"  
João Sabino da Silva  
Maria Thereza da Silva  
Paulo Bernardes Antunes  
Francisco Xavier Coimbra  
João dos Santos Borges  
Antonio Candido Afonso  
Jose Caetano Machado  
Joaquim Vital Leite Ribeiro  
Francisco Leite Ribeiro de Oliveira  
Severino Miguel de Oliveira  
Martinho Dias das Chagas  
[Ilegível]  
Antonia Francisca dos Santos  
Maria Marcelina Francisca Nogueira  
Jose Francisco de Oliveira  
Casimiro Lucio Ferreira de Carvalho e irmãos  
Domingos Eugenio Pereira Garcia  
Jose Carlos Ferreira Pinto  
Constância Maria de Jesus  
Floriana Candida da Silva  
Antonio Jose de Oliveira  
Bento Jose de Oliveira

Maria de Jesus  
João Luis Fernandes de Carvalho  
Domingos Fernandes de Carvalho  
Luiz Batista da Costa  
Francisco João Coelho  
Silverio Gonçalves de Resende  
Joaquim Jose Fernandes  
Gregorio Carneiro Pereira  
Joaquim Januario Carneiro (doutor)  
Custodio Vidal Leite Ribeiro  
Jose Vidal Leite Ribeiro  
Maria Felicia de Santa Rosa  
Maria  
Jose Gonçalves da Costa  
Gabriel Ferreira Martins  
. Antonio Ferreira Gabriel  
Gabriel Ferreira Martins  
Antonio da Silva Cintra  
Domingos Eugenio Pereira  
Severino Jose de Resende  
Manoel Jose de Santa Anna  
Candido Jose Ferreira  
Daniel Ribeiro de Magalhaes  
Anna Custodia Martins  
Jose Ribeiro da Cunha  
Jose Maria da Costa  
Feliciano Rosa  
Antonio Reis de Castro  
Francisco Joao de "Paula"  
Zeferino Carlos "Itaberaí"  
Jose Custodio Martins  
João Pereira Rodrigues  
Theodora Maria de Jesus  
Manoel Fernandes Delgado  
Joaquim Francisco Xavier Ferreira  
Theodolindo Ferreira de Assis  
Francisco Borges  
Antonio Rodrigues Silva  
João dos Santos Borges  
João Ribeiro Bruno  
Angelo Antonio Vassalo  
Manoel de Sousa Lima  
Joaquim Vidal Leite Ribeiro Lima  
Jose Antonio de Matos  
Jose Joaquim de Medeiros  
Rita Clara de Jesus  
Manuel de Sousa Lima  
Francisco Rosa Junior  
Jacinta Rita da Silva  
Honorio da Costa Telles

Felicidade Maria de Jesus  
Francisca Antonio de Miranda  
Francisco Batista Alvarenga  
Candido Afonso Pereira de Assis  
Maria Silveria  
Fabiano Rosa Filho  
Jose Francisco da Silva  
Joaquim Moura de Jesus  
Aqueda? Maria de Jesus  
Ludovina Antonia dos Santos  
Vicencia Maria de Jesus  
Jose Rodrigues "Cointra"  
Sebastião Jose dos Reis  
Vicente Moreira da Silva  
Cristovão Antonio de Arruda  
Arcelindo ? Ferreira de Assis  
Elias Jose dos Santos  
Augusto [...]  
Andre Gabriel da Fonseca  
Emilio Candido de Aguiar  
João Luciano Pereira  
Jose da Silva Pasadella  
Victorino Xavier da Cunha  
Custodio Rodrigues de Moura.  
Joaquim Jose Palma  
Antonio Alves Batista  
Maria Pereira de Jesus  
Jose de Sousa  
Jose Antonio da Rocha Afonso  
Manoel Caetano  
Domingos Antonio da Silveira  
Jose de Souza Almeida  
Joaquim de Sousa Almada  
Francisco Luiz Gomes Ribeiro  
Manoel Francisco Pereira Boaventura  
Maria [...] de Jesus  
Manoel Gonçalves de Resende  
Maria Vila Flor do Nascimento  
Prudenciana Maria do Carmo  
Jose Rodrigues Ferreira  
Candido Joaquim Guimarães  
Silverio Jose Resende  
Francisco Xavier da Cunha  
Guilherme Augusto Silva  
Aniceto Jose da Silveira  
Maria "Emereciana" do Vale  
Manoel da Costa Teles  
Candido Clementino Rodrigues (padre)  
Manoel Carlos Pereira  
Maximiano Antonio da Silva

Agostinho Jose Francisco de Castro	Candido “Consentino” Rodrigues (padre)
Julio Marcelinno do Couto	Francisco Pinto da Cruz
Silvestre Antonio Rotier Duarte	Maria “Horta” de Jesus
Serafim Caetano de Meneses	Joao Soares dos Santos
Antonio Jose da Costa	Maria Carlota de Aguiar
Manoel Jose da Cruz	Manoel Lopes de Sousa
Severino Antonio da Silveira	Candido João Alves
Luiz Jose de Carvalho	Antonio Joaquim de Alvares
Francisco da Costa Xavier	Martinho da Silva Sousa
Mariana Batista de Alvarenga	Maria Luderina dos Reis
Francisca Maria do Carmo	Joaquina Moreira da Conceição
Antonio Francisco Xavier	Miguel Ferreira Marques
Manoel de Oliveira Dias de Almeida	Maria Lima
Adão Cardoso de Paiva	Vicente Moreira da Silva
Jose da Costa Silveira	Vicente Moreira da Silva
João Batista Alvarenga	Joaquina Maria da Conceição
Camilo Gonçalves Pacheco	Elias Vieira de Magalhães
Antonio Thimoteo	Silverio Jose Afonso
Manoel Jose de Santa Anna	Jose Lopes da Silva
Francisco Antônio da Silveira	Jose Pereira Pinto
Felisbina Maria do Espirito Santo	Jose Ferreira Leal Vieira
Barão de Ayruoca	Felix Antonio da Rocha
Jose Antonio de Paula	João Soares dos Santos
Joaquim da Costa Silveira	Manoel da Cruz
Manoel Jose da Silveira	Jose Vicente da Silva
Custodio Rodrigues Moura	Agostinho Jose Frederico de Castro
Jose Francisco	Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (secretario Dom
Lucas Antonio Monteiro de Barros e irmãos	Eugenio Pereira)
Anna Gonçalves de Lima	João Maria de Carvalho
Jose Pereira Leite	Leocadia Maria do Carmo
Jose Pereira Leite	João Sabino da Silva
Rafael Teixeira de Sousa	Antonio Ribeiro de Sá e irmãos (orfaos)
Jose Alves Palmeira	sem nome
João Ferreira Marques digo de Carvalho	Barão de Ayruoca
Rolclentino [ilegível] Maria Maximiniano filhos	Joaquim Carneiro de Mendonça

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Lócus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p.137-160, 2005.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Os Sertões de São Paulo do Muriahé. Terra, riqueza, família na Zona da Mata mineira, 1846-1888**. Tese de doutorado. UFRRJ-CPDA, 2011.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do Oitocentos**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2006.

BACELLAR, Carlos de A. Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, dogmatico, etc. autorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, oferecido a el-rey de Portugal D. João V**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

BERGAD, Laird. W. After the Mining Boom: demographic and economic aspects of slavery in Minas Gerais, Brazil: Mariana, 1750-1808. **Latin American Research Review**, v. 31, n. 1, p. 67-97, 1996. BERGAD, Laird. W. **Escravidão e história econômica de Minas Gerais, 1720-1880**. 2004.

BERGAD, Laird. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004, p.222.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do Tráfico de Escravos para o Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BOTELHO, Tarcísio R. **Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. P. 82.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a Formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (séculos XVIII – XIX)**. Mariana: UFOP, 1999 p.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)**. Mariana: 1999.

CARRARA, Angelo. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno em Minas Gerais – 1674-1807**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CARRARA, Angelo Alves & LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. Potencialidades do Georreferenciamento em História Agrária: um Modelo Para os Registros de Terras de Meados do Século XIX. In: **sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA**. 2013.

CARVALHO, Daniel. **Estudos e Depoimentos**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953.

CARVALHO, José Murilo de. Modernização Frustrada: a Política de Terras no Império. In: **Revista Brasileira de História**. n. 1. São Paulo: 1981.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História: Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CLAY, Jason. **World Agriculture and the Environment: a commodity-by-commodity guide to impacts and practices**. Washington: Island Press, 2004.

JAMIESON, Ross W. The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World. **Journal of Social History**. Vol. 35, nº 2, 2001.

COELHO, Pedro Henrique Leão. **Terra e Trabalho no Sul de Minas: Produção de Alimentos e Mercado Interno no Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2015.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Senzala a Colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Iraci. **Arraia Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil**. São Paulo: MGSP editores, 1992.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação**. Tese de Doutorado, UFF, 2007.

DEAN, Warren. **The Industrialization of São Paulo, 1880-1945**. Austin: University of Texas Press, 1969.

DEAN, Warren. **Rio Claro: um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Cia das Letras, 2011.

DIAS, Maria Odila da Silva. **A Interiorização da Metrópole.** In: MOTA, C. G. (org). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELLIS, Markman. **The Coffee-House: a cultural history.** London: Phoenix, 2005.

ESCHWEGE, Wilhem L. von. Notícias e reflexões estatísticas sobre a província de Minas Gerais. **RAPM**, v.4, n.4, 1899.

FARIA, S. de C. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLEXOR, Maria Helena Ochi Flexor. **Mobiliário baiano nos séculos XVIII e XIX.** Salvador, 1970. (Tese apresentada ao Concurso de Professor Assistente do Departamento I da Escola de Belas Artes da UFBA).

FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2004.

FRAGOSO, João. **Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo, **O arcaísmo como projeto.** Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João Luis R. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANK, Zapher. Padrões de riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. In: **história econômica & história de empresas IX.** Volume 2, 2006.

FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira oitocentista.** Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 2009.

FREIRE, Jonis. Crescimento da população cativa em uma economia agroexportadora: Juiz de Fora (Minas Gerais) século XIX. In: **Revista de História (USP)**, v. v.1, p. 245-283, 2012.

GARDNER, George. **Travels in the interior of Brazil, principally through the northern provinces and the gold and diamond districts during the years 1836-1841**. London: 1846. p. 539. Disponível integralmente no *Google Books* em <<https://books.google.com.br/books?id=c2VDAAAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>

GIROLETI, D. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GODOY, Marcelo Magalhães & PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**.v. 27, n. 1, pp. 161-191, jan./jun. 2010.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. **A Princesa do Oeste: Elite Mercantil e Economia de Subsistência em São João del Rei (1831-1888)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1998.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo à elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). In: FRAGOSO; João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO Antonio Carlos Jucá (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos, América Lusa, Séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUIMARÃES, Elione Silva. Experiências econômica de cativo (Zona da Mata de Minas Gerais, segunda metade do oitocentos). In: GUIMARÃES, Elione Silva & MOTTA, Márcia (orgs.). **Campos em disputa: História Agrária e companhia**. São Paulo: Annablume, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Mineiros**, volume 26. Rio de Janeiro: 1959. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_26.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_26.pdf)>

IGLESIAS, Francisco. **Política economia do governo provincial mineiro (1835-1889)**. Rio de Janeiro: MEC/Instituto nacional do Livro, 1958.

JAMIESON, Ross W. The Essence of Commodification: Caffeine Dependencies in the Early Modern World. **Journal of Social History**. Vol.35, nº 2. 2001.

KARASCH. Mary. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KENWOOD, A. G. & LOUGHEED, A. L. **The growth of the international economy, 1820 - 2000: an introductory text**. New York: Routledge, 1999.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. **Sorte de Terra, Fazenda, Sesmaria... Georreferenciamento como Instrumento de Análise do Registro de Terra**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2011.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas, escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LENHARO, Alcir. **Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil (1808- 1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José Del Rey em 1795. In: **Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas**, v. 17, n.1/2, p. 17-46, 2000.

LIBBY, Douglas C; FRANK, Zephyr L. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. In: **Revista Brasileira de História**, v. 29, nº 58, 2009.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, 2010.

LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. Equilíbrio e Estabilidade: economia e comportamento em um regime escravista, Minas Gerais no século XIX. In: **Papéis Avulsos**, n.7, p. 26-43, dezembro 1988.

LINHARES, Maria Yedda Leite. TEIXEIRA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira: debates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. **Economia escravista em Minas Gerais**. Cadernos IFCH/ UNICAMP, outubro, 1983.

MACHADO, Cacilda da Silva. **A Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais-PR, passagem do XVIII para o XIX)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006.

MAGALHÃES, B. R. de. Inventários e seqüestros: fontes para a história social. **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, n. 9, p. 31-45, 1989. Pró-Reitoria de Extensão, FAFICH/Universidade Federal de Minas Gerais.



MAGALHÃES, Hildebrando de. Contribuição para a história do café. IN: SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Minas e o bicentenário cafeeiro no Brasil – 1727-1927**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.

MAHONY, Mary Ann. The Local and the Global: Internal and External Factors in the Development of Bahia's Cacao Sector. IN: TOPIK, Steven. MARICHAL, Carlos. ZEPHYR, Frank (ORG.). **From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000**. Durham, NC and London: Duke University Press, 2006.

MARCONDES, Renato Leite. Small and Medium Slaveholdings in the Coffee Economy of the Vale do Paraíba, Province of São Paulo. In: **Hispanic American Historical Review**. v.85, nº2, maio de 2005.

MARCONDES, Renato Leite. **A Arte de Acumular na Economia Cafeeira: Vale do Paraíba, Século XIX**. Lorena: Stiliano, 1998.

MARQUESE, Rafael de Bivar & TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. IN: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (ORG.). **O Brasil Império (1808-1889)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII**. São Paulo: EDUSC, 2003; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**. 2007.

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. São Paulo: contexto, 2008.

MARTINS, Roberto. **A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

MARTINS, Roberto Borges. **Minas Gerais, Século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora**. Estudos Econômicos, 1983.

MARTINS, Roberto Borges. A Transferência da Corte Portuguesa Para o Brasil: Impactos Sobre Minas Gerais. In: **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. 2008.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do Leste: estudo de uma região: a mata mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MOTTA, José Flávio. **Corpos Escravos, Vontades Livres: Estruturas de Posse de Cativos e Família Escrava em um Núcleo Cafeeiro (Bananal, 1801-1829)**. 1990. Tese (Doutorado) – FEA/USP, São Paulo, 1990.

MOTTA, Márcia Mendes, **Pelas Bandas d'Além (Fronteira Fechada e Arrendatários Escravistas em uma Região Policultora 1808-1888)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1989.

MOTTA, Márcia Mendes. **Nas Fronteiras do Poder: Conflito de Terra e Direito Agrário no Brasil de Meados do Século XIX**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

MORENO, Breno Aparecido Servidone. **Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2013.

NETTO, Rangel Cerceau. As devassas eclesiásticas e as “qualidades” dos habitantes na formação da família mestiça em Minas Gerais Colonial (1720-1780). **História Unisinos**, v. 19, p. 95-112, 2015.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Cafeicultura mineira: formação e consolidação - 1809-1870. n: **Anais do IX Seminário sobre a economia mineira**. 2000.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias: Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira, 1780-1870**. Bauru: EDUSC; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

Ordenações filipinas (1603). **Livros IV e V**. Lisboa: Gulbekian, 1985.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. (Tese de Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde A. & KLEIN, Herbert. S. Escravos e livres nas Minas Gerais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.22, n.1, pág. 129-151, jan.- abr., 1992.

PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas Cole. & CRIMALDI, Márcia. Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto. **IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

PIRES, Anderson. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1930)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

PIRES, Anderson. **Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira (1889-1930)**. Tese de doutoramento, USP, São Paulo, 2004.

PIRES, Anderson. Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” Cafeeira-1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 9, n. 1, v.9 n.1, jan-jul., 2007.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

POLANYI, Karl. **A Ilusão da Economia**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. RJ: Elsevier, 2000.

RESENDE, Maria Leônica Chaves de. **Gentios Brasileiros: índios coloniais em Minas Gerais Setecentista**. Campinas: UNICAMP, 2003.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira. **Minhas Recordações**. Rio de Janeiro: 1944.

RIBEIRO, Armando Vidal Leite. **Família Vidal Leite Ribeiro**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1960.

SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. São Paulo: 1974.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família na sociedade paulista do século XIX (1800-1860)**. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em História).

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na Crise do Escravismo: Sistema Agrário e Evolução Econômica na Produção de Alimento (1850 – 1888)**. Dissertação de Mestrado. UFF, 1994.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, José Joaquim da. **Tratado de Geografia descritiva especial da província de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1997.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. O Fim do Tráfico Atlântico de Escravos e a Política de Alforrias no Brasil. In: **Anais do VI Seminário do Trabalho**.

SIMMONDS, P. L. **Coffee and Chicory: Their culture, chemical composition, preparation for market, and consumption**. London: E. & F. N. Spon, 1864.

SLENES, Robert. **Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX**. Campinas: UNICAMP, 1985.

SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra e Transição**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

STANLEY, Stein J. **Vassouras: um Município Brasileiro do Café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. **Revista brasileira de Geografia**, jan.-mar. 1951.

SOUZA, Laura de Mello. **Em Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas na segunda metade do século XVIII**. 1998.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Ática, 1988.

TAUNAY, Affonso de E. **Subsídios para a História do Café no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1935.

TOPIK, Steven. Consuming Coffee in Central America, 1850-1930. **Diálogos Revista Eletrônica de Historia**, Nº Especial. 2008.

VANNI, Julio Cezar. **Sertões do Rio Cágado: origem de povoados, vilas e cidades que integram a bacia hidrográfica do Rio Cágado – MG**. Niterói: Comunitá, 2013.

VITTORETO, Bruno Novelino. **Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)**. Juiz de Fora: 2012.

WALSH, Joseph M. **Coffee: its History, Classification and Description**. Philadelphia: Henry T. Coates & Co., 1894.

WHATELY, Maria Celina. **O Café em Resende no Século XIX**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.



ANEXO I: Mapa de Mar de Espanha em 1847





